

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

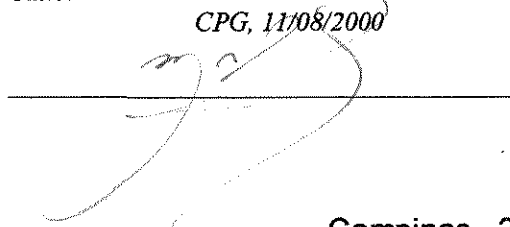
APOGEU E DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA FLUMINENSE  
(1860-1930)

**Wilson Vieira**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Instituto de Economia da UNICAMP para  
obtenção do título de Mestre em História  
Econômica, sob a orientação do Prof. Dr.  
Wilson Cano.

*Este exemplar corresponde ao original da  
dissertação defendida por **Wilson Vieira** em  
11/08/2000 e orientada pelo **Prof. Dr. Wilson  
Cano**.*

*CPG, 11/08/2000*



Campinas, 2000

UNIDADE B E  
N.º CHAMADA:  
T/UNICAMP  
V673a  
V. Ex.  
TOMBO BC/ 44881  
PROC. 16-392101  
C ☐ D ☒  
PREC. R\$ 11,00  
DATA 23/06/01  
N.º CPD

CM00157B07-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

V673a      Vieira, Wilson  
            Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)/  
            Wilson Vieira. – Campinas, SP : [s.n.], 2000.

            Orientador: Wilson Cano  
            Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Economia.

            1. História econômica – Rio de Janeiro (RJ) – 1860-1930. 2.  
Café – Cultivo – Rio de Janeiro (RJ). – 3. Economia regional.  
I. Cano, Wilson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
de Economia. III. Título.

À amada Dulcelina Oliveira Almeida, pela força ao caminhar junto comigo.

À minha mãe, pelo apoio.

A todos que buscam no saber e na luta diária, a transformação da sociedade.

"O essencial é invisível aos olhos."

Antoine de Saint-Exupéry

## **AGRADECIMENTOS**

Ao escrever estas linhas, recordo-me de toda luta dedicada nesta dissertação e lembro-me das pessoas e instituições que muito me ajudaram e me acompanharam durante este tempo.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador e amigo professor Wilson Cano, que me acompanhou desde a elaboração do projeto e me mostrou o quanto é séria a tarefa de um pesquisador, incentivando-me a fazer um trabalho bem-feito, fruto de uma dedicação intensa à pesquisa. Agradeço aos professores Lígia Osório Silva (pelas observações ao texto), Rui Granziera, Wilma Peres Costa e José Jobson de Arruda (pelas sugestões ao trabalho).

Agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que me concedeu os recursos necessários para levar a pesquisa e a redação da dissertação adiante.

O meu outro agradecimento vai para os amigos do CEDOC, do CEDE, da Secretaria Acadêmica e da Expedição, sempre solícitos e profissionais.

Agradeço a todos os meus companheiros dos cursos de graduação e de pós-graduação do Instituto de Economia e das demais unidades da UNICAMP pela convivência amigável, solidariedade e troca de experiências, mas em especial agradeço ao Fábio Alexandre dos Santos, ao Epaminondas Luiz Borges Filho, à Maria do Socorro, ao Humberto Miranda do Nascimento, ao Zuza (José Vieira Camelo Filho) e ao Chico (Francisco Miguel Lopes), pelas críticas e sugestões nas leituras das várias versões da dissertação, além do apoio amigo; ao Lauro Mattei, pelas idéias para agilizar o trabalho; a Esther Menezes, pela digitação das tabelas; ao Cláudio Roberto Amitrano, Sideni Pereira Lima, Elisiane Sartori e Isis Sousa Longo pela ajuda na elaboração do projeto.

Agradeço ao Romanelli, ao Paul Schweitzer e à Ildelene pelo apoio espiritual e emocional e aos amigos do Rio de Janeiro e aos novos que fiz em Campinas e que não fazem parte da UNICAMP, mas que me acompanharam nesta luta.

Por fim, os erros e omissões remanescentes nesta dissertação são unicamente de minha responsabilidade.

## ÍNDICE

Introdução Geral .....	6
Capítulo 1 – Expansão da Cafeicultura e sua Crise (1850-1889).....	9
1.1 – Antecedentes Históricos (1800-1850).....	9
1.2 – O Apogeu e a Decadência da Cafeicultura Fluminense (1850-1889).....	16
Introdução.....	16
Evolução do Café no Mercado Internacional.....	17
Movimento do Café no Rio de Janeiro.....	19
Financiamento da Produção: Subordinação do Capital Cafeeiro ao Capital Mercantil no Rio de Janeiro.....	27
A Produção Agrícola Não Cafeeira.....	33
1.3 – O Café e a Industrialização Fluminense.....	42
1.4 – Considerações Finais sobre o Período.....	54
Capítulo 2 – A Irreversível Decadência Cafeeira e suas Principais Conseqüências (1889-1930).....	55
2.1 – Introdução: Quadro Geral da Economia no Período.....	55
2.2 – Evolução da Cafeicultura no Período.....	68
A Cafeicultura no Rio de Janeiro: Lenta Agonia.....	68
Influências da Decadência Cafeeira Fluminense na Colonização, nos Transportes, na Tecnologia Empregada na Produção e na Comercialização.....	74
A Produção Agrícola Não Cafeeira.....	82
2.3 – A Industrialização Fluminense no Período.....	89
2.4 – Considerações Finais sobre o Período.....	106
Considerações Finais.....	108
Fontes e Bibliografia.....	109
Anexo Estatístico.....	113

## INTRODUÇÃO GERAL

Ao iniciarmos esta dissertação, mostraremos as perguntas que procuraremos responder no decorrer desse trabalho e que surgiram inicialmente de uma polêmica na historiografia sobre a cafeicultura fluminense.

Essa polêmica pode ser dividida em três correntes, a saber:

- i) Autores que defendem que a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba levou o Rio de Janeiro a um retrocesso relativo industrial, além da decadência da agricultura fluminense: CANO (1985 e 1998) e PIGNATON (1977).
- ii) Autores que sustentam que a decadência da cafeicultura fluminense não trouxe reflexos diretos à indústria do Rio de Janeiro, apresentando um quadro de extraordinário desenvolvimento no final do século passado, além do fato da agricultura fluminense ter entrado num processo de diversificação, não de estagnação completa: MENDONÇA (1977), SANTOS & MENDONÇA (1985), LEOPOLDI (1986) e FERREIRA (1994).
- iii) Autores que sustentam uma terceira posição: MELO (1993) defende a idéia de que as funções mercantis e governamentais que a cidade do Rio de Janeiro exercia, tiveram peso no seu desenvolvimento industrial, sendo que a riqueza gerada pela atividade exportadora cafeeira foi a base geradora da acumulação mercantil da região, além da insistência na continuação da cafeicultura, mesmo com toda a crise e mesmo com as tentativas de diversificação agrícola, que na sua visão, foram malogradas. GUARITA (1986) afirma que o desenvolvimento industrial carioca (que revelaria uma perda progressiva na sua importância relativa na atividade industrial brasileira a partir de 1907) não foi diretamente dependente da atividade cafeeira. E LEVY (1988) defende a idéia de que no Norte fluminense houve áreas de cultivo cafeeiro com trabalho livre e tendência à diversificação agrícola (contando esta com apoio do Governo do Estado), como reação a essa crise e que também houve perda progressiva da importância da indústria do Rio de Janeiro a partir de 1907.

Tomando como ponto de partida essa polêmica, pretendemos analisar o apogeu e a crise da cafeicultura fluminense (1860-1930), examinando quais foram as alternativas possíveis e/ou usadas frente a essa crise, tendo como hipótese de trabalho a proposição de que o Rio de Janeiro enfrentou um processo de decadência cafeeira absoluta e um retrocesso relativo industrial, defendendo a posição da primeira corrente de autores.

Tendo em vista o que foi afirmado acima, pretendemos, neste trabalho, discutir as seguintes questões:

- i) Colapso da cafeicultura: como repercutiu na economia urbano-industrial da região?
- ii) Examinadas as condições do momento e da região, cabe indagar quais alternativas poderiam ser utilizadas pelo Estado ou pelos empresários para salvar a cafeicultura.
- iii) O que aconteceu com essa agricultura?

Procuraremos, no decorrer dessa dissertação, confrontar os resultados de nossa pesquisa (que busca responder às perguntas feitas acima) com as posições defendidas no debate historiográfico.

Como forma de melhor alcançarmos nossos objetivos, a dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro trata do período 1850-1889, com uma introdução que abrange o período 1800-1850 e que mostra a origem da expansão cafeeira; um segundo item que mostra o esplendor da cafeicultura fluminense e sua crise em 1882, passando pelos problemas do cuidado da terra, da mão-de-obra escrava, do financiamento e da produção agrícola não-cafeeira; um terceiro item trata rapidamente da industrialização no período, discutindo a origem e o desenvolvimento das fábricas no Rio de Janeiro. O segundo capítulo também está dividido em três itens, a saber: o primeiro é uma introdução ao período (1889-1930), apresentando as políticas econômicas usadas e a organização do sistema financeiro, além de anunciar o que é discutido no capítulo; o segundo item trata das políticas de defesa do café e da lenta agonia da cafeicultura fluminense, além das tentativas de diversificação agrícola por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro e uma discussão historiográfica sobre esse assunto; o terceiro item trata da industrialização do período, mostrando o retrocesso relativo industrial do Rio



de Janeiro em relação ao avanço de São Paulo, além de uma discussão historiográfica sobre isso.

Por fim, fazemos algumas considerações finais, como forma de apreender as principais conclusões tiradas ao longo da dissertação.

# **CAPÍTULO 1**

## **EXPANSÃO DA CAFEICULTURA E SUA CRISE (1850-1889)**

### **1.1 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS (1800-1850)<sup>1</sup>**

A partir de 1755 observa-se o ponto de inflexão da economia do ouro de Minas Gerais, iniciando-se a decadência da produção aurífera e, conseqüentemente, um quadro decadente da economia colonial, tendo o açúcar e o algodão como principais produtos de exportação, porém, como mercadorias marginais no exterior<sup>2</sup>. Para FURTADO (1959), a decadência do ouro ocorreu juntamente com a decadência do açúcar, situação que perdurou até o início da expansão cafeeira. Por outro lado, ARRUDA (1980), defende o fato de que a economia colonial não se estagnou, mas sim continuou crescendo, porém com menos intensidade do que os períodos do ouro e do café. FRAGOSO (1992) sustenta posição semelhante, mas com ênfase para o mercado interno, mostrando a importância dos comerciantes atacadistas das praças do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para a manutenção da economia do período.

Porém, a polêmica desses autores, apresentada para o período entre 1760 e o início da expansão cafeeira (começo do século XIX), não se constitui objeto desta dissertação, além do fato do precário aparelho estatístico não nos possibilitar montar uma série de dados satisfatória.

No início do século XIX, com o amadurecimento da I Revolução Industrial, o centro da economia mundial exigiu a liquidação da economia colonial, pois naquele momento necessitava de alimentos e matérias-primas produzidos em massa pelo conjunto da periferia, com preços baixos e produção em grande escala, a fim de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e dos custos dos elementos componentes do capital constante. Por conseguinte, estimulou-se rapidamente a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Os parágrafos que se seguem se baseiam largamente em MELLO (1982), salvo indicações específicas.

<sup>2</sup> Cf. FURTADO (1959: cap. 13-15).

<sup>3</sup> Vale aqui acrescentar que os ingleses pressionariam, e muito, a abolição do tráfico e do trabalho escravo no decorrer do século XIX, dado que o Brasil participaria crescentemente do mercado mundial com o café, concorrendo com a produção de Ceilão e Java (colônias inglesas).

Porém, esse capitalismo industrial, que trouxe consigo o início da crise das economias coloniais, não destruiu de imediato o trabalho compulsório, pois, em primeiro lugar, ele não afetaria em nada a entrada de produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, a decisão de eliminá-lo passou a ser uma decisão “exclusiva” dos novos países independentes.

Vale aqui acrescentar que a queda, de fato, do “exclusivo metropolitano” e a subsequente formação do Estado Nacional foram antecipadas com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, através, entre outras, das seguintes medidas: liberalização dos portos, criação do primeiro banco e maior liberdade de comércio e indústria.

Estas medidas de 1808 reforçaram o surgimento de uma burguesia nacional apoiada desde cedo pelo Estado, promovendo a reinserção do Brasil na economia internacional através do café. A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, sendo que as fazendas de café (certamente as mais significativas) foram organizadas com capitais vindos do setor mercantil, que financiaram essa economia<sup>4</sup>.

As primeiras terras próprias para o cultivo do café eram próximas ao Rio de Janeiro e seus primeiros escravos eram procedentes da decadência da economia mineira. A ocupação das terras aconteceu naquelas localizadas nos “Caminhos do Ouro” para o Rio de Janeiro, pois eram dotadas de uma agricultura mercantil de alimentos e onde foram se estabelecendo sítios e pousos de tropeiros, fornecendo à cidade do Rio de Janeiro gêneros agrícolas como feijão, milho e mandioca. Nesses locais havia também alguns engenhos produtores de açúcar e os primeiros cafezais<sup>5</sup>. Com a expansão cafeeira, essa

---

<sup>4</sup> O financiamento e a comercialização eram feitos pelos comissários de café, que inicialmente eram os representantes dos fazendeiros na realização de transações (venda do café e compra dos bens necessários ao consumo) e pouco a pouco foram adquirindo maior autonomia, fazendo negócios por conta própria (via consignação do café). Desses intermediários e de algumas firmas de comércio da corte e bancos, direta ou indiretamente, surgiram as primeiras casas comissárias de café. Nos anos 1810-1820, o comissário se dedicou essencialmente à comercialização, sendo que os adiantamentos eram de caráter esporádico. No período 1820-1850, com a grande expansão cafeeira, havia a necessidade de se aplicar um maior montante de capital, sendo insuficientes nesse momento os recursos familiares e pessoais, que foram completados por empréstimos esporádicos de comerciantes, dada a amplitude dos investimentos exigidos. Por isso, os comissários transformaram-se em banqueiros dos fazendeiros, sendo que os primeiros financiamentos foram feitos na década de 1840 com base na confiança mútua, sem letras, sendo que havia duas justificativas para tal fato: i) busca de clientela através dessas facilidades; ii) carência de um sistema financeiro mais sofisticado. Para maiores detalhes sobre esse assunto, ver FERREIRA (1977).

<sup>5</sup> Segundo TAUNAY (1945), o café foi introduzido no Rio de Janeiro por volta de 1760, inicialmente no distrito da cidade do Rio de Janeiro e posteriormente na porção ocidental do Vale do Paraíba fluminense, com os primeiros cultivos por volta de 1780 em Pati do Alferes (município da região de Vassouras).

região transformou-se, e Resende se constituiu no centro irradiador do café do Vale do Paraíba para Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra do Pirai.

Essa expansão aconteceu de maneira conflituosa, dizimando-se os índios Puris e Coroados (que habitavam essa região) e expulsando-se (de forma muitas vezes violenta) os posseiros que não tinham nenhum título e que, no pedaço de terra que ocupavam, cultivavam uma lavoura de subsistência. Essas terras foram destinadas aos elementos privilegiados pela Coroa Portuguesa, especialmente no período de D. João VI, tais como: elementos da burocracia governamental, agricultores, antigos mineradores, de Minas Gerais, e comerciantes do Rio de Janeiro com grandes extensões de terras, na região próxima à Corte. Conheciam os trâmites legais para a obtenção da terra, além de serem abastados o suficiente para adquirirem as sesmarias<sup>6</sup>.

Restaram aos sitiantes as áreas periféricas, onde desenvolveram a produção de abastecimento para o mercado local, utilizando o trabalho escravo. Através da venda de gêneros alimentícios, auferiam ganhos e tentavam adquirir as terras nas quais habitavam. Isto, porém, ocasionou muitos conflitos entre as partes contendoras, levando o governo português em 1817 a tentar normatizar através de demarcações e registros de todas as propriedades, independentemente da origem das ocupações.

Em 17 de julho de 1822, o Príncipe Regente D. Pedro decretou a extinção legal da concessão de sesmarias<sup>7</sup>, dadas as divergências existentes, principalmente nas terras do Vale do Paraíba, o que não anulou os conflitos ocorridos na região entre os detentores de títulos e os posseiros. Porém, no período entre 1822 e 1850, a posse se tornou a única forma de aquisição e de domínio das terras, dado que se entendia que a Resolução não se aplicava às posses, só às sesmarias. Com isso, muitos fazendeiros ampliaram seus domínios, tornando-se também posseiros<sup>8</sup>.

Em relação à demanda externa por café, houve nas três primeiras décadas do século XIX a generalização do seu consumo, deixando de ser "produto colonial". Isto ocorreu porque os preços internacionais baixaram, devido, em grande parte, ao crescimento da oferta brasileira. O aumento da demanda, por sua vez, estimulava novo crescimento da

---

<sup>6</sup> Cf. MACHADO (1993: 29-30).

<sup>7</sup> Cf. Lígia SILVA (1996: 73).

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre a ocupação do Vale do Paraíba e a disputa pela terra, ver, respectivamente, STEIN (1961) e Lígia SILVA (1996).

oferta. Os preços do café (caso subissem) contariam com os seguintes limites: i) concorrência de substitutos quase perfeitos (chá, por exemplo); ii) concorrência com outros países produtores, iii) exclusão da cesta de consumo popular (produto de sobremesa).

Dados os preços dos recursos produtivos e a produção se definindo cada vez mais como de massa, impondo-se uma escala mínima de produção lucrativa (as margens de lucro eram reduzidas) e determinando, assim, investimentos vultosos, que funcionavam como barreiras à entrada de grande número de produtores, entende-se o porquê da produção cafeeira ter sido implantada como latifúndio. E este era escravista porque o trabalho escravo superexplorado mostrou-se mais rentável do que o trabalho assalariado (que deveria ser bem remunerado para fazer os produtores diretos - posseiros ou pequenos proprietários - deixarem de produzir sua subsistência).

Recuperando as linhas gerais do movimento da economia cafeeira no período 1800-1850, ocorreu a constituição, a consolidação e a generalização do consumo do café nos mercados centrais, um aumento extraordinário da produção do café e a persistência do tráfico internacional de escravos, fazendo com que, na década de 1830, essa população superasse a população livre (conforme Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Café e Açúcar: Quantidades Exportadas, Preço, População das Regiões Cafeeira e Açucareira da Província do Rio de Janeiro, 1810-1850**

CAFÉ							
Anos	Sacas de café Exportadas	Preço médio do café (em mil reis)	Valor das Exportações (em mil reis)	População Escrava		População Livre	
				Região Cafeeira	Total	Região Cafeeira	Total
1810/1820	88.397	5\$367	474:426\$699	-	146.060	-	-
1821/1830	276.691	3\$560	985:019\$960	15.145	173.890	15.200	160.859
1831/1840	813.839	3\$732	3.037:247\$148	81.208	297.431	54.713	276.010
1841/1850	1.644.631	3\$127	5.142:761\$137	-	404.156	-	418.390

AÇÚCAR							
Anos	Sacas de Açúcar exportadas	Preço Médio Tonelada de Açúcar exportada (em libra ouro)	População Escrava		População Livre		
			Região Cafeeira	Total	Região Cafeeira	Total	
1800/1810	64.800	-	-	-	-	-	
1811/1820	72.000	-	-	-	-	-	
1821/1830	292.200	24,5	52.966	173.890	45.037	160.859	
1831/1840	167.760	16,6	101.983	297.431	89.735	276.010	
1841/1850	263.079	-	-	404.156	-	-	

Fontes: Marcondes (1995), Censo de 1907, Stein (1961) e Taunay (1945).

Notas: 1) No período de 1810 a 1820, a quantidade de sacas exportadas se refere à produção da Província do Rio de Janeiro, exclusivamente; 2) A população escrava e a população livre da década de 1820 se refere somente ao ano de 1821, as da década de 1830 se referem somente ao ano de 1840 e as da década de 1840 se referem somente ao ano de 1850; 3) (-) Dado não disponível.

O êxito da cafeicultura é explicado pela abundante oferta de terras próximas dos portos de embarque<sup>9</sup> (que eram as do Vale do Paraíba), tornando os custos de transporte aceitáveis, pelo suprimento de escravos garantido pelo tráfico internacional, além da superexploração imposta ao cativo. Produzia-se em larga escala e a baixos preços, sem nenhum cuidado para com a terra (eram usadas técnicas predatórias no solo), pois era a única forma de expandir a produção com lucratividade e enfrentar a concorrência dos demais países produtores<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Os rios que desaguavam no fundo da Baía de Guanabara faziam a ligação entre a serra e o porto do Rio de Janeiro através dos portos localizados em suas margens, tais como Iguaçu, Estrela e Porto das Caixas. O porto de Iguaçu escoava a produção cafeeira de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul antes da construção das ferrovias. O porto de Estrela, situado às margens do rio Inhomirim, escoava a produção de Saracuruna (atual distrito do município de Duque de Caxias). No Porto das Caixas, situado às margens do rio Macacu, era escoado o café da região oriental do Vale do Paraíba, principalmente Cantagalo, cuja importância pode ser atestada num dado de 1839: a exportação anual de café era de 200 mil arrobas (cf. MACHADO, 1993: 26). O transporte do café até esses portos era feito em lombos de mulas (até 1852, quando é inaugurada a Estrada de Ferro D. Pedro II).

<sup>10</sup> Cf. MELLO (1982: 70).

A cana-de-açúcar, apesar de ser uma mercadoria marginal no exterior nessa época, apresentou um quadro de incremento da exportação até 1830, com os engenhos se concentrando no litoral da capitania<sup>11</sup>, e um movimento de descenso a partir dessa década, só sobrevivendo as áreas de Campos, Macaé e Cabo Frio, que conseguiram manter o dinamismo, devido à modernização das técnicas (substituição das engenhocas, que eram unidades com escalas de produção diminutas, por engenhos a vapor) e às condições de solo, relevo e clima, dado o decréscimo do valor médio da arroba exportada por causa da concorrência com o açúcar de Cuba e da substituição, na Europa, do açúcar de cana pelo de beterraba, além da criação de tarifas protecionistas por parte do governo inglês para o açúcar produzido nas suas colônias antilhanas<sup>12</sup>. Em termos populacionais, observando a Tabela 1, percebemos um aumento do número de escravos, com um plantel na área açucareira superior ao plantel da área cafeeira, mas com um ritmo de crescimento menor, dadas as dificuldades enfrentadas por essa cultura e a sua concentração no Norte Fluminense a partir da década de 1830.

No tocante à produção de gêneros alimentícios, além da feita nas áreas periféricas às grandes fazendas pelos sitiantes com o intuito de abastecer o mercado local e a cidade do Rio de Janeiro, havia também uma produção na área do entorno da Baía de Guanabara com o mesmo objetivo.

Tomando por base o trabalho de MARCONDES (1995), que não nos fornece números, devido ao precário aparelho estatístico do período para essa produção, nos impossibilitando de montar uma série estatística satisfatória, temos os exemplos de Magé, que exportava grande quantidade de farinha, milho, feijão, alguma quantidade de açúcar e arroz e um pouco de café, Guapimirim (área contígua a Magé) cultivava mandioca, arroz e café e Suruí, cuidava da farinha, do arroz e do café. Temos, então, uma produção de gêneros alimentícios e uma outra que poderíamos chamar “residual” de café e açúcar.

---

<sup>11</sup> “Em 1799 (...) os engenhos concentravam-se no litoral da capitania: dos 616 engenhos de açúcar, 324 situavam-se ao redor de Campos (52% do total), 39 no litoral Sul (6,3%), 25 em Cabo Frio (4,1%) e, outros 228 (37%), nos contornos da Baía de Guanabara [cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Niterói e Magé]. Com relação aos engenhos de aguardente, a distribuição invertia-se: das 253 engenhocas existentes, Campos possuía apenas 4 (16%) e Cabo Frio 9 (3,6%), os contornos da Guanabara 85 (33,6%) e o litoral Sul 155 (61,3%).” (MARCONDES, 1995: 247-248). Até 1830, o número de engenhos chega até 700 (aproximadamente), provocando a ocupação de novas regiões, como Macaé e Cabo Frio, a partir de Campos (cf. MARCONDES, 1995: 248).

<sup>12</sup> Cf. MARCONDES (1995: 242).

Em termos populacionais, as áreas de expansão cafeeira e açucareira, além da cidade do Rio de Janeiro (devido à sua importância político-comercial), são as de maior contingente e crescimento no período, diferentemente das regiões de produção de abastecimento (conforme a Tabela 2 abaixo).

Tabela 2  
Distribuição da População da Província do Rio de Janeiro, incluindo a Cidade do Rio de Janeiro

Áreas <sup>1</sup>	Anos			
	1821		1840	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Rio	55.090	57.605	58.553	78.525
Açúcar	52.966	45.037	101.983	89.735
Café	15.145	15.200	81.208	54.713
Outras	49.801	41.616	55.687	53.037
Total	173.002	159.458	297.431	276.010

Fonte: Marcondes (1995).

Nota: 1) Definição das áreas: Rio (cidade do Rio de Janeiro), Açúcar (Norte Fluminense), Café (Vale do Paraíba), Outras (Litoral Sul, Baixada Fluminense, Niterói, área de Magé).

Concluindo este item, podemos afirmar que a constituição e a consolidação da economia cafeeira vai modificando todo o espaço econômico e populacional da cidade e da Província do Rio de Janeiro, dada a característica de latifúndio escravista, onde todos os demais setores agrícolas ou diminuem de importância, como o açúcar, ou só existem como abastecedores da cidade e das fazendas de café, como o setor de produção de bens de subsistência (que existia em torno das fazendas ou dentro delas)<sup>13</sup>.

Porém, com o fim do tráfico negreiro e a implantação da Lei de Terras em 1850, temos uma modificação no quadro de ascensão da cafeicultura, como veremos no próximo item.

<sup>13</sup> Para maiores detalhes sobre o comércio interno de abastecimento da Corte, ver LENHARO (1993).



## 1.2 – O APOGEU E A DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA FLUMINENSE (1850-1889)<sup>14</sup>

### Introdução

Conforme vimos no item anterior, no período 1800-1850 ocorreu um extraordinário aumento da produção de café, dada a generalização do seu consumo nos mercados centrais, consolidando-se o latifúndio escravista cafeeiro.

Porém, esse quadro de ascensão cafeeira sofreu modificações a partir da década de 1850, devido à proibição legal do tráfico negreiro pela Lei Euzébio de Queiroz<sup>15</sup>. A partir daí, o preço do escravo alcançou patamares altíssimos e a oferta, após 1856, foi atendida basicamente pelo Nordeste brasileiro. E até 1860, superaria a falta de braços causada pelo fim do tráfico<sup>16</sup>.

Assim, a expansão cafeeira se deu, a partir de 1850, com custos crescentes e com margens decrescentes de lucro, tendo como consequência a diminuição do ritmo e do potencial de acumulação<sup>17</sup>.

Para irmos mais a fundo nesse assunto, subdividimos este item, trabalhando primeiramente o movimento do café no mercado internacional; depois o processo do apogeu e da decadência da cafeicultura fluminense (passando rapidamente pela evolução da cafeicultura do "Oeste Paulista"); o sistema financeiro do Império e o financiamento da produção, mostrando a subordinação do capital cafeeiro ao capital mercantil; a produção agrícola não cafeeira e a sua diminuição, dado o uso cada vez mais intensivo da terra e dos escravos.

---

<sup>14</sup> Os parágrafos que se seguem se baseiam largamente em CANO (1985), CANO (1998) e MELLO (1982) (salvo indicações específicas).

<sup>15</sup> Até 1856 houve declarado contrabando (cf. CANO, 1998).

<sup>16</sup> Vale lembrar aqui que o número de escravos aumentou em todo o Sudeste, dada a necessidade cada vez maior de braços para a expansão cafeeira.

<sup>17</sup> "Por estranho que pareça, conquanto o esto do tráfico negro tenha possibilitado a rápida expansão da cultura cafeeira durante a década anterior, foi a cessação desse mesmo tráfico que incentivou a prosperidade e a opulência. Para as pequenas fazendas, com poucos escravos, a vertiginosa alta de preço do escravo, depois de 1852, constituiu verdadeira calamidade. Ao contrário, para os grandes fazendeiros que haviam contraído dívidas para a aquisição de grandes contingentes de escravos no período de preços baixos, a terminação do tráfico constituiu uma bonança. Em consequência dessa valorização dobrou também o valor das garantias que podiam oferecer para contrair novos empréstimos, que iriam permitir-lhes superar a primitiva economia de auto-suficiência característica da primeira fase agrícola." (STEIN, 1961: 35).

## Evolução do Café no Mercado Internacional

Após 1850, não seria possível à economia cafeeira se expandir se não fosse a subida providencial de preços a partir de 1857 (que foi um ano de crise generalizada)<sup>18</sup>, devido à recuperação da economia européia e a limitação ainda maior da ampliação da mão-de-obra, além da infestação das culturas cafeeiras pela praga *Elachista coffeela*. Essa economia não "(...) suportaria a elevação do preço do escravo, verificada, apesar do vigoroso tráfico interprovincial e das 'reservas' de que dispunha, uma vez que as importações nos anos que precederam imediatamente o encerramento do tráfico ficaram bem acima das necessidades. Ademais, na medida em que foram ocupando terras mais distantes do litoral, os custos de transportes devem ter crescido apreciavelmente. O aumento dos preços internacionais, portanto, contrabalançou, ao menos de modo relativo, os efeitos perversos pelo lado dos custos, mantendo positivas as perspectivas do negócio cafeeiro. A produção cresceu consideravelmente." (MELLO, 1982: 70-71).

Observando a Tabela 4, verifica-se até 1863 um crescimento considerável da produção, além de uma melhoria sensível na receita de divisas<sup>19</sup>, com o grosso da nova capacidade produtiva entrando em operação nesse ano, quando os preços internacionais se deprimem, devido não só à expansão brasileira, como também ao crescimento da produção da América Central, da Ásia e da África, além da redução da demanda norte-americana por causa da Guerra de Secessão.

Em 1868, entretanto, a produção mundial de café sofreu uma redução devido à quebra da safra brasileira e da safra da América Central, ao mesmo tempo em que ocorria a expansão do consumo (tanto na Europa quanto nos EUA, que tinha terminado a Guerra de Secessão), elevando-se os preços externos e internos até 1875 e aumentando nossa receita.

Devido, contudo, às pressões dos compromissos governamentais, principalmente por causa da seca no Nordeste, os déficits fiscais aumentaram. A taxa cambial teve que baixar (desvalorização do mil-réis), mesmo com o aumento da receita proveniente do

---

<sup>18</sup> A crise de 1857 teve como causa a grave crise financeira que assolou a Europa e os EUA. Os credores desses países, para saldarem seus compromissos locais, exigiam o pagamento imediato dos devedores brasileiros. Com isso, o Brasil sofreu graves consequências: para o país poder saldar as dívidas, as mercadorias foram vendidas com perdas devido à queda de preços, o que exigiu o envio complementar de numerário.

<sup>19</sup> Os preços internos passaram de 18 mil réis a saca, na exportação, para 27 mil réis em 1863.

café. Porém, o seu preço cai lentamente, mantendo relativamente elevada nossa receita de divisas, e começa a declinar mais rapidamente por causa do aumento da pressão para importar. Durante algum tempo, as baixas do preço do café no mercado internacional foram compensadas, pois a remuneração do café, em moeda nacional, diminuiu bem menos rapidamente<sup>20</sup>, explicando o motivo da produção não deixar de aumentar por quase dez anos.

Os preços internacionais só não baixaram mais por causa das más condições climáticas, que impediram o crescimento ainda maior do número de cafés plantados, tanto que em 1881 e em 1882, a exportação foi menor do que nos períodos anteriores (devido à crise européia), baixando ainda mais em 1884/1885, por causa da crise norte-americana.

Porém, as safras de 1885/86 e de 1886/87, que foram, respectivamente, de 5,6 milhões de sacas e de 6,2 milhões, denotam que houve uma forte expansão da produção, e a safra de 1887/88, que foi de 3,3 milhões, mostra, ao contrário, uma quebra de 50% (comparativamente às produções anteriores). O patamar anterior é recuperado na safra de 1888/89, que foi de 6,5 milhões e volta a diminuir novamente (porém, com menos intensidade do que 1887/1888) em 1889/90, que foi de 4,6 milhões. Essas flutuações, originadas do próprio ciclo cafeeiro, explicam as elevações de preços processadas entre 1885 e 1890 no mercado internacional, chegando a duplicá-los<sup>21</sup>.

"A crise européia, iniciada em 1882 e a norte-americana, iniciada em 1884, já se encontravam inteiramente superadas e, a partir de 1886, os mercados mundiais revelavam um crescimento extraordinário, particularmente o norte-americano. Entre 1885 e 1890, o rendimento dos consumidores se elevava com rapidez e, portanto, a sua procura, o que, por seu turno, auxiliou a alta dos preços." (DELFIM NETTO, 1979: 17).

---

<sup>20</sup> Cf. DELFIM NETTO (1979: 12).

<sup>21</sup> Cf. DELFIM NETTO (1979: 15 e 17).

**Tabela 3**  
**Taxas Médias do Câmbio e do Preço Médio do Café Brasileiro e Quantidade de Sacas Exportadas entre 1851 e 1890**

Anos	Cotação Média do Câmbio	Preço Médio do Café por 10 kg (em mil-réis)	Quantidade de Sacas de Café Exportado (média do período)
1851 a 1860	27	4\$358	2.481.226
1861 a 1870	23	6\$862	2.625.690
1871 a 1880	24	6\$459	2.924.658
1881 a 1890	22	4\$853	4.025.797

Fonte: Censo de 1907.

### **Movimento do Café no Rio de Janeiro**

Com o crescente encarecimento da mão-de-obra, a agricultura cafeeira tendeu à especialização<sup>22</sup>, passando toda a mão-de-obra a dedicar-se exclusivamente para o café, reduzindo os cultivos alimentares para a manutenção da fazenda, transformando uma parcela de custos, que em grande parte eram não-monetários em monetários (os alimentos passam a ser comprados), requerendo capital circulante adicional (o que implicava em crescente parcela de juros efetivos ou imputados nos custos de produção), sendo que esses custos se elevaram devido ao aumento dos preços absolutos desses alimentos no mercado (como podemos ver nas tabelas abaixo).

**Tabela 4**  
**Preços de Atacado no Rio**

Mercadoria	1850-1851		1854-1855		1858-1859	
	Preço	Índice N.º	Preço	Índice N.º	Preço	Índice N.º
Arroz (arroba)	1\$520	100	1\$410	93	3\$300	217
Açúcar (arroba)	1\$770	100	2\$050	116	3\$750	212
Carne Seca (arroba)	2\$720	100	2\$830	104	5\$500	102
Feijão (alqueire)	2\$300	100	3\$980	173	4\$980	216
Milho (alqueire)	1\$150	100	1\$530	132	3\$750	326
Toucinho (arroba)	3\$540	100	7\$980	225	8\$500	240

Fonte: Stein (1961).

<sup>22</sup> Vale aqui acrescentar que a Lei de Terras de 1850 buscou, juntamente com a emancipação gradual dos escravos, atrair a imigração, o que não surtiu efeito, apesar de todas essas políticas visarem auxiliar o cafeicultor fluminense.

Tabela 5  
Preços do Varejo em Vassouras, 1850-1861

Mercadoria	1850-1851		1855-1856		1858-1859	
	Preço	Índice N.º	Preço	Índice N.º	Preço	Índice N.º
Arroz (kg)	0\$150	100	0\$300	200	0\$600	400
Açúcar (arroba)	2\$200	100	5\$400	245	8\$800	400
Carne Verde (kg)	0\$110	100	0\$320	291	0\$400	364
Milho (alqueire)	1\$600	100	2\$500	156	8\$000	500
Toucinho (kg)	0\$180	100	0\$500	277	0\$800	444
Bacalhau (kg)	0\$150	100	0\$300	200	0\$600	400
Queijo de Minas	0\$800	100	1\$280	160	1\$600	200
Alho (penca)	0\$200	100	0\$500	250	1\$000	500
Sal	0\$100	100	2\$560	256	-	-

Fonte: Stein (1961).

Cabe aqui acrescentar que com o fim do tráfico, houve a liberação do dinheiro empregado para esse fim, que passou a ser destinado para as mais diversas atividades, tais como: operações bancárias, comércio de importação e exportação, financiamento de empresas, especialmente as companhias de transporte, chegando a praça do Rio de Janeiro a ter um farto crédito. Com isso, o fazendeiro, confiando nas suas safras futuras para liquidar suas dívidas, as empenhava para obter mais dinheiro, comprar mais escravos, avançar predatoriamente sobre as matas e plantar mais café, encerrando num “círculo de ferro” a economia cafeeira do Vale do Paraíba, como STEIN (1961: 36) afirma, esclarecendo mais ainda o motivo da especialização exclusiva no café, pois o crédito fornecido ao fazendeiro dependia do número de arrobas comercializado pelo comissário.

Quanto aos sítios e pequenas lavouras situados próximos das grandes propriedades, houve a diminuição gradual da produção de gêneros alimentícios de abastecimento das grandes fazendas, por causa da elevação do preço dos escravos (tornando cada vez mais difícil sua compra, por causa dos limitados recursos econômicos dos pequenos sitiantes e lavradores) e também por causa de absorção cada vez maior de mão-de-obra escrava pela grande lavoura.

Apesar da intensificação da produção, os processos agrícolas rudimentares empregados, as condições do solo e da topografia, além da erosão e exaustão das terras, causaram esgotamento crescente na cafeicultura da região ocidental do Vale do Paraíba (Resende, Vassouras, Barra Mansa, Pati do Alferes), provocando um deslocamento para a região oriental (Cantagalo, Paraíba do Sul, etc.), procurando terras

virgens e férteis, causando aumento nos seus preços (entre 1870 e 1873 duplicaram) e nos custos de transporte.

Os custos de transporte na economia cafeeira escravista do Rio de Janeiro são reduzidos com a expansão ferroviária (cuja maior fase de crescimento se deu nas décadas de 1870 e 1880)<sup>23</sup>, chegando a um grande número de estradas de ferro em 1885 (conforme a Tabela 6), permitindo outro alento a essa cafeicultura e representando nova oportunidade de inversão para o capital cafeeiro. Entretanto, a expansão ferroviária foi feita, em sua maior parte, depois que as plantações de café já estavam maturadas, salvo (isto na década de 1870) a região oriental. Ou seja, a ferrovia não exerceu o papel de “criadora de terras”, como ocorreu no “Oeste Paulista” (como veremos mais adiante).

Na década de 1870 ocorre a migração de vários fazendeiros, na contínua busca de terras virgens e férteis<sup>24</sup>, rumo à zona mineira e também para o Espírito Santo posteriormente, além da alternativa do “Oeste Paulista”, com grande quantidade de terras disponíveis e boas condições de clima, fertilidade e topografia, persistindo por pouco tempo os problemas de transporte (por causa da expansão ferroviária).

A fase áurea de expansão do café (entre o início da década de 1870 e o início da década de 1880) fez-se a custos crescentes. Para agravar ainda mais o quadro, entre 1876 e 1890, as cafeiculturas do Oeste Paulista, do Espírito Santo e de Minas Gerais aumentam muito suas produções, chegando a duplicarem-nas, e, juntas, a ultrapassar, e muito, a produção do Rio de Janeiro (vide Tabela 7). Outro fator que colaborou para a crise foi a transição para o regime de trabalho livre não ter prosperado, diferentemente do “Oeste Paulista”, que, na maior parte do novo plantio, não necessitou aguardar a abolição (apesar disso, coexistiram escravos e trabalhadores imigrantes e nacionais nas lavouras até a crise final do escravismo em 1888).

---

<sup>23</sup> “O investimento em ferrovias no Rio de Janeiro se processou maciçamente nas décadas de 1860/1880, embora nos anos de 1840 tenha havido duas tentativas de organização de ferrovias na Província. Ambas foram iniciativas do Governo Provincial para tentar solucionar o transporte de café nas áreas pantanosas do fundo da Baía do Rio de Janeiro [Baía de Guanabara] (...) O investimento ferroviário teve uma contribuição decisiva do investidor nacional – grandes plantadores de café e comissários (...) que lideraram esse processo, seja colocando capitais próprios, seja pressionando os governos provinciais para garantir essas operações. Quando estas ofertas não atraíram mais os capitalistas o governo aplicou fundos públicos, comprou ações e debêntures das ferrovias privadas.” (MELO, 1993: 120 e 123).

<sup>24</sup> Padrão recorrente da agricultura no Brasil em todos os tempos, inclusive na atualidade.

Tabela 6  
Malha Ferroviária do Rio de Janeiro – 1885  
Tráfego e Construção

	Extensão (km)	Capital (contos de réis)	Regime de Propriedade
<b>Município Neutro</b>			
Pedro II	832	952.453	União
Rio do Ouro	69	1.165	União
Corcovado	4	400	Nacional Privada
7Northern	71	2.000	Estrangeira
<b>Rio de Janeiro</b>			
Grão Pará	92	4.000	Nacional Privada
Cantagalo	309	10.861	Província
Carangola	188	6.000	Nacional Privada
Ramal Cantagalo	86	-	Nacional Privada
União Valenciana	63	1.080	Nacional Privada
Macaé/Campos	104	8.000	Nacional Privada
Sto. Antônio de Pádua	93	-	Nacional Privada
Sta. Isabel do Rio Preto	75	3.800	Nacional Privada
Piraiense	56	3.000	Nacional Privada
Barão de Araruama	41	800	Nacional Privada
Campos/S. Sebastião	18	600	Nacional Privada
Comércio/Rio das Flores	27	790	Nacional Privada
Resende/Areias	28	2.200	Nacional Privada
Bananalense	12	810	Nacional Privada
São Fidélis	15	-	Nacional Privada
Vassourenses	6	-	Nacional Privada
Rio Bonito/Jutanaíba	9	-	Nacional Privada

Fonte: Ribeiro Pessoa (1886) *apud* Melo (1993).

Nota: (-) Dado não disponível. Observação: A União Valenciana, Santa Isabel do Rio Preto, Ramal Resende a Areas, Comércio a Rio das Flores, Ramal Bananalense, Vassourense e a Piraiense, posteriormente Estrada de Ferro Santana eram conectadas à Estrada de Ferro D. Pedro II (principal tronco ferroviário, que ligava o Porto do Rio de Janeiro com São Paulo e Minas Gerais). Os fazendeiros de café da Zona Serrana do Centro e da porção oriental do Vale do Paraíba (sendo estes aliados com o setor canavieiro de Campos), construíram a Estrada de Ferro de Cantagalo, Estrada de Ferro Carangola, Ramal de Cantagalo, Estrada de Ferro Macaé/Campos, Estrada de Ferro Barão de Araruama, Estrada de Ferro São Fidélis (em construção em 1885), e a Estrada de Ferro de Campos a São Sebastião. As ferrovias mais importantes dentre estas foram as Estradas de Ferro de Cantagalo e Carangola (cf. MELO, 1993: 131-137).

Tabela 7  
Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras  
(em sacas)

Anos	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1851/1860	1.741.240	-	-	-
1861/1870	1.658.678	-	-	-
1871/1880	1.987.000	925.000	767.000	124.000
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (vários anos), Stein (1961) e Cano (1985).

Nota: (-) Dado não disponível.

Tabela 8  
População Escrava das Principais Regiões Produtoras de Café, 1819 a 1887

Província	1819	1823	1872	1873	1882	1885	1887
Corte	-	-	48.939	47.084	35.568	28.000	-
Minas Gerais	168.543	215.000	370.459	311.304	279.010	226.000	191.252
Rio de Janeiro	146.660 (a)	150.549 (a)	292.637	301.352	268.881	218.000	162.421
São Paulo	77.667	21.000	156.612	174.622	130.500	128.000	107.829
Espírito Santo	20.272	60.000	22.659	22.207	20.717	15.000	13.381

Fonte: Stein (1961).

Notas: (a) Rio de Janeiro e Corte; (-) Dado não disponível.

Tabela 9  
População Livre e Escrava das Principais Regiões Produtoras de Café, 1823 e 1872

Província	1823			1872		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Corte	-	-	-	226.033	48.939	274.972
Minas Gerais (a)	425.000	215.000	640.000	1.669.276	370.459	2.039.735
Rio de Janeiro	301.099 (b)	150.549 (b)	451.648 (b)	490.087	292.637	782.724
São Paulo	259.000	21.000	280.000	680.742	156.612	837.354
Espírito Santo	60.000	60.000	120.000	59.478	22.659	82.137

Fonte: Stein (1961).

Notas: (-) Dado não disponível; (a) cabe aqui lembrar que o grande número de escravos em Minas Gerais deve-se não tanto ao café (localizado na Zona da Mata), que utilizava em torno de 25% do número total de escravos da província, mas sim às demais atividades econômicas em outras regiões da mesma (cf. CANO, 1985: 295); (b) Província do Rio de Janeiro e Corte.

A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, oriundas desde 1850, estavam na continuação da adoção do escravismo (cada vez mais uma alternativa anti-econômica, dado que com o fim do tráfico, inclusive o interprovincial, o plantel ia envelhecendo), nas



técnicas tradicionais na produção agrícola e com a devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas inesperadas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem (que ocorriam sempre) e das chuvas torrenciais. “A devastação dos morros cobertos de mata virgem, de Vassouras, provocou a erosão e as mudanças climáticas. De um extremo a outro do Vale do Paraíba a história se repetia, a natureza ajudando o trabalho destrutivo do homem.” (STEIN, 1961: 260). As encostas mais elevadas cobertas de cafezais perderam sua fertilidade, à medida que as chuvas os arrastavam para as fraldas dos morros, sendo que o fato se tornava mais grave ainda quando os cafezais de baixo se tornavam estéreis. Ou seja, tínhamos um processo de decrepitude dos cafezais, além de seu envelhecimento, diminuindo sua produtividade ano a ano.

Outro ponto a ser colocado, está no uso da máquina de beneficiamento que, adotada num contexto de economia escravista decadente, não obteve o mesmo sucesso ao de outras regiões, apesar do beneficiamento ter melhorado com essas máquinas (mesmo convivendo-se com os métodos tradicionais e o tratamento do cafeeiro ter continuado o mesmo). “Alguns fazendeiros atribuíam demasiada importância ao valor das instalações custosas, presumindo que grandes investimentos financeiros por si só garantiriam bons lucros, entregando sua operação a escravos não habilitados que não demonstravam maior interesse no eficiente funcionamento das máquinas e na sua conservação do que em colher com cuidado. Frequentemente os fazendeiros empregavam máquinas a vapor quando na realidade as quedas d’água bastavam para fornecer a energia necessária; outros, ainda, construíam magníficas usinas para abrigar a maquinaria e faziam economia na instalação de força motora. À desilusão seguia-se o desalento, depois que um fazendeiro adotava novas máquinas, tendo gasto ‘verdadeiras fortunas experimentando maquinaria variada’ (...) A terra, os cafeeiros, e os escravos, enquanto isto, continuavam a se desvalorizar, e os bancos – sempre avessos a emprestar dinheiro às propriedades cafeeiras – restringiam ainda mais o crédito agrícola.” (STEIN, 1961: 284).

Os efeitos da derrocada foram: i) tendência à diminuição da taxa de lucro da ferrovia, resultando numa estrutura deficitária, tendo como única solução a encampação estatal; ii) a introdução da máquina de beneficiamento, apesar de poupar mão-de-obra e

reduzir custos, também não teve o mesmo sucesso que o de outras regiões, pois foi introduzida num contexto de economia escravista decadente, além do fato dessa máquina ser mais rudimentar que as existentes no “Oeste Paulista”<sup>25</sup>.

Agora, para podermos continuar nossa análise da economia carioca/fluminense, faremos, rapidamente, uma breve análise do avanço da cafeicultura paulista e seus desdobramentos, pois a partir daí, entenderemos o que ocorreria no Rio de Janeiro (como veremos nos itens seguintes e no próximo capítulo).

Devido ao retrocesso agrícola no Rio de Janeiro, dados os problemas descritos anteriormente, fechou-se a possibilidade de expansão cafeeira nessa região. A alternativa possível em aberto encontrava-se nas terras do Planalto Paulista, na direção do “Oeste Paulista”, onde havia boas condições de clima, fertilidade e topografia, mesmo enfrentando problemas de transporte (mas por pouco tempo).

Na década de 1870 observamos o uso de técnicas agrícolas bem mais eficientes (apesar de não serem modernas) no “Oeste Paulista” do que as usadas no Médio Paraíba. O uso do arado era maior e, por causa da melhor topografia, parte dessa lavoura pôde introduzir a máquina carpideira, que substituía com vantagem o trabalho de seis escravos, possibilitando, assim, que o trabalho cativo pudesse ser intensificado. Outras vantagens que a cafeicultura dessa região tinha: a fertilidade das terras e a menor idade dos cafeeiros, que proporcionavam uma produtividade física cinco vezes maior do que a verificada no Médio Paraíba. A produtividade cresceu ainda mais com a introdução do uso das máquinas de beneficiamento do café (ainda rudimentares na década de 1870 e que seriam mais modernas na década de 1880)<sup>26</sup>.

Com essa alta produtividade (aumentando as margens de lucro da cafeicultura), houve uma demanda, cada vez maior, de ocupação de novas terras, podendo converter lucros em inversões (no caso, em novos plantios). Contudo, à medida que a fronteira agrícola penetrasse cada vez mais no interior, deparar-se-ia com a barreira dos altos custos de transporte do café, devido à distância entre as zonas produtoras e o porto de embarque.

---

<sup>25</sup> Cf. CANO (1985: 293).

<sup>26</sup> Para maiores detalhes sobre a introdução das máquinas de beneficiamento em São Paulo, ver TAUNAY (1943) e Sérgio SILVA (1976).

Esse obstáculo só foi superado com a implantação do sistema ferroviário, que desbravou a fronteira agrícola no período 1867-1883, rebaixou os custos da produção cafeeira, diminuindo os gastos com transporte e contribuiu para a elevação da produtividade física do café (antes, por causa do problema de transporte, parte da produção cafeeira apodrecia nas fazendas mais distantes e outra parte se extraviava ou era destruída durante o longo tempo de percurso, dadas as condições precárias de carregamento do produto).

Podemos concluir, então, que as máquinas de beneficiamento e ferrovias contribuíram para a forte ampliação das margens de lucro e que, dada a disponibilidade de terras e o comportamento da demanda externa, necessitava-se aumentar a produção cafeeira (que por sua vez aumentava a acumulação desse produto), explicitando a impossibilidade da permanência do escravismo no café<sup>27</sup>, dado que este obstava cada vez mais a acumulação<sup>28</sup>, tanto que o plantio era “terceirizado”, através de um empreiteiro com homens livres, em geral nordestinos (isto durará até 1885, quando esse sistema de plantio agonizará, dada a entrada maciça de imigrantes a partir de 1883, como veremos logo adiante).

O que houve foi a transição do sistema de trabalho escravo para o de trabalho livre, porém, no Médio Paraíba ela foi bastante difícil (região plenamente estruturada pelo regime escravista e em situação econômica decadente) e gradativa nas zonas mais antigas do “Oeste Paulista” (regiões de Campinas, de Sorocaba e de Bragança)<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Vale aqui acrescentar que a ferrovia e a máquina de beneficiamento, ao mesmo tempo em que incentivaram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, também se constituíram num obstáculo à mesma, pois economizavam trabalho escravo, permitindo sua maior utilização nas lavouras, mantendo, assim, a acumulação e atrasando o fim do escravismo, mesmo havendo a convivência com o trabalho assalariado (cf. MELLO, 1982: 82).

<sup>28</sup> “Quem comanda a acumulação, o grande capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, é que sente o problema na carne. Ao contrário, as empresas estabelecidas nas zonas ‘velha’ e ‘madura’ [como o Vale do Paraíba] não estavam afetadas pelo problema da escassez de trabalhadores e se opunham, com maior ou menor vigor, à sua solução. Algumas, porque a perspectiva da Abolição representava o espectro da liquidação do valor do único ativo que talvez lhes restasse, os escravos; outras, porque não poderiam arcar com os maiores custos representados pelo trabalho assalariado; todas, porque as novas empresas (que deveriam ser organizadas com trabalhadores livres) lhes fariam impiedosa concorrência.” (MELLO, 1982: 83-84).

<sup>29</sup> Dado que essas regiões utilizavam o trabalho escravo, a única forma de manter a rentabilidade era através da incorporação de terras novas, o que muitos fizeram, ao migrarem para as terras mais novas de São Paulo, perdendo competitividade quem ficou. Estas terras novas foram incorporadas, na maioria dos casos, sem custo adicional, pois a posse continuou a ser praticada, apesar da lei de terras de 1850 tê-la proibido (cf. Lígia SILVA, 1996).

Durante essa transição, coexistiram nas lavouras cafeeiras do “Oeste Paulista” distintos sistemas de emprego (além do escravista, naturalmente) e de remuneração de mão-de-obra: parceria (regime que entra em colapso a partir de 1856) e salário fixo. Essa coexistência, muitas vezes na mesma fazenda, trazia problemas, tanto no tocante às relações entre o fazendeiro e os trabalhadores, pautadas ainda dentro de relações escravistas (o parceiro e o assalariado eram tratados quase que como escravos) e às remunerações baixas. Entre 1870 e 1883, fazendeiros e autoridades chegaram a pensar em importar *coolies* (trabalhadores chineses), cuja introdução não foi bem-sucedida<sup>30</sup>.

Então, devido ao insucesso nos regimes de trabalho de parceria e à tentativa mal-sucedida de se importar os *coolies*, além dos aumentos crescentes dos preços dos escravos, a solução veio pela imigração européia, sendo o regime de trabalho o “colonato”, que se expandiu lentamente a partir de 1870 e se acelerou a partir de 1883<sup>31</sup>.

Resolvido o problema do suprimento de mão-de-obra e tendo havido a recuperação dos preços do café, que caíam desde 1882, tivemos condições extremamente favoráveis para a expansão do plantio nas regiões mais distantes do “Oeste Paulista”. Tanto que entre 1886 e 1897 o novo plantio triplica o estoque anterior de cafeeiros, contando com as vantagens do regime de trabalho livre.

### **Financiamento da Produção/Sistema Financeiro: Subordinação do Capital Cafeeiro ao Capital Mercantil no Rio de Janeiro**

A partir da década de 1850, houve modificações no setor de financiamento do café em relação às décadas anteriores (conforme vimos no item 1.1), melhor aparelhando-o às novas necessidades através da fundação de grandes casas comissárias que faziam grandes adiantamentos às lavouras, limitando a participação de elementos intermediários de posses reduzidas. Surgem também as grandes firmas de poderosos fazendeiros já enriquecidos, que incumbiam alguns dos membros de suas famílias para representá-los e cuidar de seus interesses na esfera comercial. Tínhamos, então, a criação de uma elite

---

<sup>30</sup> Por causa dos preços relativamente baixos do café nas décadas de 1850 e 1860 e dos altos custos de transporte, se pensou nessa solução, pois esses trabalhadores recebiam ínfimos salários em vários países (cf. CANO, 1998: 52).

<sup>31</sup> Em 1872, por exemplo, o Estado de São Paulo, tinha um total de 10464 imigrantes; em 1883, 32602; em 1885, 43981; e, em 1886, 53517 (fonte: Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Immigração, 1937: 31, *apud* CANO, 1998: 49).

de cafeicultores, constituindo-se uma burguesia comercial que controlava os principais setores econômicos.

Os pequenos comerciantes e as casas comissárias localizadas no Recôncavo da Guanabara se transferiram para outros locais devido à marginalização gradativa dos pequenos portos escoadores após a abertura das primeiras ferrovias, concentrando os negócios cafeeiros no Rio de Janeiro.

O comissário, além de exercer a função de agente de comercialização em grande escala, também financiava a lavoura, apesar do processo de concessão de créditos se apresentar muito complexo na época, envolvendo grande número de pessoas, iniciando-se com o comissário, que distribuía empréstimos com recursos próprios apenas na base da confiança, através do sistema de conta-corrente ou letras com ou sem a garantia hipotecária. Contudo, como o comissário possuía um grande número de fregueses e freqüentemente era solicitado por estes para lhes conceder adiantamentos, seus recursos se tornavam insuficientes para tal tarefa, tendo, com isso, de recorrer a empréstimos bancários. O dinheiro era obtido mediante o desconto de letras recebidas do fazendeiro<sup>32</sup> (que tinham prazos de 4 a 6 meses, mas que eram renováveis) pelo comissário nas casas bancárias (que também tinham recursos limitados), fazendo-se necessário redescontar os títulos nos grandes bancos. A consequência desse complicado circuito era o encarecimento das taxas de juros, que não chegavam a impedir a reprodução dos negócios.

O fato de o comissário fazer o papel de banqueiro advinha da ausência de crédito agrícola no Brasil. Devemos acrescentar aqui que o sistema bancário se estruturou inteiramente ligado às atividades comerciais, realizando depósitos e descontos, sendo que após 1850 continuou mantendo um sistema de crédito puramente mercantil<sup>33</sup>. Daí destacaríamos as seguintes implicações:

---

<sup>32</sup> Antes da década de 1850, os empréstimos eram feitos somente com base na confiança. A partir de 1853, passavam a ser feitos mediante o uso de letras, dado o grande crescimento das transações financeiras, afrouxando, então, os laços pessoais, mas garantindo maior estabilidade e equilíbrio às operações mercantis.

<sup>33</sup> Em 1853, surgiu o terceiro banco carioca (depois do Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1838 e do Banco do Brasil de Mauá, fundado em 1850, ambos com funções eminentemente comerciais), o Banco Rural e Hipotecário, que apesar do nome, empregava pouquíssima parcela do seu capital em hipotecas e mesmo assim em imóveis urbanos no Município Neutro.

- i) O sistema se estruturou para o financiamento do comércio, exclusivamente, não tendo condições de atender plenamente às necessidades do setor agrícola.
- ii) Funcionamento a curto prazo e com altos juros, não beneficiando o fazendeiro, que trabalhava no longo prazo.
- iii) Inexistência do crédito agrícola, mesmo nos bancos intitulados agrícolas ou hipotecários, que na prática funcionavam tais como os bancos comerciais, isto é, com empréstimos a curto prazo, descontos, depósitos e dinheiro em conta corrente.

Entretanto, não só após 1850, como antes do fim do tráfico, a cafeicultura, à medida que ia se expandindo, necessitava cada vez mais de crédito, pressionando-se cada vez mais os comissários, mostrando, assim, as limitações desse esquema de concessão de capitais. Este fato levou às tentativas de reformulação da Legislação Hipotecária já em 1843 através do Registro Geral de Hipotecas (regulamentado em 1846), na busca de atenuar a insegurança para o prestador do capital. Porém, essa lei não surtiu o efeito esperado, pois a terra praticamente não podia ser liquidada, era o “escudo” do fazendeiro, por força da chamada adjudicação forçada. Esta previa a obrigação do credor receber as terras hipotecadas pelo fazendeiro caso este não conseguisse saldar suas dívidas. A situação, então, se manteve inalterada e continuou assim após 1850 com as dificuldades para os empréstimos à agricultura, onde os bancos se negavam a negociar diretamente com o fazendeiro, preferindo a intermediação dos comissários, como forma de atenuar a insegurança<sup>34</sup>.

Na década de 1860, porém, houve uma modificação substancial desse quadro por causa da eclosão da crise de 1857, vista por muitos na época como resultado de emissões irrefreadas. Com isso, fez-se a Reforma Metalista em 1860, que acabou com a pluriemissão e instituiu a conversibilidade da moeda e dos bilhetes bancários em ouro. Isso reduziu a quase nada a autonomia dos bancos emissores, que passaram a

---

<sup>34</sup> A política financeira dos anos 1850 (pluriemissão bancária, expansão dos meios de pagamento e ampliação das facilidades de crédito) atenuou as dificuldades para o fornecimento de capitais à lavoura, mas com uma adaptação do crédito comercial a esse tipo de investimento, via intermediação dos comissários frente aos banqueiros, como foi visto nos parágrafos anteriores.

depende dos fluxos de ouro, com maior vulnerabilidade externa e aperto do crédito interno. Tivemos, então, o início da intervenção de um Estado liberal na vida econômica do país, tendo como o maior exemplo a Lei de 1860 (conhecida como “lei dos entraves”), proibindo a venda de ações antes da integralização total do capital<sup>35</sup>, além da continuação da dependência de autorização do governo, somando-se, naquele momento, a autorização também do Conselho de Estado. Bancos, companhias de estrada de ferro ou de navegação que quisessem atuar em mais de uma província precisavam da aprovação do Poder Legislativo. Essa lei dificultou muito a concessão de licenças para as sociedades anônimas.

A partir de 1863, com o início da operação dos bancos ingleses no Brasil, que foram favorecidos pelo padrão-ouro e cobravam taxas de juros inferiores no desconto de títulos, aprofundaram-se ainda mais as diferenças entre os interesses do fazendeiro (empréstimos a longo prazo) e os do capital bancário (operações de curto prazo), pois essas instituições não tinham condições de se adaptar às necessidades dos comissários de café.

Essa situação se agrava ainda mais com a crise comercial de 1864<sup>36</sup>, aumentando as dificuldades de obtenção de capitais para a lavoura.

Com o acirramento do problema, foi votada nesse mesmo ano uma lei (regulamentada em 1865) que dava maiores garantias aos emprestadores e as linhas mestras para a fundação de estabelecimentos de crédito rural que, na prática, não deram resultado nenhum. Ou seja, continuaram-se os prazos curtos e os juros cada vez mais altos, não se resolvendo, então, as principais questões, além do fato dessa lei e seus decretos suplementares terem aprofundado ainda mais a adjudicação forçada, pois previa-se que “(...) nenhum empréstimo podia ultrapassar a metade da garantia oferecida pelo devedor hipotecário. Nessas condições, quando o devedor não saldava seus compromissos e o prestamista conseguia a ordem de execução judicial, o devedor

---

<sup>35</sup> Sobre a integralização do capital, a Lei de 1860 dispunha que “(...) enquanto o governo não declarasse constituída uma sociedade anônima, não poderia ela emitir, sob nenhum pretexto, título algum; depois de constituída, suas ações somente poderiam ser negociadas ou cotadas após a realização de um quarto do capital social.” (LEVY, 1988: 64). Para maiores detalhes sobre a “lei dos entraves”, ver GRANZIERA (1979) e LEVY (1988).

<sup>36</sup> A crise comercial caracterizou-se pelo fechamento de muitas casas bancárias (inclusive a Casa Souto, uma das mais importantes), e o enfraquecimento das sobreviventes, tendo como causas a concorrência dos bancos ingleses, a preferência do governo em operar nesses bancos, além da política cada vez mais austera do Banco do Brasil (que se recusou a fornecer fundos para a caução de títulos e descontos de letras).

entregava sua propriedade, exigindo restituição em dinheiro da metade do valor da mesma." (STEIN, 1961: 289). Além disso, a Lei de Terras de 1850 não conseguiu regularizar a propriedade dos fazendeiros (e era o principal motivo dos bancos resistirem em trabalhar com crédito agrícola e também o porquê das reformas hipotecárias do Império terem fracassado)<sup>37</sup>.

Foi feita outra tentativa na busca de solucionar o problema hipotecário, em 1866 através de outra legislação sobre as hipotecas e as emissões, consistindo-se de dois pontos principais:

- i) Criação da repartição de hipotecas: fundo de 35 mil contos para aquisição de apólices da dívida pública.
- ii) Fim da emissão bancária, que é substituída pela do Tesouro Nacional, sendo que "(...) todos os valores de circulação fiduciária existentes em poder do Banco [do Brasil] seriam pagos pela emissão de papel-moeda. Mais tarde, o Banco propôs ao governo que comprasse a totalidade de sua reserva metálica (...)" (GRANZIERA, 1979: 96).

Os dois pontos acima ligam o problema das hipotecas à Guerra do Paraguai (1865-1870), cujo financiamento interno tinha como base as emissões oficiais e apólices da dívida pública, transformando grande parte dos ativos do Banco do Brasil nestas últimas, constituindo-se em operações de curto prazo que concorriam com os empréstimos hipotecários, que foram preteridos (o fundo de 35 mil contos poderia ser destinado à aquisição de apólices, como exceção). O projeto se destinava a aumentar o raio de financiamento dos fazendeiros. Porém, foi burlado, pois o Banco utilizou o fundo hipotecário na transformação de antigos títulos pessoais (que eram ativos dos comissários) em títulos hipotecários. Ou seja, novas hipotecas eram muito raras e mesmo quando havia estas, contavam-se como hipotecas urbanas.

Nas palavras de GRANZIERA (1979: 97):

"Persistia, portanto, o fazendeiro fluminense encerrado numa estrutura de crédito adversa, e meios não eram palpáveis que lhe pudessem socorrer."

---

<sup>37</sup> Para maiores detalhes sobre esse assunto, ver Lúcia SILVA (1996).



Na década de 1870, dados os primeiros sinais da crise da lavoura cafeeira, aumenta-se ainda mais o temor dos emprestadores. Houve, então, uma nova tentativa em 1873, através de uma nova lei, que autorizava um acordo com o Banco do Brasil, que se comprometeria a empregar o capital de sua carteira hipotecária no empréstimo à lavoura, cobrando juros de até 6% e amortização anual até 5% sobre o total da dívida primitiva. Novamente, esta outra tentativa também não surtiu o efeito desejado, dado que os capitais destinados à lavoura eram reduzidos e a sua obtenção dependia de um complicado e moroso processo, além de um endossante da praça, o que fazia permanecer a ligação com o comércio.

Temos, então, a tentativa de 1875 com o Decreto nº 2687, que previa a criação de um banco de crédito real, situando-se na Europa e que emitiria letras hipotecárias no valor de 40.000:000\$000 (40 mil contos de réis), garantidas em ouro e juros de 5% anuais em ouro. Porém, também não logrou êxito porque a legislação hipotecária mantinha-se inalterada, não oferecendo, portanto, suficientes garantias para execução do processo hipotecário, além do fato do temor de que caso as letras hipotecárias fossem negociadas no exterior, competiriam com os títulos da dívida pública brasileira, cujos principais portadores eram os ingleses.

A situação torna-se mais difícil com a desvalorização das fazendas por causa da crise e da ameaça de extinção do trabalho escravo: os riscos tornaram-se maiores, além das inseguranças para a concessão de empréstimos aos fazendeiros.

Portanto, dadas todas as tentativas fracassadas de transformação da legislação hipotecária e da implantação do crédito agrícola, o fornecimento de capitais aos agricultores, via comissário, manteve-se da mesma forma até o final dos anos 1880.

Como palavras finais deste subitem, podemos afirmar, então, que a subordinação da cafeicultura ao capital mercantil, juntamente com os problemas do seu cultivo predatório e a pressão enorme dos custos econômicos, contribuíram para o seu fim, levando o fazendeiro e o comissário à falência.

## A Produção Agrícola Não Cafeeira

Na questão da produção agrícola não cafeeira, observamos que nas falas dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro se coloca muito a necessidade da diversificação agrícola, com a distribuição das sementes de algodão herbáceo para cultivo em forma de ensaio, com o incentivo da cultura do chá (que permaneceu restrita) e o registro dos melhoramentos da produção agrícola não cafeeira, registrando-se os exemplos de melhoramento no fabrico da farinha de mandioca.

À medida que se avança pela década de 1850, a cultura do café vai tomando o espaço de outras culturas, preocupando os sucessivos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, tanto, que no Relatório de 1857, o Presidente afirma vê-lo em rápida progressão, concomitantemente com o *desaparecimento*<sup>38</sup> das culturas da cana-de-açúcar, do arroz, do milho e da mandioca. A pequena lavoura também se entrega ao café, dado o preço elevado dos escravos (como vimos no subitem sobre o movimento do café no Rio de Janeiro).

Nas palavras do Presidente:

“O que resultou daí foi que a produção do açúcar, do arroz, do feijão, e da farinha, que tinha a província, a ponto de exportar o excesso, e grande excesso, lhe sobrava do consumo, diminuiu espantosamente, e que o Rio de Janeiro já compra para consumo das outras províncias do Império estes gêneros tão necessários à subsistência.

“O que resultou daí foi a carestia de todas as substâncias alimentares, de que usam as classes menos abastadas da sociedade, e que custam elevadíssimos preços.” (RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1857: 54).

No Relatório de 1º de agosto de 1858 é feita uma sistematização em forma de questionário, procurando descobrir quais as causas da carestia dos gêneros alimentícios e constata-se o seguinte:

- i) A diminuição do número de braços devido ao fim do tráfico negreiro, faz cessar a plantação das grandes roças de milho, feijão, mandioca, batatas, etc., cujos excedentes chegavam a ser vendidos, além das plantações de

---

<sup>38</sup> Cabe aqui dizer que a expressão *desaparecimento* denota um exagero por parte do Presidente da Província, dado que essas culturas não desapareceram, mas estagnaram.

cana, de fumo ou de outro gênero. Plantação apenas para o sustento da fazenda. Além disso, os escravos iam para as grandes empresas (capitais advindos do tráfico) e para os grandes trabalhos públicos (estradas, por exemplo). Isto prejudicou ainda mais a cultura dos gêneros alimentícios, dado que esses escravos foram retirados da pequena lavoura, sendo exceção na grande lavoura (e quando o faz, o café é a prioridade). Tínhamos ainda a absorção contínua de escravos na grande lavoura procedentes da pequena lavoura, dados os melhores preços naquela, o deslocamento dos escravos do Ceará, Maranhão, Paraíba e Minas e o desaparecimento de pequenas fazendas.

- ii) A diminuição da produção tem ocorrido pelo número raríssimo de fazendeiros que têm sobra de mantimentos para venderem, além dos poucos que fazem desse ramo o principal de suas lavouras.

Uma das “tábuas de salvação”, na opinião do relator desse questionário, estava no sentido de se incentivar a colonização, dando aos colonos as terras devolutas (de acordo com a Lei de Terras de 1850), desde que estivessem localizadas às margens de rios navegáveis por barcos a vapor, ou junto a estradas que possibilitassem o escoamento com facilidade e pequena despesa dos produtos da colônia para qualquer mercado mais próximo, que não deveria ficar muito distante dessas terras. Além disso, o relator via a necessidade de que os colonos dispusessem de antemão dos lotes de terras medidos e demarcados, uma pequena habitação provisória e o fornecimento das primeiras sementes, além de um adiantamento para a aquisição dos instrumentos de trabalho.

Entretanto, não havia muitos terrenos nessas condições. Os terrenos mais próximos ao mar estavam ocupados pelo sistema de posse, que prevaleceu, apesar da Lei de Terras proibi-la. Havia muitas terras devolutas no interior, que enfrentavam, contudo, o problema da dificuldade de transportes para escoar a produção agrícola.

Apesar do quadro acima, existiam muitos terrenos abandonados em torno das cidades, desgastados pelo uso de técnicas agrícolas rudimentares e predatórias. O relator do questionário defendia a necessidade do uso de técnicas mais modernas de

preparo da terra, que seriam utilizadas pelos imigrantes, que não tinham, na sua visão, o “espírito de rotina e indolência” do agricultor local.

O relator também defendia a ação do governo através de uma medida legislativa que o autorizaria a comprar os terrenos situados na bacia do Rio de Janeiro mais apropriados para o estabelecimento de colônias. E se essa medida não fosse suficiente, que o governo tivesse a autorização, através de medida legislativa, de desapropriar em grande escala os terrenos em torno do Rio de Janeiro e de outras cidades que apresentassem melhores vantagens para a colonização. Porém, a efetivação dessas propostas não logrou êxito.

Até a Proclamação da República, a preocupação com a diversificação agrícola será uma tônica nos Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro, porém, pouco efetivada (só em poucas tentativas, como a distribuição de sementes de tabaco de Cuba e algodão da Geórgia – Estados Unidos, como é visto no relatório de 1864).

O que se nota é a constatação das técnicas rudimentares no cultivo da café do Vale do Paraíba, porém, com técnicas mais modernas na sua região oriental (servida pela Estrada de Ferro de Cantagalo), dado ser uma área nova de expansão na década de 1850.

Observando as Tabelas 10 a 14, percebemos o seguinte quadro:

- i) A produção de gêneros, ao que se depreende de depoimentos, diminui drasticamente com o avanço do café, mas não chega a desaparecer totalmente<sup>39</sup>.
- ii) As regiões de plantio mais recente (como Cantagalo), parecem manter uma produção de abastecimento da cafeicultura, chegando a exportar o que sobra, como os dados nos fazem parecer crer, porém, em pouquíssimas quantidades e ficando muito atrás da produção de café (em que pese os dados estarem muito dispersos e terem sido obtidos dos registros do movimento da Estrada de Ferro de Cantagalo, anexos aos Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro), conforme as tabelas abaixo.

---

<sup>39</sup> As tabelas mostram alguns indícios sobre o problema, mas não possibilitam encadear, no tempo, qualquer esforço analítico. Os depoimentos da época e a literatura citada reforçam aqueles indícios.

- iii) A região da Estrada de Ferro de Santa Isabel do Rio Preto parece indicar (apesar dos poucos anos registrados na tabela) que a decadência da cafeicultura no Vale trouxe uma certa diversificação, apesar do café ainda dominar a pauta exportadora.

Vale aqui acrescentar a observação de LOBO (1978: 164-165):

“A análise da lista de preços dos alimentos da praça do Rio de Janeiro publicada pelo Jornal do Comércio, a partir de 1840 sob os títulos Preços Correntes da Praça e, mais tarde, Revista do Mercado, permite acompanhar um processo de substituição de gêneros produzidos na Província por produtos importados de regiões mais distantes. O feijão preto do Rio Grande do Sul suplantou o feijão local; a farinha de mandioca de Porto Alegre, a de Magé e Suruí; o açúcar mascavo de Campos teve de ser suplementado pelo do Nordeste; a farinha de trigo que vinha do Sul do Brasil na sua maior parte começou a ser suplementada quase exclusivamente pelos Estados Unidos. A carne seca da Bacia do Prata passou a predominar sobre a importada do Rio Grande do Sul.” Isto pode ser visto através dos dados sobre o comércio de cabotagem, que mostram o déficit da balança comercial do Rio de Janeiro por causa do aumento das importações, principalmente de gêneros alimentícios (ver Quadro 1).

Tabela 10  
Principais Gêneros Exportados pelos Portos da Província do Rio de Janeiro entre  
os Anos de 1854/1856 e 1867/1869 (médias dos períodos)

Portos	Anos	Gêneros (em arrobas)						
		Café	Açúcar	Milho	Feijão	Fumo	Arroz	Farinha
Iguaçu	1854/56	1.966.593	-	-	315	-	-	319
Niterói	1854/56	135.000	35.000	25.667	11.000	2.083	2.500	25.667
São João da Barra	1854/56	700.000	1.400.000	-	-	-	-	-
Porto das Caixas	1867/69	239.364	685.548	-	-	-	-	-
Mangaratiba	1854/56	1.280.000	-	-	-	-	-	-
	1867/69	1.000.000	-	-	-	3.107	-	-
Itaguaí	1867/69	63.380	-	-	-	533	-	-
Macaé	1867/69	22.807	289	-	-	-	-	-
	1854/56	649.000	-	20.516	2.521	-	-	1.519
	1867/69	333.596	60.475	17.052	755	-	-	-
Cabo Frio	1854/56	120.000	-	-	-	-	-	-
	1867/69	116.489	422.796	2.571	8.107	-	4	387
Parati	1854/56	250.000	-	2.812	3.750	90.000	-	-
	1867/69	94.375	-	-	-	-	-	-
Estrela	1854/56	400.000	-	-	-	-	-	-
Magé	1854/56	728.323	-	-	1.360	-	-	39.664
Jerumerim	1854/56	200.000	-	-	-	-	-	-
Mambucaba	1854/56	250.000	-	-	-	10.000	-	-
Mauá	1854/56	748.000	-	-	-	-	-	-
Barra do Rio de S. João	1854/56	277.932	-	41.659	2.977	-	-	1.480
	1867/69	96.717	342.886	12.576	1.059	-	-	492

Fonte (dados brutos): Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1º/8/1857, 10/10/1867, 15/10/1868 e 8/9/1870).

Notas: (1) os portos em que não aparecem os anos 1854/56 ou 1867/69, significa que não foram encontrados dados para um dos dois períodos em todos os gêneros; (2) os gêneros se apresentam nos Relatórios em diferentes medidas: convertemos todas para arrobas.

Tabela 11  
Gêneros Exportados pela província do Rio de Janeiro

Anos	Açúcar (arrobas)	Aguardente (canadás)	Algodão (arrobas)	Fumo (arrobas)
1863 a 1864	574.503	553.682	30.402	98.140
1864 a 1865	283.177	596.579	31.201	87.021
1865 a 1866	194.319	479.953	216.323	98.253
1866 a 1867	212.058	676.100	169.635	105.661
1867 a 1868	227.557	944.952	397.202	156.733

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (8/9/1870).

Tabela 12  
Exportação de Gêneros pela Estrada de Ferro de Santa Isabel do Rio Preto -  
Embarcados nas Estações de Barra, Ipiabas, Paulo de Almeida, Conservatória, Cruz,  
Joaquim Mattoso e Forquilha

Gêneros (em arrobas)	Anos		
	1885	1886	1888
Café	216446,3	258950,4	199201,0
Fumo	550,8	170,0	230,2
Algodão em Rama	6,9	3,3	7,3
Aguardente	7792,6	7252,8	6902,6
Cereais	39810,3	40900,8	18497,1
Açúcar	19502,9	18182,2	11620,2

Fonte (dados brutos): Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro (8/8/1885, 8/8/1886, 12/9/1887 e 15/10/1889).

Nota: convertemos as diferentes medidas para arrobas.

Tabela 13  
Estrada de Ferro de Cantagalo: Gêneros de Exportação Despachados entre 1877 e 1880

Anos	Estações	Gêneros (em kg)		
		Café	Milho	Farinha
1877	Santana	121.541	387.194	429.300
	Nova	205.388	-	-
	Friburgo			
	Cordeiro	3.022.000	-	-
	Bom Jardim	500.059	-	-
	Rio Grande	209.331	-	-
	Macuco	3.234.888	-	-
1878	Santana	53.380	759.393	1.556.190
	Nova	461.290	-	-
	Friburgo			
	Cordeiro	6.249.489	-	-
	Bom Jardim	1.374.004	-	-
	Rio Grande	481.598	-	-
	Macuco	5.766.410	-	-
1879	Santana	230.820	627.437	1.453.410
	Nova	664.411	-	-
	Friburgo			
	Cordeiro	8.624.278	-	-
	Bom Jardim	1.825.470	-	-
	Rio Grande	648.334	-	-
	Macuco	7.402.683	-	-
1880	Santana	359.600	844.185	436.035
	Nova	551.299	-	-
	Friburgo			
	Cordeiro	8.734.861	-	-
	Bom Jardim	1.299.878	-	-
	Rio Grande	327.725	-	-
	Macuco	293.523	-	-

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1878 a 1881).



Tabela 14  
Estrada de Ferro de Cantagalo: Gêneros de Exportação Despachados entre 1881 e 1886

Ano	Estações	Gêneros (em kg)				
		Café	Açúcar	Milho	Feijão	Farinha
1881	Santana	250.778	-	773.213	-	495.657
	Nova	661.971	-	-	-	-
	Friburgo					
	Cordeiro	11.588.056	-	-	-	-
	Bom Jardim	2.059.327	-	-	-	-
	Rio Grande	834.538	-	-	-	-
	Macuco	7.513.917	-	-	-	-
1883	Santana	307.909	-	884.408	-	637.645
	Nova	526.853	-	12.800	-	-
	Friburgo					
	Cordeiro	10.387.099	-	387.300	-	-
	Bom Jardim	1.655.897	-	137.468	-	-
	Rio Grande	806.995	-	247.897	-	-
	Macuco	5.555.219	-	424.748	-	-
1884	Santana	-	-	-	-	-
	Nova	564.057	-	124.490	-	1.127
	Friburgo					
	Cordeiro	-	-	-	-	-
	Bom Jardim	-	-	-	-	-
	Rio Grande	583.872	-	101.632	-	9.240
	Macuco	-	-	-	-	-
1886	Santana	399.574	12.586	975.842	1.678.017	1.678.017
	Nova	365.507	-	386.631	188.188	-
	Friburgo					
	Cordeiro	7.644.682	278.649	431.417	127.017	-
	Bom Jardim	1.743.709	-	115.362	107.566	-
	Rio Grande	442.914	-	250.856	80.590	-
	Macuco	4.374.314	100	369.489	120.959	-

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1882 a 1887).

**Quadro 1**  
**Rio de Janeiro: Comércio de cabotagem por valores oficiais e por procedências, com**  
**distinção entre os gêneros nacionais dos estrangeiros nos exercícios de 1863/64 a**  
**1865/66 (em mil-réis)**

Especificação	1863/64			1864/65			1865/66		
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
<b>Importação</b>									
Pará	119:000\$	3:000\$	122:000\$	11:000\$	98:000\$	109:000\$	27:000\$	30:000\$	57:000\$
Maranhão	66:000\$	23:000\$	89:000\$	2:000\$	3:000\$	5:000\$	4:000\$	8:000\$	12:000\$
Ceará	29:000\$	10:000\$	39:000\$	2:000\$	3:000\$	5:000\$	-	-	-
Rio Grande do Norte	30:000\$	-	30:000\$	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	1.281:000\$	185:000\$	1.466:000\$	2.004:000\$	96:000\$	2.100:000\$	1.284:000\$	174:000\$	1.458:000\$
Alagoas	299:000\$	1:000\$	300:000\$	456:000\$	-	456:000\$	264:000\$	-	264:000\$
Sergipe	35:000\$	-	35:000\$	66:000\$	-	66:000\$	8:000\$	-	8:000\$
Bahia	1.248:000\$	274:000\$	1.522:000\$	2.572:000\$	176:000\$	2.748:000\$	976:000\$	739:000\$	1.715:000\$
Espírito Santo	80:000\$	5:000\$	85:000\$	32:000\$	-	32:000\$	46:000\$	-	46:000\$
São Paulo	687:000\$	95:000\$	782:000\$	1.109:000\$	-	1.109:000\$	888:000\$	23:000\$	911:000\$
Paraná	100:000\$	8:000\$	108:000\$	46:000\$	3:000\$	49:000\$	52:000\$	12:000\$	64:000\$
Santa Catarina	173:000\$	18:000\$	191:000\$	183:000\$	-	183:000\$	54:000\$	3:000\$	57:000\$
Rio Grande do Sul	2.489:000\$	96:000\$	2.585:000\$	3.217:000\$	41:000\$	3.258:000\$	1.566:000\$	41:000\$	1.607:000\$
Mato Grosso	75:000\$	-	75:000\$	33:000\$	-	33:000\$	-	-	-
Total	6.711:000\$	718:000\$	7.429:000\$	9.733:000\$	420:000\$	10.153:000\$	5.169:000\$	1.030:000\$	6.199:000\$
<b>Exportação</b>									
Pará	29:000\$	27:000\$	56:000\$	60:000\$	51:000\$	111:000\$	74:000\$	23:000\$	97:000\$
Maranhão	97:000\$	37:000\$	134:000\$	184:000\$	34:000\$	218:000\$	161:000\$	26:000\$	187:000\$
Ceará	1:000\$	44:000\$	45:000\$	90:000\$	31:000\$	121:000\$	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	11:000\$	-	11:000\$	-	-	-
Paraíba	3:000\$	2:000\$	5:000\$	4:000\$	29:000\$	33:000\$	-	-	-
Pernambuco	830:000\$	355:000\$	1.185:000\$	1.180:000\$	245:000\$	1.425:000\$	1.047:000\$	301:000\$	1.348:000\$
Alagoas	59:000\$	88:000\$	147:000\$	-	214:000\$	214:000\$	40:000\$	172:000\$	212:000\$
Sergipe	41:000\$	22:000\$	63:000\$	31:000\$	59:000\$	90:000\$	39:000\$	25:000\$	64:000\$
Bahia	595:000\$	484:000\$	1.079:000\$	1.270:000\$	297:000\$	1.567:000\$	66:000\$	413:000\$	479:000\$
Espírito Santo	242:000\$	452:000\$	694:000\$	236:000\$	557:000\$	793:000\$	250:000\$	580:000\$	830:000\$
São Paulo	1.019:000\$	8.153:000\$	9.172:000\$	1.370:000\$	7.466:000\$	8.836:000\$	1.351:000\$	8.363:000\$	9.717:000\$
Paraná	310:000\$	1.433:000\$	1.743:000\$	278:000\$	1.579:000\$	1.857:000\$	261:000\$	1.868:000\$	2.129:000\$
Santa Catarina	192:000\$	623:000\$	815:000\$	154:000\$	697:000\$	851:000\$	200:000\$	938:000\$	1.138:000\$
Rio Grande do Sul	947:000\$	1.757:000\$	2.704:000\$	1.533:000\$	1.842:000\$	3.375:000\$	1.660:000\$	2.526:000\$	4.186:000\$
Mato Grosso	75:000\$	593:000\$	668:000\$	-	-	-	-	-	-
Total	4.440:000\$	14.070:000\$	1.8510:000\$	6.401:000\$	13.101:000\$	19.502:000\$	5.149:000\$	15.235:000\$	20.384:000\$

Fonte: Lobo (1978).

### 1.3 – O CAFÉ E A INDUSTRIALIZAÇÃO FLUMINENSE

Apesar da crise cafeeira, a urbanização do Rio de Janeiro e a centralização do aparelho de Estado nessa cidade evitaram maiores danos da crise. O fato do Rio de Janeiro ter sido a sede do Estado, tornou possível a essa cidade que se urbanizasse mais cedo, dando-lhe maior infra-estrutura (porto do Rio de Janeiro, por exemplo), centralização comercial e financeira do país, concentração de boa parte do gasto público e garantindo amplo emprego público e de serviços a seus habitantes.

Vale aqui afirmar que havia um movimento contraditório: a capital do Império era o centro nacional de distribuição do comércio interno e externo e distribuía as importações pelo país via comércio de cabotagem. Acrescente-se a isso o fato de que as regiões cafeeiras fluminenses, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo (Vale do Paraíba) foram tributárias da cidade do Rio de Janeiro, até o momento da implantação do porto de Santos no final do século XIX, passando a produção cafeeira paulista a ser exportada por aí, e das melhorias no porto de Vitória nos anos 1920. Isto significava que os agentes econômicos daquele espaço urbano apropriavam-se de parte do excedente advindo das cafeiculturas regionais. Com isso, a burguesia da cidade do Rio de Janeiro pôde reproduzir seu capital, criando o primeiro espaço financeiro, comercial e industrial mais importante do país. Acrescentando aqui que essa burguesia tinha como atividade original o comércio de importação e exportação e que desde 1808 até a década de 1870, o desenvolvimento manufatureiro foi restrito e ocorreu em surtos descontínuos, contando, em muitos casos, com mão-de-obra escrava e processos manuais de fabricação.

Podemos afirmar que a economia escravista que perdurou até a abolição era o elemento central da mesma, sendo que os interesses ligados ao café (como sabemos), eram poderosos obstáculos à industrialização, mesmo o Rio de Janeiro tendo reunido as melhores condições potenciais para tal e tê-las realizado da maneira como vimos acima, cabendo advertir, entretanto, como foi visto, que a partir da década de 1870 já se torna mais do que explícita a crise cafeeira, diminuindo, portanto, o potencial de acumulação para a industrialização. E em que pese a abolição, a crise já é dilacerante para essa economia, com redução da produção física.

Porém, no final do Império, ocorre a revogação da lei dos entraves, a reforma financeira de Ouro Preto, a reforma bancária, o Encilhamento, que talvez dessem um alento para o aumento das efetivas implantações industriais que ocorreram tanto na cidade quanto no antigo Estado do Rio de Janeiro<sup>40</sup>, que seriam, contudo, de curta duração devido à inflação pós-encilhamento, à crise cafeeira até a primeira década do século XX, e à política ortodoxa aplicada a partir do governo Campos Sales (como veremos no Capítulo 2 mais detalhadamente).

Nos parágrafos que se seguem observaremos o movimento da industrialização carioca/fluminense entre 1808 e 1889.

No período 1808-1840 houve a implantação manufatureira, como nos mostra OLIVEIRA (1987), na forma de uma “pré-indústria” no território fluminense, constituindo-se, basicamente de ofícios urbanos, manufaturas concentradas e “fábricas”, tomadas no sentido de oficinas, que eram definidas pela Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação como estabelecimentos empregadores de pouca mão-de-obra.

A partir de 1808, surgiram os alvarás estimuladores das fábricas, além de alguns empreendimentos governamentais. Temos os seguintes exemplos listados abaixo:

Quadro 2  
Fábricas Organizadas pelo Governo

Fábrica	Ano de Instituição
Real Colégio das Fábricas	1809
Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão	1809
Real Fábrica de Fiação de Algodão, Tecidos e Pano e Malha da Lagoa das Tretas <sup>1</sup>	1821
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	1808
Fábricas do Exército	1811

Fonte: Oliveira (1987).

Nota: 1) Atual Lagoa Rodrigo de Freitas.

Dentre essas fábricas destacamos o Arsenal de Marinha e as Fábricas do Exército, que tiveram um importante desenvolvimento manufatureiro no período. As outras iniciativas não tiveram sucesso, devido aos déficits acumulados que levaram o

<sup>40</sup> Formação da Nova América, América Fabril e Brahma.

governo a fechá-las, com exceção do Real Colégio das Fábricas, que foi fechado por causa da destruição de uma de suas instalações como consequência de fortes chuvas<sup>41</sup>.

Em relação ao setor privado, notamos que houve no período de 1809 até 1850, as chamadas provisões de fábricas, concedidas pela Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. A provisão era uma condição prévia para se obter qualquer outro privilégio. “Não obstante, estes, muitas vezes, eram concedidos sem que o beneficiário tenha pedido a necessária provisão. Assim é que, em diversos documentos da época, encontramos pessoas que obtiveram diretamente privilégios sem que seus nomes constassem dos livros de registro de provisão. Era o caso de privilégios concedidos de exclusividade por tempo, aos inventores e introdutores de máquinas úteis não conhecidas no país.” (OLIVEIRA, 1987: 198).

O maior número de pedidos vinha do Rio de Janeiro, sendo poucos os casos de favorecidos oriundos de outras províncias (São Paulo, Bahia, Minas e Pernambuco), dado que as atividades fabris eram maiores na Corte e na Província do Rio de Janeiro.

O número de fábricas era superior ao de registros, dado que muitas pessoas tiveram suas pretensões negadas e outras não se interessavam em obter favores.

Dentre os ramos favorecidos pela Junta, destacamos os de fabricação de chapéus e o de sabão e velas, dado o volume de produção desses setores. Temos os exemplos de sete estabelecimentos chapeleiros que juntos produziam (aproximadamente) 183.000 unidades por ano, dando para abastecer a região inteira e ainda exportar alguma quantidade para as demais províncias. Esse ramo teve apreciável êxito na Corte até após a década de 1850/60, resistindo à concorrência estrangeira (como veremos mais adiante). O ramo de sabão e velas (com predomínio da organização oficial) produzia 156.000 caixas de sabão por ano, de 30 a 40 libras de peso, garantindo a auto-suficiência para a Província do Rio de Janeiro. Esse setor sofreu mudança radical na década de 1850/60, com a incorporação da organização Lajoux por Mauá<sup>42</sup>, passando a se tornar Companhia Luz Steárica e se tornando um modelo no ramo.

Dentre os estabelecimentos provisionados, cabe destacar três do ramo de fundição e máquinas, pelo notável desempenho que tiveram na primeira metade do

---

<sup>41</sup> Para maiores detalhes sobre esses empreendimentos, ver OLIVEIRA (1987).

<sup>42</sup> Sobre Mauá e seus empreendimentos, ver FARIA (1933) e BESOUCHET (1978).

século XIX: i) Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, que fabricava caldeiras e maquinismos; ii) empreendimento de Alexandre Davidson em Campos, que fundia ferro, bronze e outros metais, além de consertar caldeiras de máquinas a vapor e fabricar barcas a vapor, também voltado à produção de engenhos e caldeiras utilizados na atividade açucareira daquela região; iii) estabelecimento do inglês Robert (segundo mais importante): suas oficinas fundiam todas as peças componentes da máquina a vapor (e recebia o maior número de encomendas dos senhores de engenho); iv) oficina do inglês John Mac Tavesch (localizada também em Campos): também fundia caldeiras de ferro para engenhos. Antes de 1850/60, essas oficinas, que consertavam e produziam peças de reposição, caldeiras e alambiques, se constituíam em artesanato baseado em maquinaria. Após essa época, as peças e equipamentos passam a ser importados totalmente (os engenhos centrais, principalmente a partir de 1870 importam projetos, máquinas e peças de reposição), devido às reformulações tarifárias a partir de 1857 (como veremos adiante).

Destacamos também o estabelecimento de Ponta d'Areia, o maior de fundição e máquinas da região, que Mauá compra em 1845. Posteriormente, solicitou à Junta de Comércio a provisão de fábrica, que obtém em 12/9/1846, tornando-se um dos maiores empreendimentos entre os anos 1840 e 1850 e que contou com o apoio do Estado Imperial, seu principal cliente, pois fornecia embarcações para o serviço público e para a Marinha de Guerra. Vale aqui acrescentar que a grande navegação na Baía de Guanabara e pelo litoral (Rio-Campos e Rio-Parati) era abastecida, em parte, pelos estaleiros de Mauá. A manufatura de Mauá também fornecia embarcações para outras províncias, além da encomenda de outros materiais: como exemplo temos Cotegipe, Presidente da Província da Bahia, que encomendou a fabricação de uma ponte de ferro.

Em 1854, o empreendimento individual torna-se sociedade anônima com um capital vultoso para a época (1.250:000\$000 – 1.250 contos de réis – dividido em ações de 250\$000, que alcançavam no mercado elevado prêmio).

A Ponta d'Areia prosperou nos seus dez primeiros anos. No período 1850-55 temos o seu auge com o declínio logo a seguir, com forte redução no seu ritmo de trabalho, por causa do grande incêndio de 1857 e do fim da isenção de direitos para a importação de ferro gusa e de chapas e barras de ferro, além da redução das tarifas

incidentes sobre os produtos acabados concorrentes e da abertura de navegação de cabotagem, nos anos 1860, a navios estrangeiros, juntamente com a nova tarifa aduaneira de caráter liberal (causa profunda do declínio da empresa)<sup>43</sup>.

Um outro empreendimento de Mauá que merece destaque é a iluminação a gás hidrogênio carbonado da cidade do Rio de Janeiro, que foi proposta por ele em 1850 e com contrato assinado em 11 de março de 1851

A companhia formada teve o capital inicial de 1.200:000\$000, sendo assentadas 8.000 braças de encanamento, que, juntamente com os lampiões de ferro, eram fabricados pela Companhia Ponta d'Areia. Foi construído um grande prédio para a fábrica de gás, "(...) sendo contratados da Europa engenheiros e mecânicos. As máquinas e aparelhos foram importados da Inglaterra. A 25 de março de 1854, conduzido através de 20 km de encanamento de ferro produzido na Ponta d'Areia, o gás iluminou os primeiros combustores de ruas centrais da cidade." (OLIVEIRA, 1987: 282-283). Em 1858, embora o capital tenha passado para 2.000:000\$000, os ingleses, assumem o negócio (com Mauá participando como cotista), passando a importar continuamente os objetos fabricados na Inglaterra.

Vale agora lembrar que não só a Junta de Comércio procurou colaborar com essa "indústria", mas também as autoridades da Província do Rio de Janeiro deram um certo apoio a alguns empreendimentos, como a produção de seda, tendo sido concedidos recursos de 6 loterias (letras) provinciais de 120:000\$000 cada uma (de acordo com a Lei n.º 342, de 22 de maio de 1844, sendo extraídas em épocas determinadas pelo governo)<sup>44</sup>, para o estabelecimento da fábrica em Itaguaí. Em 1848, o proprietário solicitou uma hipoteca de seu estabelecimento, dada a demora em se enviar os últimos recursos das loterias e as grandes despesas para equipar a fábrica. Com isso, em 1853 a Província assume a fábrica, que passa a se chamar Imperial Companhia Seropédica de Itaguay. Outros exemplos: extração de óleos e azeites, fabricação de cal a partir de mariscos, extração do sal, fábrica de produtos químicos, fábrica de papel.

Destacamos também a iluminação a gás de Niterói (que se iniciou em 1848), cuja iniciativa logrou sucesso e se desenvolveu. Em 1854, a Cia. Ponta d'Areia passou a

---

<sup>43</sup> Entre 1846 e 1849 cresce o número de operários, que passa de 80 em 1846, para 400 em 1848, 486 em 1849 e 450 em 1850. Com a crise, esses números diminuem para 364 em 1861 (cf. OLIVEIRA, 1987: 272-282).

<sup>44</sup> Cf. RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1850: 48) e OLIVEIRA (1987: 227).

cuidar desse serviço. Em Campos também tivemos a iluminação a gás, feita por uma fábrica que pertencia inicialmente ao suíço Carlos Perret Gentil e se localizava às margens do Rio Paraíba, em São Martinho, com três prédios de porte. A organização da produção a gás era oficial: artesanato baseado na maquinaria.

Também não devemos nos esquecer de que os estabelecimentos de maior porte que surgem na década de 1840 estão, de certa forma, diretamente ligados à Tarifa Alves Branco, de caráter protecionista (30% *ad valorem* para a maioria dos produtos importados, principalmente para os tecidos de algodão ingleses, com o objetivo de diminuir o déficit do Estado). Além disso, tivemos medidas de amparo e estímulo às manufaturas como a lei de 8 de agosto de 1846, que cuidava exclusivamente da manufatura algodoeira e previa a dispensa do serviço militar de determinado número de operários livres dos estabelecimentos, isenção dos direitos de transporte de seus produtos tanto dentro do país quanto no exterior, isenção de impostos alfandegários sobre máquinas ou peças de máquinas importadas, sendo que o governo estipularia a qualidade e o número de máquinas e peças importadas; e, a lei de 8 de julho de 1847, que isentava todas as manufaturas estabelecidas no Império, seja de propriedade de brasileiros, seja de estrangeiros do pagamento de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas. Dado esse quadro, entende-se o motivo da triplicação do número de estabelecimentos manufatureiros na região nos anos 1850, chegando a funcionar 108 deles até o final desse período (sendo 88 no Município Neutro e 20 na Província). Os ramos mais importantes eram: têxtil, chapéus, fundição e máquinas, sabão e velas, calçados, rapé e papel.

Nos anos 1860, porém, os investimentos manufatureiros se retraíram e as manufaturas passaram por grandes dificuldades<sup>45</sup>, como decorrência das reformulações tarifárias de 1857 e 1860, de caráter nitidamente fiscalista, com revogação dos incentivos previstos anteriormente (a fim de atender aos interesses dos grandes fazendeiros, que exigiam o barateamento dos gêneros de primeira necessidade)<sup>46</sup>. Além disso, ainda

---

<sup>45</sup> "Alguns estabelecimentos fecharam suas portas e outros tiveram até os anos 1880 uma existência estagnada, sem que se verificasse neles um crescimento considerável de suas vendas e de sua capacidade produtiva, chegando mesmo a processar em alguns ramos uma redução destas." (SOARES, 1984: 156).

<sup>46</sup> Vale aqui acrescentar que o governo imperial desamparou Mauá, nada fazendo para evitar sua falência. Para maiores detalhes sobre este assunto, ver FARIA (1933).



tivemos a conhecida “lei dos entraves”, de 1860, que proibia a venda de ações antes da integralização total do capital, dificultando a formação de novas empresas.

A partir de 1870, porém, a expansão industrial seria qualitativamente diferente, por ter utilizado predominantemente trabalhadores livres e assalariados (a mão-de-obra escrava alocada nas atividades urbanas foi transferida para a cafeicultura por causa do fim do tráfico e do aumento do preço dos escravos, além do fato do processo de industrialização/urbanização ter introduzido de forma lenta o trabalho livre na cidade) e máquinas movidas à força motriz. É um processo de “implantação de fábricas” subordinado direta ou indiretamente ao capital cafeeiro, aproveitando-se da política monetária emissionista para financiar a Guerra do Paraguai, que trouxe novas possibilidades de concessão de créditos, apesar da tarifa de 1869 (de caráter liberal). Os ramos de chapéus, calçados, móveis, fundição e máquinas chegaram a esboçar uma reação, introduzindo máquinas mais potentes, mas não conseguindo enfrentar a crescente concorrência dos produtos industrializados europeus.

O ramo têxtil foi o único que conseguiu se livrar mais cedo das restrições para as atividades industriais: a partir dos anos 1870 temos a ampliação dos estabelecimentos existentes, a fundação de novos e a introdução de uma maquinaria mais potente, tornando próximos de uma grande indústria fabril mecanizada (ver Tabela 17 e Tabela 18).

Entretanto, com a reformulação tarifária de 1874, que possibilitou um aumento maciço da importação de produtos estrangeiros, juntamente com a redução do crédito, as manufaturas passam por um novo período de dificuldades até 1879, quando é feita uma reforma tarifária pelo Ministro Assis Figueiredo, que elevou consideravelmente as tarifas para os produtos industrializados importados, e que, juntamente com as transformações econômicas que começavam a se manifestar mais profundamente a partir do início dos anos 1880, colaboram para uma recuperação efetiva das manufaturas e para a configuração de um novo quadro para os investimentos industriais. “Até mesmo a instituição de uma nova Tarifa logo em 1881, empreendida sob o comando do Ministro José Antonio Saraiva, e que estabeleceu a redução dos direitos alfandegários dos produtos importados, não se constituiu em termos de política alfandegária num regresso à situação anterior a 1879, a começar pelo fato de que ela reduziu também os direitos

cobrados às matérias-primas importadas. Assistia-se à crise final do modo de produção escravista-mercantil e a ampliação dos mercados propiciada pelo início do desenvolvimento capitalista.” (SOARES, 1984: 236-237). Vale aqui acrescentar, contudo, que esta última reforma tarifária foi feita no cerne da crise do Império, mostrando sua ineficácia naquele momento.

Como palavras finais deste item, afirmamos que o desenvolvimento manufatureiro ocorrido desde 1808 até 1889 se caracterizou da seguinte maneira: de 1808 até 1860, houve incentivo por parte do Estado na produção manufatureira. A partir daí, com o fim do apoio do Estado, as fundições e estaleiros decaem, ficando apenas as manufaturas que não transformam a base técnica da produção (ver Tabela 17 e Quadro 3).

Outro fato importante de ser colocado aqui é que a política cambial e tarifária, de visão de curto prazo e fiscalista na maior parte do período aqui analisado, não favoreceu uma industrialização mais efetiva, além do problema básico desta economia, que era o da manutenção de um sistema escravista de produção<sup>47</sup>.

Devemos ainda acrescentar que o sistema financeiro estava todo montado para operações de curto prazo, para as operações comerciais, que eram muito intensas, com exceção da experiência da casa bancária Mauá, MacGregor & Cia., que financiava o seu estabelecimento (Cia. Ponta d’Areia).

---

<sup>47</sup> Sobre este assunto, ver MELLO (1982: 72-77).

Tabela 15  
Estabelecimentos Manufatureiros Particulares que Funcionaram entre 1850 e 1860 no  
Município Neutro e na Província do Rio de Janeiro

Ramo	Número de estabelecimentos
Sabão e velas	26
Chapéus	21
Fundição e máquinas	14
Rapé	7
Cerveja	5
Têxtil	4
Calçados	3
Couros	3
Selins e arreios	3
Vidros	3
Papel	3
Produtos químicos	3
Móveis	2
Cordoaria	2
Gás líquido	2
Galões e fitas	1
Vinagre	1
Óleos vegetais	1
Asfalto	1
Metalurgia de ouro e prata	1
Total	106

Fonte: Soares (1984)

Tabela 16  
Estabelecimentos de Tecidos de Algodão no Brasil em 1866

Nomes	Localização províncias	Operários	Tecido fabricado por ano (metros)	Fio fabricado por ano (gramas)	Valor da produção (contos de réis)
1- Santo Aleixo	Rio	150	605.000	12.866.000	350:000\$
2- Santa Tereza	Rio	20	-	16.542.000	40:000\$
3- Todos os Santos	Bahia	200	1.100.000	321.650.000	570:000\$
4- Nossa Senhora do Amparo	Bahia	90	660.000	45.950.000	450:000\$
5- Santo Antonio do Queimado	Bahia	90	352.000	-	150:000\$
6- Conceição	Bahia	60	495.000	-	230:000\$
7- Modelo	Bahia	110	550.000	18.380.000	250:000\$
8- Fernão Velho	Alagoas	33	160.600	-	65:200\$
9- Canna do Reino	Minas Gerais	15	22.000	-	10:000\$
Total		768	3.944.600	415.388.000	2.115:200\$

Fonte: Lobo (1978).

Nota: (-) Dado não disponível.

Tabela 17  
Indústria Têxtil no Município Neutro e na Província do Rio de Janeiro em 1882

Nome do estabelecimento	Ano de Fundação	Local	Metros de Tecidos Produzidos	Número de Operários
1-Santo Aleixo	1849	Magé	1.800.000	-
2-Santa Thereza	1866	Parati	500.000	-
3-Brasil Industrial	1872	Macacos	3.800.000	-
4-São Pedro de Alcântara	1874	Petrópolis	1.200.000	-
5-Petropolitana	1874	Petrópolis	1.500.000	200
6-Santa Rita	1877	M. Neutro	350.000	100
7-Pau Grande	1878	Raiz da Serra	500.000	150
8-São Lázaro	1878	M. Neutro	-	70
9-Rink	1879	M. Neutro	1.500.000	130
10-Alliança	1880	M. Neutro	2.000.000	210
11-Niterói	1882	Niterói	-	-

Fonte: Soares (1984).

Nota: (-) Dado não disponível.

**Quadro 3**  
**Fábricas do Rio de Janeiro segundo os Dados das Exposições**

Fábricas	1856	1861	1866	1873	1875	1881
<b>Alimentos e bebidas-</b>						
Azeites e óleos-	-	3	1	1	1	2
Vinagres-	-	1	3	1	1	3
Doces cristalizados	-	1	-	1	2	9
Conservas alimentares	-	1	4	-	-	5
Massas alimentares	-	-	1	-	1	3
Bebidas alcoólicas	-	3	4	2	5	9
Cervejas	-	1	4	-	1	5
Limonadas gasosas	-	-	1	1	1	1
Chocolates	-	2	1	3	3	2
<b>Tecidos, roupas e armarinhos</b>						
Tecidos de algodão	-	2	-	-	-	4
Tecidos de seda	-	1	-	-	-	-
Oleados	-	1	-	-	-	-
Roupas brancas	-	-	-	-	-	7
Chapéus de pelo, feltro, palha	-	82a	9	10	5a	22
Luvras	-	-	-	-	1	2
<b>Couros</b>						
Curtumes	-	1	-	-	-	-
Couros curtidos envernizados	-	-	-	-	-	-
Oleados	1	-	-	-	-	-
Couros	2	24	4	11	29	29
Selins e arreios	21	-	-	-	-	-
Calçados	-	21 <sup>b</sup>	21	falta informação	falta informação	(117 oficinas) 7
<b>Encadernação</b>						
	-	3	-	-	-	
<b>Fumo</b>						
	-	8	8	4	6	10
<b>Madeira</b>						
Móveis	-	1	-	1	5	24
Tamancos	-	-	-	-	-	2
<b>Metal</b>						
Metal (fundição máquinas)	-	4	5	17	3	29
Metalurgias	-	-	-	-	-	34
<b>Diversas</b>						
Papéis pintados	-	2	1	1	-	2
Produtos químicos e farmacêuticos	-	4	10	3	4	24
Sabão e velas	-	8	7	25	4	7
Cola	-	-	-	1	1	-
Ladrilhos hidráulicos	-	-	1	-	-	-
Vidros	-	2	1	-	-	-
Louça de barro	-	-	-	1	3	4
Formas de calçado	-	-	1	1	-	-

Instrumentos de música	-	-	-	2	3	2
Tintas para escrever	-	-	2	2	2	3
Vernizes	-	-	1	-	1	1
Flores artificiais	-	-	-	1	-	-
Jóias	-	1	-	1	-	-
Produtos cordoalha	-	1	2	-	-	-
Construção naval	-	-	-	-	-	1
Galvanoplastia	-	-	-	-	-	1
Tipografias	-	6	-	-	-	5
Sinos	-	-	-	-	-	1
Bilhares	-	2	2	-	2	2
Perfumaria	-	-	-	-	-	2
Objetos de cabelo	-	-	-	-	-	3
Total	-	185	94	90	84	267

Fonte: Lobo (1978).

<sup>a</sup> Provavelmente parte das 82 unidades era de lojas e fábricas. Outras fontes informam que em 1875 havia 17 fábricas.

<sup>b</sup> Em 1861 havia 159 lojas e fábricas de calçados supondo-se que 21 fossem fábricas baseadas no dado de 1866.

#### **1.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analizamos até agora o período 1800-1889, mostrando não só a ascensão e decadência do café no Vale do Paraíba, mas também a diminuição da produção de gêneros alimentícios após 1850. Os principais fatores responsáveis por isso foram o fim do tráfico negreiro, o aumento dos preços dos escravos, as técnicas predatórias utilizadas e o avanço da cafeicultura do “Oeste Paulista”.

No capítulo seguinte, analisaremos as conseqüências dos fatos relatados acima, descrevendo o contexto pós-decadência da cafeicultura fluminense até 1930, mostrando sua lenta agonia e as tentativas de diversificação agrícola, além do desenvolvimento do complexo cafeeiro capitalista paulista e as políticas de valorização. Também veremos o Encilhamento e suas conseqüências para a industrialização do Rio de Janeiro e o seu retrocesso relativo industrial ocorrido a partir da segunda década do século XX.

## **CAPÍTULO 2**

### **A IRREVERSÍVEL DECADÊNCIA CAFEIEIRA E SUAS PRINCIPAIS CONSEQÜÊNCIAS (1889-1930)**

#### **2.1 – INTRODUÇÃO: QUADRO GERAL DA ECONOMIA NO PERÍODO<sup>48</sup>**

A partir de 1882 se inicia a derrocada cafeeira no Rio de Janeiro, num processo que já vinha de lenta agonia. Basicamente, as razões da crise da cafeicultura (como vimos no capítulo anterior) foram se desenhando na continuação da crise do escravismo, nas técnicas predatórias na produção agrícola, nas terras cada vez mais inférteis e na mão-de-obra cada vez mais cara.

Junto a essa crise, ocorre concomitantemente a decadência do Império, que se manifesta nas conseqüências da Guerra do Paraguai, entre os militares, no crescimento das idéias republicanas (inclusive e principalmente no meio militar) e no movimento abolicionista, que ganhava cada vez mais força.

Esse difícil quadro é mais do que visível na segunda metade da década de 1880, principalmente no Rio de Janeiro, por causa dos fatores acima. Porém, em São Paulo se vive a euforia da expansão de seu complexo cafeeiro.

Em 1882 houve a eliminação da "lei dos entraves", fixando novas responsabilidades e obrigações a fim de proteger os acionistas minoritários. A companhia ou sociedade só poderia funcionar depois de subscrito todo o seu capital e mesmo depois disto, não poderia lançar ações ao público antes de integralizá-lo. Havia uma ressalva, contudo: era permitido às sociedades já em funcionamento o endividamento por meio do lançamento de debêntures até o montante do seu capital. Como conseqüência, o volume de negociações cresceu bastante na Bolsa de Valores<sup>49</sup>.

Apesar do colocado acima, os títulos da dívida pública do governo eram mais seguros e atraentes para a maioria dos investidores, constituindo-se em inibidores daquelas operações.

---

<sup>48</sup> Os parágrafos que se seguem se baseiam largamente em TANNURI (1977), MELLO (1982) e VILLELA & SUZIGAN (1973), salvo indicações específicas. Sobre a política econômica do período, ver também FRITSCH (1988).

<sup>49</sup> Cf. LEVY (1988: 115-116).



Com essa nova base jurídica, se reorganizaram as principais empresas existentes e se organizaram as incorporadas na segunda metade da década de 1880.

Em termos de política monetária, após décadas de orientação contracionista, o então Ministro da Fazenda em 1888, Visconde de Ouro Preto, empreende uma reforma monetária em novembro daquele ano, permitindo a alguns grandes bancos a emissão de papel-moeda em proporção às suas reservas metálicas, sob a liderança de um grande banco emissor que, para minimizar os riscos cambiais, manteria um contrato com o Tesouro. Paralelamente, foram criados bancos de auxílio à lavoura, no intuito de salvar a cafeicultura do Vale do Paraíba de sua situação crítica. Essa situação se agrava quando é sentida a crise de liquidez nesse setor (apesar da indústria já senti-la desde 1880) após a abolição da escravidão, dada a nova necessidade de pagamento de salários. O crédito subsidiado à lavoura foi distribuído através do setor bancário.

Porém, os objetivos do governo de auxiliar a lavoura decadente do Vale do Paraíba não foram atingidos: a agricultura fluminense estava convivendo entre hipotecas e arrendamentos e produtividade decrescente. Os empréstimos para ajudar a lavoura não transpuseram o segmento urbano, que estava sequioso de recursos. Com esse quadro, as empresas comerciais e industriais aproveitaram essa oportunidade para ampliar seus capitais.

Apesar da proibição da venda de ações das companhias ou sociedades, o clima de prosperidade, juntamente com as medidas monetárias tomadas pelo governo imperial, fizeram dessa restrição palavra inócua, tanto que já em agosto e setembro de 1889, surge o “jogo da Bolsa”, o Encilhamento.

Como consequência, a indústria do Rio de Janeiro, que se debatia numa situação de falta de liquidez, sentiu um alívio ao poder lançar novos lotes de ações no mercado, tendo sido favorecida também pela alta da taxa cambial, pois facilitou a importação de capital fixo, contribuindo para impulsionar a concentração setorial liderada pelas empresas que já haviam ordenado as importações quando a taxa ainda era favorável.

Em fins de 1889, a taxa cambial, no entanto, sofre uma queda (ela se situava em torno de 27 ½ em fins de novembro e em 24 ½ em dezembro), com os bancos de circulação metálica ficando impossibilitados de retornarem a ela, porque já se iniciara um princípio de “corrida” bancária. Com essa contração da atividade emissora, houve

sobressaltos na praça, pois desde julho de 1889 vivia-se uma enorme demanda por dinheiro. Por isso, o Governo emitiu papel-moeda nos termos da Lei de 18 de junho de 1885, ultrapassando os limites permitidos por ela. Este era o quadro monetário e financeiro ao findar o Império.

O jogo do Encilhamento continuaria após a Proclamação da República e seria exacerbado pelas medidas tomadas pelo novo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, no início de 1890, dentre elas o decreto n.º 165 de 17 de janeiro de 1890, que previa a organização de bancos regionais emissores (Banco Emissor do Norte, com sede na Bahia, Banco Emissor do Centro, com sede no Rio de Janeiro e Banco Emissor do Sul, com sede em Porto Alegre) e modificava a reforma bancária do Visconde de Ouro Preto<sup>50</sup>, substituindo o lastro metálico por títulos da dívida pública, que não mais seriam resgatados (permaneceriam em poder dos bancos acima citados para sempre). Ou seja, todo o ônus e o volume da dívida pública seriam transferidos para esses bancos, que teriam como compensação a senhoriagem, isto é, o ganho do emissor. Este decreto não contou com a adesão dos bancos, que só queriam ganhar com a senhoriagem. Além disso, as pressões para a fundação de novos bancos regionais de emissão (que se concretizam na criação do Banco União de São Paulo – englobando os estados de São Paulo e Goiás - e na divisão em dois do Banco do Norte) e para o aumento das emissões, levam a um descontrole na política emissora do governo durante o ano de 1890.

Pelo observado acima, o governo federal centraliza novamente a concessão para emitir (esta foi dada ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, fruto da fusão de dois bancos, mantendo-se, contudo, a facilidade de emitir). O sistema emissor lastreado em títulos da dívida pública tornou-se mais ágil, via mecanismo de auto-resgate daquela através da própria emissão que lhe servia de base.

A rápida expansão monetária do início da República produziu substancial aceleração inflacionária e a continuação da grande especulação na Bolsa de Valores (iniciada ainda no Império).

---

<sup>50</sup> Esse decreto continha uma cláusula que preservava um aspecto da reforma do Visconde de Ouro Preto: a manutenção dos privilégios dos bancos de circulação metálica ainda existentes.

Dentro desse clima de acirramento do jogo da Bolsa, foi promulgada também a Lei das Sociedades Anônimas (Decretos n.º 164 e n.º 165, de 17 de janeiro de 1890), que veio reformular a lei de 4 de novembro de 1882, legalizando a negociabilidade das ações, com a condição de que 10% do capital subscrito pelos incorporadores fossem integralizados e depositados em um banco, ou em mão de pessoa abonada, à escolha da maioria dos subscritores.

Os fatos relatados acima, mais as fundações de bancos emissores e engenhos centrais e de companhias com privilégios concedidos pelo governo, se constituíram num enorme estímulo para a manutenção do grande jogo especulativo. Tendo em vista esses fatos, já em outubro de 1890, a legislação vigente quanto às sociedades anônimas é novamente alterada, elevando-se a quota mínima do capital subscrito de 10% para 40%, com o intuito de se sustar o jogo da especulação, não surtindo os efeitos esperados<sup>51</sup>.

Dentro do clima de euforia especulativa, são incorporadas empresas de todos os tipos em 1890 e 1891. Surgiram muitas empresas fictícias, isto é, criadas apenas para fins especulativos e que nunca saíram do papel, mas também muitos empreendimentos que não só se concretizaram como continuaram após esse período<sup>52</sup>.

Esse panorama todo desmorona em fins de 1891: os abusos e falcatruas verificados na Bolsa, além da instabilidade política, que se acentuou em 1891, a crise administrativa após a saída de Rui Barbosa do Ministério da Fazenda no início do referido ano e a aceleração inflacionária geraram uma crise geral de confiança.

Houve reclamações da praça por mais papel-moeda para realizar as entradas referentes ao capital das companhias, por parte dos subscritores, que não podiam ser mais atendidas pelas instituições bancárias então existentes, com uma situação cada vez pior com a queda cambial, que passou a encarecer muito o lastro metálico. Além disso, com a crise da Bolsa, os bancos contavam entre os seus ativos, naquele momento, uma quantidade enorme de títulos desvalorizados, sendo que muitos destes estavam

---

<sup>51</sup> “É dentro desse quadro que se deve analisar a crescente taxa de juros e a constante grita no sentido de tornar mais elástica a circulação.” (TANNURI, 1977: 56).

<sup>52</sup> Devemos ver a vinculação da industrialização carioca e fluminense com a política monetária e com o Encilhamento mais como reforço do que como gênese, pois a indústria de maiores dimensões vai se instalando no decorrer da década de 1880. A alta cambial, a ativação do mercado acionário, a possibilidade de lançar debêntures no mercado e hipotecar propriedades urbanas, a inflação dos primeiros anos da República se constituíram em estímulos à indústria carioca, fornecendo um reforço à produção, através da transferência de recursos à essa indústria, via mecanismo de preços relativos.

depreciados e ilíquidos. A consequência imediata foi uma maior vulnerabilidade bancária, continuando, até 1893, com uma carteira de difícil realização, levando-os à beira da insolvência. Além disso, o montante das dívidas dos bancos para com o Tesouro era de tal ordem, que quase impossibilitava a sua circulação com a ajuda do Governo que lhes era credor de vários títulos.

Através da lei n.º 1830 de 23 de setembro de 1893, foram fundidos o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e o Banco do Brasil, resultando no Banco da República do Brasil, para tentar remediar os problemas descritos acima e eliminar a escassez de numerário. Buscava-se, com essa fusão, aumentar a segurança do lastro, que seria unificado e reforçar as carteiras individuais dos dois bancos, formando uma só, porém, com maior liquidez. Tentar-se-ia substituir o lastro metálico e o de apólices por apólices-ouro, que renderiam 4% de juros também em ouro, que seriam pagos semestralmente. O capital desse banco seria de 190.000:000\$000 (cento e noventa mil contos de réis) e teria que ser reduzido a 150.000:000\$000 ao fim de 6 meses. Além disso, o banco poderia emitir até 100.000:000\$000 em bônus ao portador, que renderiam 40% de juros e seriam pagos semestralmente e amortizados no prazo de 20 anos, com o objetivo de auxiliar a indústria nacional. O banco também perderia sua capacidade emissora (segundo o decreto de 7 de dezembro de 1890), mas as notas continuariam em circulação, agora sob a garantia das novas apólices.

Todavia, não foi possível substituir os lastros, pois isso traria pesados encargos para o Tesouro (como Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda em 1895, mostra em seu relatório). A emissão bancária, então, ficou impossibilitada de prosseguir, com os bancos tendo de atravessar difícil situação, que se agravaria com a lei de 9 de dezembro de 1896, transferindo o poder de emissão para o Tesouro.

Em 15 de novembro de 1898, com a ascensão ao poder de Campos Sales (sendo Joaquim Murinho o Ministro da Fazenda), tem início uma política monetária ortodoxa (dentro de uma radical reorganização do sistema financeiro como consequência do *Funding Loan* – empréstimo de consolidação, com moratória de 13 anos para amortizar o principal da dívida externa), agravando a competição entre as empresas industriais e ocasionando muitas falências e fusões. Ocorre queda da demanda de bens de consumo assalariado, agravada pelo corte do gasto público, pelo crescimento da carga tributária

incidente sobre o consumo, e pela crise do café. A situação de contenção dos meios de pagamento leva à crise bancária de 1900 e à queda de 30% nos preços até 1902.

Detendo-nos mais especificamente na análise da cafeicultura, entre 1886 e 1898, em São Paulo, houve um vigoroso crescimento na produção, devido às condições de acumulação extremamente favoráveis, como a ampla disponibilidade de terras por causa da expansão ferroviária e força de trabalho superabundante devido à maciça imigração, contribuindo para a diminuição dos custos dessa atividade com mão-de-obra<sup>53</sup>.

Também contribuiu para essa expansão, a subida dos preços internacionais do café a partir de 1886<sup>54</sup>, causada pelo crescimento da demanda nos mercados mundiais, principalmente o norte-americano, e pela quebra das safras de 1887/88 e 1889/90 (conforme foi visto no capítulo anterior), denotando condições extremamente favoráveis para o café, mas que foram realizadas em parte, pois a valorização da taxa de câmbio absorveu boa parte dos aumentos internacionais.

Contudo, este quadro muda, segundo MELLO (1982: 126):

“Quando a capacidade produtiva construída sob o estímulo da alta de preços começa a entrar em operação, em 1891, a prosperidade da economia norte-americana – que, ao contrário das européias, persiste até 1893 – concorre para frear a queda dos preços internacionais. E o que é muito mais importante: num momento em que a demanda externa desfalece, a taxa de câmbio cai espetacularmente, **elevando** [grifo do autor] os preços internos entre 1891 e 1894, e detendo o aprofundamento da queda entre 1895 e 1898.

“Há, portanto, uma contínua elevação das margens de lucro entre 1886 e 1894: entre 1886 e 1890, decorrente da elevação de preços e da queda acentuada dos salários monetários; entre 1891 e 1894, devido à subida dos preços internos, ainda que cadentes os preços internacionais, em proporção superior ao aumento dos salários monetários. Entre 1895 e 1898, as margens de lucro se contraem, dadas a baixa dos preços internos e a constância dos salários monetários, encurtando, porém, menos que o fariam se a queda dos preços internacionais se transferisse, integralmente, aos preços internos.”

---

<sup>53</sup> Esse grande número de imigrantes atendeu folgadoamente as necessidades de mão-de-obra das fazendas de café e das cidades (cf. MELLO, 1982: 123).

<sup>54</sup> Os preços sobem de 10,7 cents por libra em 1886 para 20,0 em 1890 (cf. MELLO, 1982: 126).

A crise, então, pôde ser reprimida entre 1891 e 1894 e relativamente contida entre 1895 e 1896, porém delineia-se a partir de 1897/1898 e manifesta-se plenamente no final de 1898, quando Campos Sales assume o governo. Isto ocorreu por causa do prolongamento e da aceleração da expansão entre 1891 e 1894, que gerou um grande aumento da capacidade produtiva e contribuiu para uma queda cada vez mais crescente dos preços internacionais, exigindo como reação, desvalorizações mais acentuadas, que prejudicaram o balanço de pagamentos e a política fiscal do governo.

No entanto, apesar da crise e dos clamores pela intervenção por parte dos cafeicultores, o novo governo deixa o café “à deriva”, por não dispor naquele momento de condições para financiá-lo. Pois do ponto de vista interno, a cafeicultura só poderia ser financiada por emissões (o que provocaria inflação e desvalorizações), que agravariam ainda mais a já caótica situação das finanças públicas. E, por outro lado, do ponto de vista externo, pelo fato do governo ter assinado o *Funding Loan*.

Porém, a crise cafeeira foi mais limitada do que se supunha, pois as colheitas e o volume de exportações cresceram muito no período (a crise perdura até 1905), recuperando-se o valor das receitas de exportação de café ao nível de 1894 (isto já em 1901)<sup>55</sup>.

No mesmo momento ocorria o *boom* das exportações de borracha, contribuindo para a grande elevação da capacidade de importar e que, diante da redução das importações e do *Funding Loan*, ocasionou uma profunda valorização da taxa cambial, acarretando a queda dos preços internos do café bem superior à dos preços internacionais.

Vale acrescentar que grande parte da capacidade produtiva das fazendas de café permaneceu intacta, apesar da crise, contribuindo para o aumento constante das safras (mesmo com a proibição do governo do Estado de São Paulo de se efetuarem novos plantios), até chegar em 1906, quando as floradas anunciavam uma safra sem precedentes, ameaçando aprofundar a crise.

Essa situação foi solucionada através da política de valorização, instituída pelo Convênio de Taubaté em 1906, liderada pelo Estado de São Paulo e também assinada

---

<sup>55</sup> A receita de exportação em 1894 girava em torno de 22 milhões de libras esterlinas. Entre 1896 e 1900 a receita, em média, era de 16,7 milhões de libras e em 1901, 24 milhões de libras (cf. DELFIM NETTO, 1979: 27-28).

pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em linhas gerais, os objetivos a serem alcançados eram os seguintes:

- "1) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca;
- "2) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras para amparar a intervenção no mercado;
- "3) imposição de imposto ao plantio de novos pés de café;
- "4) criação de uma 'Caixa de Conversão' destinada a estabilizar o câmbio, impedindo sua valorização;
- "5) proibição da exportação de cafés inferiores." (MELLO, 1982: 138).

Para a implementação dos objetivos, enfrentou-se a dificuldade de se obter empréstimos internacionais para a retirada do café excedente do mercado, pois os banqueiros europeus e norte-americanos temiam pelo fracasso do Plano. O Estado de São Paulo, então, recorreu ao financiamento de comerciantes europeus, que forneceram 80% dos recursos para a aquisição de 2 milhões de sacas de café ao preço de 7 cents por libra-peso. Em 1907, dado o sucesso inicial do Convênio, o capital financeiro internacional incorpora-se por meio de grandes financiamentos ao Governo de São Paulo, possibilitando o prosseguimento dessa política.

Do lado do governo federal, houve a aprovação do Convênio e a concordância no estabelecimento da Caixa de Conversão, que fixaria a taxa de câmbio num nível acima daquela de mercado, com o intuito de atrair moeda estrangeira, que seria comprada mediante notas de estabilização, a fim de desestimular operações internacionais de arbitragem<sup>56</sup>.

Os resultados exitosos do Plano ficam evidentes: por meio da manutenção dos preços internos e internacionais até 1909, da elevação dos mesmos no período 1910-1912 (sendo que uma parte dessa elevação foi absorvida pelo crescimento dos salários monetários) e da estabilidade da taxa de câmbio. Além disso, a capacidade instalada ficou quase no mesmo nível, pois esperava-se uma baixa rentabilidade do investimento, dado o imposto sobre o plantio de novos pés de café e a pressão dos estoques em poder do Estado.

---

<sup>56</sup> Cf. VILLELA & SUZIGAN (1973: 314).

Concomitantemente a esse processo na cafeicultura e após as reformas fiscais do período 1899-1902, o Estado continuou seguindo as diretrizes ortodoxas de 1898, mas com uma diferença a partir de 1903: empenhou-se numa política de reerguimento econômico, que consistiu num programa de investimentos públicos vultosos em infraestrutura de transportes e melhoramentos urbanos, financiados em parte com empréstimos externos (não comprometendo, assim, o equilíbrio orçamentário e a estabilidade monetária, pelo menos até 1907) e pela receita do governo federal (que teve grande expansão por causa da recuperação da atividade econômica após 1903 e pelo crescimento das exportações de café e de borracha).

Essa expansão do gasto público contribuiu para o início da expansão da economia por volta de 1906 e sua aceleração significativa em 1908/1909, quando a receita do governo federal foi reduzida drasticamente devido à queda nas importações, fruto da crise do comércio exterior. VILLELA & SUZIGAN (1973: 106-107) explicam:

“As despesas, contudo, especialmente os investimentos públicos, foram praticamente mantidos. Deu-se, então, um grande déficit orçamentário, que foi continuamente acentuado daí por diante. Os investimentos governamentais foram ainda mais aumentados a partir de 1910, chegando a representar cerca de 24% do total da despesa pública federal em 1912. A estabilidade monetária, por outro lado, foi afrouxada. Mas não foram os déficits orçamentários que impediram a continuação da política de controle da oferta de moeda. Na realidade, as emissões realizadas a partir de 1906 tiveram como objetivo manter a estabilidade cambial, meta da política cafeeira. As emissões da Caixa de Conversão chegaram a representar, em 1912, cerca de 40% do saldo do papel-moeda emitido.”

A expansão detém-se, contudo, em 1913, devido à ameaça da Guerra. Há, conseqüentemente, uma corrida às importações, ao mesmo tempo que ocorre uma queda dos preços internacionais do café, acarretando déficit comercial. Há também carência de liquidez ocasionada pela intensificação da procura de divisas. A situação cambial entra em colapso, fazendo o governo contratar um novo *Funding Loan*, pois não mais conseguia saldar seus compromissos externos (a dívida externa passara de 40,5 milhões de libras em 1897 para 162 milhões em 1914). O acordo favorece a situação cambial, mas não impede a continuação tanto da queda dos preços internacionais do



café como da corrida pelas remessas de capital, que contribuíram, por conseguinte, para a desvalorização da taxa de câmbio em cerca de 30% entre 1913 e 1916, que por sua vez, colaborou para a defesa relativa dos preços internos do café.

Porém, em 1917, com os estoques elevados de café, a valorização da taxa de câmbio nesse ano e a impossibilidade de exportá-lo devido à I Guerra Mundial, o Estado de São Paulo decide empreender a Segunda Valorização, recorrendo a empréstimos junto à União para realizar a operação de retirada de 3.100.000 sacas do mercado ao preço de 4\$900 por 10 kg, impedindo uma grande crise no complexo exportador cafeeiro.

Em 1918, os preços internacionais crescem significativamente devido à forte geada que prejudicou os cafezais, provocando uma grande quebra na safra (cerca de 40% da capacidade instalada foi seriamente danificada, afetando as safras de 1918/1919 e 1919/1920), contribuindo, então, para a subida dos preços internos em torno de 15%, e também para o aumento dos preços internacionais, chegando a atingir em 1919 e 1920, 19,5 cents por libra (praticamente o mesmo preço internacional de 1890), causado também pela recomposição de estoques que os operadores procediam naquele momento.

Quanto à situação da aguda falta de liquidez, esta foi sanada:

"Com a queda das importações, a receita pública federal ficou bastante afetada, ainda que se tenha elevado a carga tributária incidente sobre o consumo. Ocorre, porém, que a despesa pública não sofreu cortes drásticos, provavelmente porque o programa de investimentos públicos em curso não pudesse ser paralisado. Conseqüentemente, surgiram déficits orçamentários de monta, que se financiaram com emissões. Além do mais, devemos tomar em conta as emissões autorizadas pelo Governo para amparar o 'Programa de Assistência à Produção Nacional' conduzido pelo Banco do Brasil, também autorizado a proceder operações de redesconto." (MELLO, 1982: 142-143).

As perspectivas para o ano de 1921 não eram das melhores, tendo em vista, em primeiro lugar, a elevada safra esperada e em segundo lugar, o fato dos Estados Unidos atravessarem uma aguda e rápida crise econômica, que durou do pós-guerra até 1921.

A solução encontrada foi a elaboração de um novo Plano de Valorização da produção cafeeira, só que desta vez a cargo do governo federal. Foram recolhidas 4.500.000 sacas, com fundos emprestados junto à Carteira de Redesconto do Banco do

Brasil, depois consolidados com outros empréstimos menores, mediante o Empréstimo de Garantia do Café, concedido pelos bancos Rothschild, Schroeder e Baring Brothers, em 1922.

Esse Plano, mais as pequenas safras de 1921/1922 e 1922/1923, aliado à retomada do crescimento da economia norte-americana, em 1922, detiveram a baixa, ainda que muito relativamente, promovendo uma ligeira recuperação dos preços internacionais em 1922 e 1923.

Com os preços internos não ocorreu o mesmo, pois apresentaram uma elevação substancial no período, causada pela profunda desvalorização da taxa de câmbio (que passa de 16,5 para 44,3 mil réis por libra)<sup>57</sup>.

Com o sucesso dos Planos de Valorização, a defesa do café passou a ser permanente, ficando inicialmente a cargo do governo federal em 1921, cuja única medida efetiva até 1924, foi a construção de armazéns reguladores nos entroncamentos das estradas de ferro das regiões cafeeiras, devido aos graves problemas fiscais e financeiros. Com isso, a defesa permanente passa para o comando do Estado de São Paulo, sendo executado através do Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, posteriormente denominado Instituto do Café de São Paulo e do Banco do Estado de São Paulo (transformação do antigo Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo). Além disso, foi criada a Caixa de Estabilização pelo governo federal (com o objetivo de evitar a valorização do mil-réis, devido à entrada de recursos externos e à elevação dos preços internos do café a partir de 1924<sup>58</sup>) e foi assinado o Segundo Convênio Cafeeiro pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo em 1927, estabelecendo a defesa conjunta (de acordo com os planos do Instituto).

---

<sup>57</sup> Segundo VILLELA & SUZIGAN (1973: 318-319), o aumento das importações, "(...) aliado à queda no preço e volume exportado de café, em 1920-1922, diminuindo a receita de exportações, levou ao desaparecimento do saldo da balança comercial em 1920/22 e déficit em 1920/21, trazendo como consequência profundo desequilíbrio no balanço de pagamentos e a inevitável desvalorização da taxa cambial, ainda mais acentuada pela ausência, até março de 1921, da função reguladora do Banco do Brasil no mercado de câmbio. (...) Assim, o saldo da balança comercial em 1923 foi, na realidade, muito menor, caindo de £ 22.571.000 para £ 10.571.000. Só a dívida externa tinha uma despesa de £ 14 milhões em 1923 e as remessas particulares eram de £ 12 milhões. Desse modo, tem-se idéia do vulto do déficit no balanço de pagamentos naquele ano, superior a £ 15 milhões, que acarretou uma grande desvalorização da taxa cambial."

<sup>58</sup> A taxa de câmbio foi desvalorizada em 20% em 1926 e sustentada em torno de 40 mil réis por libra até a crise de 1929. Quanto aos preços internacionais, estes apresentam elevação: para 17,5 cents por libra em 1924, mantendo-se até 1929 em torno de 20/21 cents, por causa da defesa permanente e das boas condições nos mercados internacionais. (cf. MELLO, 1982: 161).

A expansão dos plantios em todas as regiões produtoras, combinada com as "(...) condições excepcionais dos anos 1927/1928 e 1929/1930 [grandes safras], faria com que a produção exportável do Brasil, se cotejada a produção total da década de 1911/1920 (134 milhões de sacas) e a de 1921/1930 (172 milhões), fosse incrementada de 38 milhões de sacas, das quais cabiam 18 milhões a São Paulo e 20 milhões aos demais estados." (CANO, 1998: 59).

Dado o quadro acima, inevitavelmente o Brasil enfrentaria os problemas de uma crise de superprodução de café, que, somada à crise de 1929, precipitaria os preços do café para baixo e ruiria totalmente o sistema de defesa. Com a Revolução de 1930, um novo governo assume, e são tomadas medidas drásticas para o problema do café, como a queima dos estoques, a partir de 1931.

Em termos de política monetária e fiscal no período, tendo em vista a situação de depressão nos países industriais em 1920, que se refletiu no Brasil no declínio dos preços do café e das exportações, levando à desvalorização da taxa de câmbio, o governo criou a Carteira de Redesconto e Emissão do Banco do Brasil, com o objetivo de aumentar a elasticidade da oferta de moeda, reduzir as reservas bancárias (a fim de melhorar a difícil situação monetária) e baixar a taxa de juros, com o fim de acelerar a recuperação econômica. Além disso, o Executivo, autorizado pelo Congresso, consolidou a dívida federal via operações de crédito e transferência para o Banco do Brasil de £ 10 milhões do fundo de garantia da moeda.

Porém, tais objetivos não foram atingidos, uma vez que os bancos comerciais pouco se beneficiaram com essa medida do governo, utilizada basicamente em transações com o governo federal.

Em 1923, então, a Carteira de Redescontos e Emissão é extinta e o Banco do Brasil passa a ter novamente o monopólio de emissão por 10 anos, que na verdade dura só até 1925, devido à ascensão de um novo governo, que decreta uma nova reforma monetária em 1926. Com a criação da Caixa de Estabilização e a continuação da busca do equilíbrio orçamentário (no período 1919-1922, registraram-se os maiores déficits até então apresentados e no período 1923-1926 a despesa efetiva é inferior à orçada), tem-se como consequência uma forte redução dos déficits (por causa dos cortes drásticos nas despesas de investimentos).

No período 1927-1929, alcança-se o sucesso da política de equilíbrio orçamentário (discrepância mínima entre as despesas efetivas e as despesas orçadas), produzindo-se saldos positivos em 1928 e 1929, o que não ocorria desde 1907.

No tocante à política fiscal no período 1919-1929, o imposto de importação e o imposto de consumo foram a base da arrecadação federal, com participação de 50% e de 25%, respectivamente. Em 1924, foi introduzido o imposto de renda, mas sua arrecadação correspondia, em 1929, a apenas 3,8% da receita tributária.

Em termos de despesas públicas, no período 1919-1922, continua a tendência, iniciada em 1911, de uma elevada participação das despesas na formação bruta de capital fixo (acima de 25% da despesa total, em média), comprimindo-se as despesas de consumo e mantendo-se altas as despesas com o pagamento da dívida pública (média de 23,6%).

No período 1923-1929 ocorre o movimento inverso: as despesas com a formação bruta de capital fixo são reduzidas (passam a ser de apenas 5,3% do total) e as despesas de consumo se elevam para 60% em média, tal como os pagamentos da dívida pública, que se elevam para 29%<sup>59</sup>.

Enfim, o período 1919-1929 pode ser caracterizado como de alternância entre tendências inflacionárias e deflacionárias nas políticas monetária, cambial e fiscal, aumentando, conseqüentemente, o grau de incerteza no tocante aos investimentos, prejudicando o crescimento da economia.

Com relação à indústria no período 1900-1930, é válido afirmar que predominou o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo, e que durante o período transcorrido entre 1907 e 1920, ocorreu o deslocamento crescente da principal localização industrial do país, isto é, do Rio de Janeiro para São Paulo, como veremos com mais detalhes no item 2.3.

Tendo visto rapidamente o quadro da política econômica no período, veremos nos itens seguintes, a situação da lenta agonia da cafeicultura fluminense, a produção agrícola não cafeeira, como uma forma de salvar as finanças do Estado do Rio de Janeiro, além de mostrarmos a discussão historiográfica sobre o assunto.

---

<sup>59</sup> "Na verdade, a compressão de despesas nos anos em que a política de contenção monetária e fiscal foram seguidas fez-se à custa de redução de obras públicas." (VILLELA & SUZIGAN, 1973: 156).

Apresentaremos rapidamente um quadro sobre a evolução da indústria no período, destacando o processo de retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro, comparativamente a São Paulo, além de fazermos uma pequena discussão historiográfica sobre o tema.

## **2.2 – EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA NO PERÍODO**

Neste item, trataremos da lenta agonia da cafeicultura fluminense e das tentativas de diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro. No final deste item, faremos rápida discussão sobre os impactos da diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro.

### **A Cafeicultura no Rio de Janeiro: Lenta Agonia**

Conforme vimos no capítulo anterior, a crise da cafeicultura no Vale do Paraíba se inicia em 1850, com decadência da produção física em 1882 e “golpe de misericórdia” em 1888, com a abolição da escravidão.

Contudo, antes de iniciarmos nossa análise da lenta agonia da cafeicultura fluminense, é necessário que façamos uma subdivisão do Estado do Rio de Janeiro em 4 zonas cafeeiras produtoras, a saber<sup>60</sup>:

- i) Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba (Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Paraíba do Sul, Petrópolis, Resende, Sapucaia, Santa Teresa, Valença e Vassouras) ou porção ocidental do Vale do Paraíba (como comumente se denomina): na maioria dos municípios aí listados, desenvolveu-se a grande cafeicultura escravista fluminense.
- ii) Zona Serrana do Centro (Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Nova Friburgo, São Francisco de Paula, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro) ou porção oriental do Vale do Paraíba (como

---

<sup>60</sup> Essa divisão toma por base o trabalho de MELO (1993).

comumente se denomina): foi onde se expandiu a cafeicultura a partir de meados da década de 1860.

- iii) Zona Norte Fluminense ou do Vale Norte do Paraíba (Campos, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua): última região de expansão da cafeicultura já depois da derrocada do Vale Sul do Paraíba (a partir de 1890), prolongamento e continuação da expansão da porção ocidental do Vale do Paraíba.
- iv) Zona Litorânea ou da Baixada (Angra dos Reis, Araruama, Barra de São João, Cabo Frio, Capivari, Casimiro de Abreu, Iguaçu, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Mangaratiba, Maricá, Rio Bonito, Rio Claro, São João Marcos, Sant'Ana do Japuíba): região que sempre teve pouquíssima participação na produção cafeeira fluminense.

Após a grande expansão na Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba, esta continua pela Zona Serrana do Centro, destacando-se o município de Cantagalo. No final do século XIX, as duas regiões, juntas, produziam 85% do café do Rio de Janeiro<sup>61</sup>.

Depois de atingir o seu ponto mais elevado na safra 1882-1887, a produção caíria, gradativamente, no resto da década de 1880 e fortemente, a partir daí. Tomando por base a Tabela 19, percebe-se claramente a decadência da cafeicultura do Rio de Janeiro em relação às outras regiões produtoras, a partir da década de 1890, principalmente São Paulo, que passa a liderar a expansão cafeeira.

---

<sup>61</sup> Cf. MELO (1993: 90).

Tabela 18  
Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras  
(em sacas)

Anos (média do período)	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000
1891/1900	911.000	4.775.000	1.787.000	416.000
1901/1910	995.000	9.252.000	2.772.000	579.000
1911/1920	812.000	9.306.000	2.446.000	700.000
1921/1930	945.000	11.131.000	3.445.000	1.210.000

Fonte: Cano (1985) *apud* (SP, RJ e MG): Taunay (1943), Fraga (1963) (Dados ajustados aos de Taunay); (ES): Rocha & Cossetti (1983).

Contudo, observando mais detidamente a tabela, percebemos uma violenta queda da produção na década de 1890, mantendo-se até 1930, com uma produção oscilando em torno de 920 mil sacas.

A drástica diminuição da produção exportável do Rio de Janeiro na década de 1890, comparativamente à década anterior, nos mostra o sinal da derrocada cafeeira na região ocidental do Vale do Paraíba.

Na primeira década do século XX ocorre ligeiro aumento na produção exportável, causado pelas super safras ocorridas em todas as principais regiões produtoras cafeeiras entre 1900 e 1904<sup>62</sup>.

Outra possível explicação pode ser vista em SANTOS & MENDONÇA (1992), que afirmam, tomando por base o "Questionário sobre as Condições da Agricultura nos Quarenta e Oito Municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910-1913)", que em 1910 já era possível se verificar o despontar de novas áreas de plantio do Norte Fluminense<sup>63</sup>, passando a ser a principal região produtora (ver Tabela 19). Esses novos plantios apenas evitaram uma derrocada ainda maior.

Na década seguinte verifica-se o quadro de decadência mais acentuado observado na Tabela 18, como reflexo da tendência declinante da produção cafeeira na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com o enorme aumento da

<sup>62</sup> Cf. FRAGA (1963: 15).

<sup>63</sup> Cf. SANTOS & MENDONÇA (1992: 3-4).

produção nos municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua (do Norte Fluminense), que foram, respectivamente, de 343,8% e 264,1%<sup>64</sup>. Esses municípios “(...) foram responsáveis, sozinhos, por 52% do total produzido pelos dez maiores núcleos cafeeiros do Estado ou ainda por 38% da produção total de 1920 (...)” (SANTOS & MENDONÇA, 1992: 6). Para melhor visualização, ver Tabela 19.

Tabela 19  
Produção Cafeeira no Estado do Rio de Janeiro: Dez Maiores Municípios  
Produtores (em toneladas)

Anos			
1910		1920	
Município	Produção	Município	Produção
<b>Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba</b>		<b>Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba</b>	
Paraíba do Sul	5.100	Paraíba do Sul	5.520
Sta. Teresa	4.050	Valença	2.440
<b>Zona Serrana do Centro</b>		<b>Zona Serrana do Centro</b>	
S. Francisco de Paula	5.400	Sta. M <sup>a</sup> Madalena	3.193
Bom Jardim	4.800	Bom Jardim	3.181
Cantagalo	4.500	<b>Zona Norte Fluminense</b>	
Sta. M <sup>a</sup> Madalena	3.750	Itaperuna	16.641
<b>Zona Norte Fluminense</b>		Sto. Antônio de Pádua	14.485
Sto. Antônio de Pádua	3.978	Cambuci	5.799
Itaperuna	3.750	São Fidélis	2.083
São Fidélis	3.000	Campos	2.639
Cambuci	3.539	<b>Zona Litorânea</b>	
		Macaé	2.694

Fonte: Questionário sobre as Condições da Agricultura nos Quarenta e Oito Municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910-1913) e Censo de 1920 *apud* Santos e Mendonça (1992).

No tocante à década de 1920, percebe-se uma recuperação da produção exportável, por causa da ocorrência de super safras em todos os principais estados produtores em 1920/1921, 1923/1924 e 1925/1926<sup>65</sup>, como consequência das políticas

<sup>64</sup> Cf. SANTOS & MENDONÇA (1992: 4).

<sup>65</sup> Cf. FRAGA (1963: 16).



de valorização de 1918 a 1921 e da defesa permanente a partir de 1926, que estimulou a expansão dos plantios.

Em termos de informações sobre os plantios ocorridos no Estado do Rio de Janeiro em particular (Tabela 20 e Tabela 21), tecemos algumas observações:

- i) Os dados obtidos por zonas produtoras do Estado do Rio de Janeiro estão muito dispersos: encontramos para o ano de 1883 isoladamente na obra de LAERNE (1885), no Censo de 1920 e no Anuário Estatístico do Café de 1934, não nos permitindo, assim, montarmos uma série estatística satisfatória sobre os plantios ocorridos entre 1883 e 1930, mostrando-nos somente indícios dos comportamentos das zonas cafeeiras.
- ii) Através dos dados obtidos podemos afirmar apenas que para o período 1883-1920 temos indícios de expansão do plantio, sem nenhum dado concreto de quando se deu e qual o número de cafeeiros<sup>66</sup>. Há somente indicações do aumento de participação dos plantios na Zona Norte Fluminense (que passa a ser a principal região produtora), seguida da Zona Serrana do Centro (região um pouco mais antiga), do Vale do Paraíba e da Zona Litorânea (apresentando sempre a menor participação). Uma fonte um pouco mais segura pode ser vista na Tabela 19, indicando o desempenho dos principais municípios cafeeiros em termos de produção exportável.
- iii) Para as décadas de 1920 e 1930, os dados já são anuais – porém não desagregados por zonas cafeeiras – mostrando a expansão do plantio dos cafezais no Estado do Rio de Janeiro, como consequência das valorizações e da defesa permanente.

---

<sup>66</sup> Segundo ETESSE (1932: 46), as plantações são antigas, mas este autor não especifica em qual região e quando se deu o plantio.

**Tabela 20**  
**Lavoura Cafeeira Fluminense: Número de Cafeeiros Existentes**

Zonas Cafeeiras	Anos							
	1883		1920		1933 (1)			
	N.º de Propr.	Cafeeiros	N.º de Propr.	Cafeeiros	N.º de Propr.	Cafeeiros		TOTAL
						Mais de 4 Anos de Idade e Produzindo	Menos de 4 Anos de Idade e Não Produzindo	
Serrana do Vale Sul do Paraíba	164	33.569.543	1.830	31.852.034	763	37.279.869	1.849.989	39.174.858
Serrana do Centro Norte	61	10.066.000	2.360	30.215.187	1.621	49.745.523	3.640.270	53.385.793
Fluminense Litorânea	79	5.697.000	4.788	82.714.419	5.631	154.699.497	6.845.723	161.545.220
	47	2.575.000	1.788	10.788.072	1.374	22.918.770	1.339.930	24.258.700
<b>TOTAL</b>	<b>351</b>	<b>51.907.543</b>	<b>10.766</b>	<b>155.569.712</b>	<b>9.389</b>	<b>264.643.659</b>	<b>13.720.912</b>	<b>278.364.571</b>

Fonte: Laerne (1885), Censo de 1920 e Anuário Estatístico do Café (1934).

Notas: (1) Ano agrícola de 1932/1933.

**Tabela 21**  
**Número de Cafeeiros Existentes nas Regiões Produtoras**

Anos	Estados Produtores					Brasil
	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros Estados	
1920	155.569.712	823.942.616	488.036.200	114.583.122	1.813.881	1.708.418.893
1921	160.239.100	843.592.700	511.252.100	122.500.000	-	1.780.855.850
1922	160.700.000	871.897.400	519.300.000	124.700.000	-	1.832.359.160
1923	161.000.000	899.239.100	533.200.000	126.000.000	-	1.883.724.300
1924	162.500.000	949.149.450	546.900.000	128.220.000	-	1.956.916.600
1925	163.200.000	951.288.450	560.700.000	161.500.000	-	2.021.342.850
1926	165.000.000	966.142.590	574.500.000	194.800.000	-	2.099.643.490
1927	172.000.000	1.047.496.350	588.284.500	237.934.900	-	2.253.180.950
1928	193.631.750	1.123.232.770	600.901.000	241.892.700	-	2.381.604.200
1929	201.804.680	1.152.520.960	623.118.600	256.158.100	-	2.482.584.200
1930	210.505.000	1.188.058.350	650.961.700	265.932.000	-	2.587.845.700
1931	213.818.900	1.265.151.750	665.118.300	271.400.200	-	2.697.570.500
1932	220.000.000	1.438.916.470	670.563.830	240.000.000	-	2.811.947.500
1933	278.364.571	1.475.000.000	745.300.000	237.500.000	-	2.978.400.000
1934	278.979.000	1.384.519.500	718.200.000	236.854.000	-	2.846.311.300

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1939/1940).

Cabe aqui afirmar, ainda, que a lenta agonia da cafeicultura fluminense deveu-se não só às valorizações, mas também ao fato de ser um dos produtos que mais contribuía na arrecadação de impostos, mesmo apresentando queda crescente, chegando as autoridades estaduais a incentivarem políticas de diversificação agrícola.

### **Influências da Decadência Cafeeira Fluminense na Colonização, nos Transportes, na Tecnologia Empregada na Produção e na Comercialização<sup>67</sup>**

A decadência cafeeira fluminense trouxe diversas conseqüências negativas para as diferentes áreas ligadas diretamente à sua produção, como na questão da mão-de-obra, no transporte da produção cafeeira (problemas tarifários nas ferrovias), na tecnologia empregada na produção/beneficiamento do café e na comercialização, com a derrocada dos comissários, como veremos nos parágrafos que seguem.

Em termos de mão-de-obra<sup>68</sup>, com a abolição da escravidão, novos problemas são adicionados com a decadência da cafeicultura: a remuneração do fator trabalho, além do problema de braços para a lavoura, pois houve uma evasão inicial de ex-escravos das unidades produtivas, desfalcando-as, além de uma migração interna líquida de nacionais de 84.300 pessoas. Apesar de considerarmos que a manutenção total dos escravos não mais existia, a curto e médio prazo, foram sentidos os sintomas da desorganização social, aumentando ainda mais a instabilidade dos grandes proprietários, dado que eles nunca possuíam grande quantidade de numerário para o pagamento de salários. A proposta de penhorar safras futuras como garantia de empréstimos era um risco para o levantamento dos mesmos. Vale também acrescentar que havia diversas combinações das formas de trabalho rural na maioria dos municípios pesquisados no "Questionário..." de 1910/1913<sup>69</sup>.

Foram tentadas várias formas de organização, demonstrando uma situação anômala ou deficitária, onde nenhum sistema realizou uma solução definitiva, sendo a carência de mão-de-obra o problema central desde então. Houve a tentativa de trazer

---

<sup>67</sup> Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em MELO (1993), salvo indicações específicas.

<sup>68</sup> Sobre a questão da mão-de-obra livre no Rio de Janeiro e em São Paulo, ver CAMARGO (1952) e FRANCO (1997).

<sup>69</sup> Cf. SANTOS & MENDONÇA (1992: 18).

mais imigrantes<sup>70</sup> (pois no decorrer do século XIX todos os esforços para o Rio de Janeiro haviam malogrado, diferentemente de São Paulo, que atraiu levas cada vez mais crescentes<sup>71</sup>), a partir do aumento dos preços do café em 1896. Foram criados núcleos coloniais com sistema de meação. Entretanto, com o aumento dos estoques de café e a queda gradual dos preços, o Estado do Rio de Janeiro não levou avante essa política, que acabou em 1898.

Já a União instalou vários núcleos coloniais em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro (Visconde de Mauá e Itatiaia, na porção ocidental do Vale do Paraíba e não na zona pioneira do café, talvez tendo se constituído como mais uma tentativa de salvar a elite cafeeira endividada). Esses núcleos foram planejados para assentar imigrantes estrangeiros no país, mas acabaram, na verdade, fixando a população de brasileiros pobres (e isso ocorreu em todos os Estados cafeeiros, menos São Paulo).

Essas colônias fracassaram devido à falta de infra-estrutura de comunicação e ao isolamento em relação aos centros consumidores, que dificultava a venda da produção agropecuária. O insucesso também pode ser explicado pelo fato de que a imigração buscou suprir as necessidades de mão-de-obra da lavoura exportadora. Logo, os núcleos, que não se adaptavam a esse objetivo, não sobreviveram como economia de subsistência, como ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

Na primeira década do século XX, o governo estadual voltou a tentar incentivar as imigrações com as seguintes medidas:

- i) Atração de imigrantes japoneses, que encontrou resistência dentro do próprio governo do Estado<sup>72</sup>, porque eram vistos como um elemento

---

<sup>70</sup> Desde 1892 o Estado procurava trazer imigrantes europeus e asiáticos (que encontraram grande resistência na sociedade). Porém, esta primeira tentativa não se realizou, devido à Revolta da Armada em 1893 e à epidemia de cólera no Norte Fluminense nesse mesmo ano.

<sup>71</sup> "Considerando o período 1887/1930, entraram em São Paulo cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses. Dado que a 'taxa de permanência' (entradas – saídas/entradas) era de aproximadamente 30% - pode-se estimar em cerca de 850 mil, o número líquido de imigrantes para São Paulo. Entre 1920 e 1929, cresceriam muito a imigração de japoneses e de trabalhadores nacionais, que totalizam, respectivamente, 56 mil e 226 mil imigrantes." (CANO, 1998: 60-61). Sobre este assunto ver também MELLO (1982).

<sup>72</sup> "Direi, apenas, que esses colonos só servem para aqueles que ainda pensam na necessidade de um elemento transitório entre o braço escravo e o colono inteligente dos países adiantados da Europa (...)" (RELATÓRIO Apresentado ao Diretor do Serviço de Povoamento pelo Engenheiro Inspetor no Estado do Rio de Janeiro, 1909: 204 *apud* MELO, 1993: 171).

transitório entre o escravo e o colono europeu, não chegando a ser concretizada.

- ii) Fundação de uma pequena colônia no município de Teresópolis, por causa de um pedido do proprietário da Estrada de Ferro de Teresópolis (a instalação do núcleo se deu na fazenda dele).
- iii) O Visconde de Quissamã tentou promover a imigração com colonos franceses numa fazenda de cana-de-açúcar, ao lado do Engenho Central, tendo adotado um contrato de parceria, mas não conseguindo fixar os colonos na região.

As tentativas frustradas relatadas acima demonstram a impotência do Estado do Rio de Janeiro em empreender uma política vigorosa para atrair imigrantes. Segundo MELO (1993: 172), a "(...) política de fundação de núcleos de colonização na segunda década republicana foi traçada no bojo da crise da cafeicultura fluminense e do surgimento da pecuária e incentivo à diversificação agrícola do Estado, particularmente na zona do Vale Sul do Paraíba [porção ocidental do Vale do Paraíba]. Os núcleos criados pela União foram implantados em terras exauridas, com velhos cafezais e produtividade decrescente, em fazendas gravadas com pesadas dívidas sem nenhuma condição de competição com a lavoura cafeeira ou uma agricultura mercantil de milho e feijão. Por esta razão a política de imigração no Rio de Janeiro foi apenas uma retórica diante da fragilidade financeira do Estado para arcar com o seu ônus. A entrada de imigrantes foi bastante reduzida e os dados censitários de 1890, 1900 e 1920 acusam uma percentagem mínima de estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro."

Em termos de expansão ferroviária fluminense, o Governo Imperial autorizou o funcionamento de várias pequenas ferrovias para atender aos interesses locais dos plantadores de café e dos nobres da Corte. Havia várias companhias ferroviárias que eram geridas caoticamente<sup>73</sup>, tendo como consequência falências e incorporações sucessivas.

---

<sup>73</sup> Muitas dessas transações para concessão de exploração de serviços ferroviários (que previam doações de terras laterais às estradas de ferro e garantia de juros até 7% anuais sobre o capital aplicado) foram irregulares, com negociação de privilégios, custos artificiais, má qualidade dos serviços técnicos e falta de planejamento das linhas ao se definirem as concessões (cf. MELLO, 1993: 143-144).

A partir de 1890, a questão tarifária torna-se mais intensa, apesar das tarifas sempre terem sido motivo de reclamações por parte dos fazendeiros, uma vez que o frete era pago por eles e não pelos que compravam as sacas de café<sup>74</sup>. Isso piorou mais ainda quando eclodiu a crise cafeeira, pois os pedidos de redução dos fretes eram vistos como um problema para as empresas ferroviárias, que resistiam a essa diminuição, cuja consequência seria a redução de suas rendas.

Nessa mesma década processava-se a decadência das estradas de ferro do Estado do Rio de Janeiro, com encampação de várias companhias. Houve problema de desempenho dos ramais do Vale Sul do Paraíba, sendo que a queda só não foi absoluta por dois motivos: i) substancial redução no custo de transporte; ii) vários ramais foram conectados com a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Mesmo a zona pioneira do café fluminense não deixou de sofrer a crise, pois a política de incentivo ao investimento ferroviário, implantada no tempo do Império, se caracterizava por subsídios sobre o capital e não sobre o desempenho da ferrovia, explicando o motivo de algumas linhas terem apresentado traçados estranhos, seja para atender algum fazendeiro poderoso, seja para contornar obstáculos em vez de construir pontes e túneis e ainda por cima com utilização de materiais de construção de péssima qualidade<sup>75</sup>.

Esses problemas, aliados à péssima gerência dessas companhias, levaram à formação da Leopoldina Railway em 1898, que incorporou as ferrovias instaladas nas zonas cafeeiras Serrana do Centro e do Norte Fluminense (ver Tabela 22 abaixo)

---

<sup>74</sup> Para piorar a situação, o café pagava as tarifas mais caras, por ser o produto de maior valor transportado.

<sup>75</sup> Cf. MELO (1993: 145).

Tabela 22  
Ferrovias do Rio de Janeiro - 1907

Empresa	Extensão (km)	Regime de Propriedade
Rio do Ouro	114	União
Central do Brasil (1)	1.694	União
Leopoldina (2)	2.468	Estrangeira
Corcovado	4	Nacional Privada
União Valenciana	63	Nacional Privada
Bananal	28	Nacional Privada
Resende-Bocaina	39	Nacional Privada
Rio das Flores	53	Nacional Privada
Teresópolis	28	Nacional Privada
Sapucaí (3)	125	Nacional Privada
Maricá	61	Estrangeira
Vassourense	6	Nacional Privada

Fonte: Censo de 1907 e 0,0000000Melo (1993).

Notas: (1) Abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Rio de Janeiro cerca de 380 km; (2) Abrange os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. No Rio de Janeiro cerca de 1.441 km; (3) Esta ferrovia mineira encampou as companhias Santa Isabel do Rio Preto e a Piraiense, a quilometragem da tabela corresponde a estes dois ramais.

Contudo, apesar da crise da cafeicultura fluminense, esta não impediu a expansão da Leopoldina Railway, por causa do escoamento dos cafés mineiro e capixaba pelas suas linhas. A empresa foi aumentando gradativamente sua importância no transporte de café da região, ao mesmo tempo em que travou uma disputa contra os plantadores locais de café, que pediam menores tarifas<sup>76</sup> (para aliviar imediatamente a difícil situação da lavoura), dado que tinham o paralelo das tarifas mais baixas da Central do Brasil (que era do governo e cuja política de tarifas tinha como pressuposto a importância do transporte no desenvolvimento econômico da região).

Além da proposta acima, lançou-se uma política tarifária através da seguinte subdivisão: fretes mínimos para os produtos exportados e instrumentos agrícolas e fretes máximos para os produtos importados, como uma forma de compensar os

<sup>76</sup> O Estado do Rio de Janeiro não tinha poder para definir as tarifas na Leopoldina Railway, apenas nas ferrovias estatais.

prejuízos resultantes de algumas mercadorias, sendo a receita constituída, então, da média geral dos fretes de transportes.

A Leopoldina Railway havia adjudicado cerca de 2.000 km, sendo metade no Rio de Janeiro, e seus contratos de concessão regiam-se por um só código de tarifas, datado de 1900, que na visão dos plantadores, já se encontrava ultrapassado pela crise da lavoura, exigindo, então, modificações para facilitar o escoamento dos seus produtos.

Diante das reivindicações acima, em 1904, seguindo critério proposto pelo governo, a Leopoldina reduziu as tarifas de alguns artigos de grande produção no Estado, como batatas, cereais, sal e cal. Contudo, a crise da economia cafeeira fluminense era sentida fortemente pelo setor ferroviário, que baseava seu transporte principalmente nesse produto.

Apesar da retomada da produção cafeeira no período 1913-1920, esse fato não conseguiu melhorar a situação das estradas de ferro privadas. A Leopoldina Railway entrou em disputa com a União e os Estados, ameaçando interromper seu tráfego, caso não a auxiliassem com apoio às suas tarifas. Porém, o governo federal, além de não apoiar a companhia ferroviária, usou sua política tarifária nas estradas de ferro estatais como instrumento de política econômica, tanto no favorecimento ao setor exportador como no incentivo à diversificação agrícola, com o intuito de baratear os gêneros alimentícios das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Quanto à questão do uso da tecnologia na produção cafeeira, cabe destacar que esta ficou restrita ao uso das máquinas de beneficiamento, com as terras e técnicas de cultivo permanecendo praticamente os mesmos, sendo que o Estado de São Paulo se encontrava na frente no número de máquinas utilizadas, como podemos observar na tabela abaixo.



Tabela 23  
Número de Estabelecimentos com Máquinas para Beneficiamento do Café

Estados/ Províncias	1881		1920		Sacas Beneficiadas por Máquina em 1920 (média 1917- 1920)
	Número	%	Número	%	
Rio de Janeiro (1)	574	50	738	9	1.111
Minas Gerais	371	32	1.719	20	1.439
São Paulo	130	11	2.879	34	2.735
Espírito Santo	18	1	1.555	18	496
Bahia	-	-	882	10	168
BRASIL	1.145	100	8.410	100	1.437

Fonte: Melo (1993).

No tocante à comercialização/financiamento da produção, percebemos uma mudança nesse setor a partir do final do século XIX, quando explode a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba, levando muitos fazendeiros e comissários à falência (como foi visto no Capítulo 1).

Com a abolição da escravidão, a situação agrava-se ainda mais para o comissário, pois o capital de giro necessário aumenta muito devido às novas necessidades de pagamento de mão-de-obra, que necessitavam de maiores recursos monetários (maior liquidez). O comissário<sup>77</sup>, então o financiador dos fazendeiros, não mais conseguia suprir as novas necessidades de numerário dos fazendeiros, pois tornou-se também dependente de financiamentos, que escasseavam naquele momento, dada a falta de bancos que estivessem dispostos a correr riscos com a lavoura cafeeira em decadência<sup>78</sup>.

Com o encurtamento das distâncias devido à expansão ferroviária e com a queda dos preços do café em 1890, esta estrutura comercial foi colocada em xeque. “Esta intermediação implicava num aumento dos custos de produção e conseqüentemente na diminuição das margens de lucro que recebiam os plantadores e exportadores. Comissários tentavam eliminar o ensacador e os exportadores por sua vez viajaram para

<sup>77</sup> Por quase todo o século XIX, o comércio de café era dividido em três “etapas”, compostas pelos seguintes elementos: o comissário; o ensacador, que misturava os diversos tipos de café, além de ensacá-los e vendê-los para as casas exportadoras, última etapa da comercialização.

<sup>78</sup> Cf. MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1902: 50).

o interior para concentrar em suas mãos estas etapas de comercialização do café.” (MELO, 1993: 192-193).

Na tentativa de resistir à concentração das casas exportadoras no comércio, os comissários criaram em 1901 o Centro de Comércio do Café, com o fim de unir forças de maneira coordenada, mas que se mostrou inócuo para reverter o avanço dos exportadores, que eram, na sua maioria, norte-americanos, ingleses e alemães. A decadência cafeeira fluminense contribuiu também para enfraquecer os comissários na tentativa de diversificação de suas atividades<sup>79</sup>.

Vale acrescentar que a crise da lavoura cafeeira fluminense repercutiu negativamente nos negócios do Porto do Rio de Janeiro, que perde sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar. Contudo, a riqueza da antiga capital federal, juntamente com a tradição de seu comércio importador, contribuiu para que a cidade do Rio de Janeiro continuasse na liderança das importações de produtos estrangeiros e que até aumentasse sua participação, passando de 26% em 1893 para 46% em 1920 do total dos produtos importados pelo Brasil (lembrando que o Porto do Rio de Janeiro era o centro distribuidor de produtos importados para o mercado interno, papel que já havia se consolidado desde 1870)<sup>80</sup>.

Quanto à queda nas exportações do porto carioca, é válido colocar a observação de MELLO (1993: 199):

“É evidente que a migração das plantações de café para o Oeste Paulista foi determinante na perda de importância da função mercantil da cidade do Rio de Janeiro e (...) que também a ferrovia ao penetrar mais fundo no interior de Minas Gerais e integrar a zona Sul Mineira na economia cafeeira desviou exportações da região para o porto de Santos.”

---

<sup>79</sup> Vale aqui colocar que em Santos, diferentemente do Rio de Janeiro, as firmas exportadoras estavam nas mãos de brasileiros, devido não só ao esplendor cafeeiro paulista (cf. MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1902: 50), mas também à ausência da figura do ensacador nessa praça, permitindo maior acumulação das casas comissárias paulistas.

<sup>80</sup> É provável que esse aumento tenha tido como causa as importações de insumos e bens de capital para a expansão da indústria.

## **A Produção Agrícola Não Cafeeira**

Conforme dissemos, o governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação difícil de suas finanças, causada pela crise da cafeicultura, lança mão de uma política de diversificação agrícola.

Além da análise da diversificação, faremos uma pequena discussão historiográfica sobre os desdobramentos da decadência da cafeicultura fluminense.

Podemos observar que autores como CANO (1998 e 1985) e PIGNATON (1977) afirmam que após a Abolição, houve a decadência do campo, com terras deterioradas, não permitindo, assim, uma retomada, em bases capitalistas, da produção cafeeira. Segundo CANO (1985: 295), a agricultura acompanha de certa forma a derrocada cafeeira, perdendo sua posição, ao cair de 5,7% na participação da produção nacional de lavouras, em 1919, para apenas 3,8% em 1939. Já PIGNATON (1977) afirma que as alternativas encontradas à derrocada foram a pecuária extensiva e de baixa produtividade ou a monocultura da cana de açúcar no Norte Fluminense, mostrando um quadro de decadência do campo.

Outro grupo de autores afirma que houve, com a eclosão da crise da cafeicultura fluminense, tentativas de diversificação agrícola, que se verificaram a partir da década de 1890. MENDONÇA (1977) diz que a diversificação agrícola do Estado do Rio de Janeiro foi um fato importante, mas que ficou muito longe da predominância do café e que foi tentada para salvar a região da crise do café e as finanças estaduais. Na visão de SANTOS & MENDONÇA (1985), o governo fluminense procurou atuar em prol da diversificação agrícola, como forma de baratear o custo de reposição da força de trabalho urbana e para a neutralização dos efeitos da reduzida capacidade de importar da economia fluminense, devido ao declínio da produção e dos preços do café. Essa política regional de diversificação agrícola veio, então, como uma resposta à crise cafeeira de 1896. Após 1906, vemos a continuação do estímulo à policultura e apoio à pecuária. Houve também o estímulo às indústrias que consumissem matérias-primas da agropecuária fluminense, sendo que a partir de 1910, a esfera federal, através do

Ministério da Agricultura, se empenharia numa campanha em prol do policultivo<sup>81</sup>. FERREIRA (1994), utilizando os dados contidos nas Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (que são os mesmos que utilizamos mais adiante), segue a posição das duas autoras anteriores, afirmando, porém, que o café, a partir da década de 1920 volta a aumentar sua participação na economia do Estado, chegando a afirmar que ocorreu um *boom*, para logo mais à frente dizer que não foi da mesma dimensão do passado, o que a nosso ver se constitui num exagero, porque o café, na verdade, aumenta sua participação novamente por causa da expansão dos plantios, mas sem sair de sua condição decadente (como vimos anteriormente).

MELO (1993) sustenta que as tentativas de diversificação agrícola foram malogradas e que o café é que realmente dominou a economia fluminense até 1930, mesmo sofrendo uma morte lenta.

LEVY (1988) critica a idéia de lavoura cafeeira escravista decadente, pois, segundo ela, o Norte Fluminense despontou com novas áreas de cultivo já baseadas no trabalho livre, não implicando na afirmação de que existiu uma agricultura dinâmica, mas que, segundo a autora, as interpretações que só vêem o declínio do Vale do Paraíba são insuficientes. Vale também afirmar que após a crise da economia cafeeira do Vale do Paraíba, a autora viu uma tendência à diversificação agrícola, com o apoio do Governo do Estado, constituindo-se numa reação a essa crise. Na nossa visão, a cafeicultura continuou no Estado do Rio de Janeiro como consequência das políticas de valorização, mas mantendo sua lenta agonia (como já afirmamos) e a diversificação agrícola veio como uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando aí a situação combalida do café.

Passando para a análise das informações obtidas em nossas pesquisas, podemos observar que nas Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, essa preocupação começa a ocorrer na década de 1890, mais precisamente a partir da Mensagem de 1896, onde se propõe a transformação gradual e progressiva da monocultura extensiva em policultura intensiva. Para isso, foram criados centros agrícolas, estações agronômicas, núcleos coloniais, distribuídos adubos químicos, sem

---

<sup>81</sup> FERREIRA (1994) utiliza as argumentações dessas autoras para analisar a economia fluminense na República Velha em sua obra.

lucro para o Estado, além do saneamento da Baixada Fluminense e do incentivo à pecuária extensiva, principalmente nas terras da porção ocidental do Vale do Paraíba (que seria repetidamente lembrado nas mensagens seguintes).

Os primeiros resultados aparecem no decorrer da primeira década do século XX, com a multiplicação de culturas, que apresentaram um desenvolvimento relativamente considerável.

O governo estadual incentivou essa diversificação agrícola através da distribuição aos agricultores, via prefeituras municipais e em larga escala, de sementes de milho americano e argentino, de algodão de Pernambuco, Egito e São Paulo, de cacau da Bahia, do Pará e do Amazonas, de feijão de várias localidades dos Estados Unidos, de maniçoba do Ceará e da Bahia, de favas diversas, de arroz da Carolina, Maranhão e Piemonte, de cebolas e alhos da Alemanha, de batatas portuguesas, de fumo, e de videiras, com preferência das melhores qualidades e várias plantas forrageiras, como podemos encontrar na Mensagem de 1906, que também registra plantações de maniçoba em Piraí, Itaperuna, de cacau em Santa Maria Madalena e municípios vizinhos e algodão em S. Pedro d'Aldeia ("pouca quantidade, mas de boa qualidade")<sup>82</sup>.

Em 1907, já podemos destacar a cultura do arroz, contando com perspectiva de exportação do excedente, além dos cereais já contarem com o mesmo, não encontrando, contudo, mercado para esse gênero. Na mensagem desse ano, o Presidente do Estado propõe aumentar ainda mais a diversificação agrícola através do incentivo à fruticultura, para a fabricação de doces, como forma de reanimar a lavoura e ampliar o mercado das usinas fluminenses de açúcar.

Em 1908, o arroz atingiu bom desenvolvimento, chegando a exportar o excedente. Essa cultura apresentava produção com modernos processos de plantio, tratamentos, colheita e beneficiamento mecânicos, além de contar com boa água e abundantes rios e córregos para a irrigação e também terrenos sedimentares e argilosos, ideais para essa plantação. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento desse cereal foi a adoção de um imposto extremamente módico.

Em 1909, a produção de açúcar aumenta, não acontecendo o mesmo na fabricação da aguardente e do álcool, chegando até a diminuir as cifras de exportação. A

---

<sup>82</sup> Cf. MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1906: 16).

cultura dos cereais aumenta e as exportações apresentam quadro animador. Destacamos o arroz, feijão e milho, com sensíveis aumentos nas quantidades exportadas, assim como as de fubá e da farinha, derivados da mandioca. Segundo o Presidente do Estado, das “(...) culturas da pequena lavoura que em grande parte concorre para o abastecimento do mercado da Capital da República, só não apresenta aumento a produção de batatas e frutas; os demais produtos, legumes, aves, ovos, palmitos, etc., assinalam maiores cifras que as do ano anterior.” (MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1909: 57).

Em 1916, destacamos o renascimento da lavoura de cana de açúcar no Norte Fluminense, principalmente no município de Campos, que se transforma com os lucros dessa atividade.

É registrada nessa Mensagem o ensaio de novas culturas, dentre elas a do algodão, a de fibras têxteis, fumo e trigo.

Para as cifras de exportação, contribuíram para metade do cômputo geral os vários gêneros da policultura fluminense, destacando-se o feijão, o arroz e a farinha de mandioca.

Vale destacar também o crescimento das exportações de frutas e a redução da taxa de exportação desses gêneros, além da promoção, junto às companhias de navegação, de redução de tarifas para os embarcadores do exterior.

A política de incentivo por parte do governo estadual continuou, pois foram distribuídas toneladas de sementes em 1919, destacando-se 10 toneladas de sementes de algodão herbáceo “Big Ball” e “Webber” e 15 toneladas de sementes selecionadas de feijões de cores, trigo, aveia, centeio, cevada, amendoim, batata inglesa, milho, capim gordura e mamona.

Porém, apesar desse aumento da policultura, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, na sua mensagem de 1924, chama a atenção para a fase embrionária em que ainda se encontram os serviços oficiais de fomento à agricultura, à proteção e ao desenvolvimento da pecuária, apesar dos incentivos. Os órgãos oficiais de apoio à diversificação agrícola são em número e qualidade insuficientes e precários. O Presidente defende, então, a criação de estabelecimentos experimentais e de demonstração, a fim de melhor preparar o agricultor no “(...) emprego de variedades

aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, rotação de culturas, preparação racional do solo, adubação, aperfeiçoamento de diversas raças e tudo enfim que, de moderno e vantajoso, existe em tal assunto.” (MENSAGEM do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, 1924: 100).

Ou seja, de uma maneira geral, podemos constatar que a diversificação agrícola foi uma tentativa de “salvar” as finanças do governo estadual, mas que surtiu pouco efeito, pois a cafeicultura continuou dominando a economia fluminense (tanto na produção física quanto na arrecadação de impostos), mesmo com toda a sua lenta agonia. Percebe-se nas Mensagens, que alguns gêneros agrícolas apresentaram um desenvolvimento razoável, no mínimo, pois chegaram a exportar os excedentes, apresentando um grande crescimento nas quantidades exportadas e na participação nas receitas do imposto de exportação, ficando, contudo, muito longe do desempenho da produção cafeeira (ver tabelas abaixo), o que nos leva ao entendimento do motivo pelo qual em quase todas as mensagens do período analisado, o governo estadual sempre ter procurado incentivar a policultura, seja na distribuição de sementes, seja no apoio aos agricultores (não obstante as autoridades reconhecerem como sendo aquém do ideal) com o ensino do uso das técnicas e do uso de modernas máquinas agrícolas, além de reduções nas tarifas de exportação (como nas frutas, por exemplo).

Fazendo uma rápida observação sobre a pecuária, as Mensagens nos mostram que houve também uma política de incentivo para esse setor, sendo que a maior área produtora se localizava na porção ocidental do Vale do Paraíba, dadas as condições devastadas de boa parte de sua terra, vítima da expansão cafeeira feita de forma predatória (como vimos no Capítulo 1), com a terra não se prestando a nenhum outro tipo de uso a não ser para pastagens (além da produção leiteira).

**Tabela 24**  
**Exportações Internas de Café e dos Principais Produtos da Dieta Alimentar**  
**(em toneladas)**

Produtos	Média Anual do Período			
	1891/1900	1901/1910	1911/1920	1921/1930 <sup>(2)</sup>
Café	54.660,0	63.719,3	48.720,0	56.700,0
Açúcar	14.750,0 <sup>(1)</sup>	22.233,1	48.665,3	34.208,3
Arroz	-	789,1	931,3	1.194,6
Feijão	-	2.183,6	2.944,4	1.023,5
Farinha de Mandioca	-	5.051,0	3.408,7	1.649,0
Batata	-	558,2	2.328,9	3.204,8
Milho	-	2.063,5	31.247,8	13.883,5
Legumes e Frutas	-	8.434,5	28.961,2	37.259,6

Fonte (dados brutos): Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (vários anos), Mendonça (1977) , Fraga (1963) e Cano (1985).

Notas: (1) Médias de 1895 a 1900. (2) Médias de 1921, 1924 e 1926. (-) Dado não disponível.

**Tabela 25**  
**Índices de Crescimento Físico das Exportações do Café e dos Principais Produtos**  
**da Dieta Alimentar (base 1901-1910=100)**

Produtos	Anos		
	1901-1910	1911-1920	1921-1930
Café	100	81,6	95,0
Açúcar	100	207,9	146,2
Arroz	100	118,0	151,4
Feijão	100	134,8	46,9
Farinha de Mandioca	100	67,5	32,6
Batata	100	417,2	574,1
Milho	100	1514,3	672,8
Legumes e Frutas	100	343,7	441,7

Fonte: Tabela 25.



**Tabela 26**  
**Receita do Imposto sobre Exportação do Café e dos Principais Produtos da Dieta Alimentar (em contos de réis)**

Produtos	Média Anual do Período							
	1891/1900		1901/1910		1911/1920		1921/1930 <sup>(2)</sup>	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Café	8.940	44,5	2.768	90,1	2.979	76,2	10.177	85,7
Açúcar	11.164 <sup>(1)</sup>	55,5	193	6,3	763	19,5	1.360 <sup>(3)</sup>	11,4
Arroz	-	-	3	0,1	5	0,1	11	0,1
Feijão	-	-	5	0,2	11	0,3	14	0,1
Farinha de Mandioca	-	-	8	0,3	10	0,2	8	0,1
Batata	-	-	1	0,0	6	0,1	9	0,1
Milho	-	-	44	1,4	68	1,7	93	0,8
Legumes e Frutas	-	-	48	1,6	91	2,3	206	1,7
Total	20.104	100,0	3.070	100,0	3.910	100,0	11.878	100,0

Fonte (dados brutos): Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (vários anos).

Notas: (1) Média de 1895 a 1900. (2) Médias de 1921, 1924 e 1926. (3) Médias de 1921, 1923, 1924 e 1926. (-) Dado não disponível.

Fazendo um confronto do resultado de nossas pesquisas com a discussão historiográfica sobre o tema, podemos tirar as seguintes conclusões:

- i) Mesmo com a eclosão da crise da cafeicultura fluminense a partir de 1882, as autoridades do Governo da Província do Rio de Janeiro não pensam imediatamente em diversificação agrícola, dado que os preços se sustentam até 1896, quando se delineia, então, um quadro de superprodução e grande queda de preços, passando a diversificação agrícola a fazer parte do rol de preocupações das autoridades do agora Estado do Rio de Janeiro.
- ii) A diversificação agrícola, apesar de ter ocorrido, não conseguiu superar o domínio que o café continuou exercendo na economia fluminense até 1930, a despeito de sua derrocada.
- iii) Houve também o desenvolvimento da pecuária extensiva, que contou com o apoio das autoridades estaduais.

## 2.3 – A INDUSTRIALIZAÇÃO CARIOCA E FLUMINENSE NO PERÍODO

Com a finalidade de esclarecer o debate sobre a industrialização carioca e fluminense no período, faremos inicialmente pequena discussão historiográfica e análise do desempenho dessa indústria no período, como também uma comparação entre as duas.

CANO (1985 e 1998) e PIGNATON (1977) defendem que a derrocada da cafeicultura fluminense contribuiu para o retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro, que só não foi pior devido ao peso e ao tamanho de sua indústria, que se formou primeiro e foi conquistando mercados, até ser suplantada pelo avanço industrial de São Paulo (comparando-se os Censo de 1907 com o Censo de 1920).

LEOPOLDI (1986) afirma que foi justamente nas décadas de 1880 e 1890 que o Rio de Janeiro se firmou como o principal centro industrial e financeiro do país, pois as características da cidade (centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo), as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravidão contribuíram para isso, a despeito da crise da cafeicultura. A autora critica a visão de Cano, na qual se afirma que houve retrocesso industrial relativo do Rio de Janeiro (tendo em vista o avanço de São Paulo) e de que essa região teve fatores limitantes a um maior crescimento industrial. Ela diz que houve, na verdade, um descompasso no ritmo da industrialização, ou seja, a indústria do Distrito Federal continuou a crescer nas três primeiras décadas do século XX, mas de forma lenta, enquanto o parque industrial paulista se expandia rapidamente. O antigo Distrito Federal prosseguiu o seu crescimento moderado até a década de 1920, quando começou a apresentar sinais de desaceleração nesse setor, enquanto o interior fluminense se expandia e São Paulo imprimia maior velocidade ao seu desenvolvimento industrial. Ela afirma que no período 1900-1920 não se observam “sinais precisos de desaceleração industrial” do Rio de Janeiro, mas sim uma transformação na estrutura da indústria, havendo redução do número de estabelecimentos, concentração da produção num número pequeno de grandes indústrias, que investiam altamente o capital em maquinaria atualizada, além de possuírem muitos trabalhadores.

GUARITA (1986) sustenta a idéia de que o crescimento industrial carioca não foi diretamente dependente da atividade cafeeira, que tinha no Rio de Janeiro seu porto de exportação. Para o autor, o sucesso posterior à decadência do café decorreu do dinamismo e magnitude do mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, além da capacidade da indústria de penetrar com sua produção nos principais mercados do país. Porém, no longo prazo (como pode ser visto no período transcorrido entre o Censo de 1907 e o Censo de 1920), a indústria carioca revelaria uma perda progressiva na sua importância relativa na atividade industrial brasileira. E LEVY (1988) afirma que a expansão significativa da indústria do Rio de Janeiro ocorreu da segunda metade do século XIX até as proximidades da Segunda Guerra Mundial, não tendo se constituído numa atividade diretamente dependente da economia cafeeira, e alcançando um sucesso decorrente da entrada de sua produção nos principais mercados do país (isto enquanto teve capacidade para tanto). Porém, observando também o desempenho industrial da cidade e do Estado do Rio de Janeiro nos Censos de 1907 e de 1920, a autora conclui que houve uma perda progressiva da importância relativa que essa região tinha no país, devido ao crescimento paulista e, sobretudo, por causa da perda de mercados que abastecia, além do uso de tecnologia energética mais antiquada e falta de economias externas.

Passemos agora para a análise do desempenho industrial carioca e fluminense<sup>83</sup>.

Fazendo um breve resumo do desenvolvimento industrial brasileiro no século XIX (visto no Capítulo 1), afirmamos que no período 1808-1860, houve incentivos estatais à produção manufatureira, via subsídios e tarifas protecionistas. No período 1860-1889, cessaria o apoio do Estado, com as fundições e estaleiros sofrendo, conseqüentemente, um processo de decadência, sobrevivendo apenas as manufaturas de bens de consumo não duráveis. Vale ressaltar que na maior parte do período imperial, a política cambial e tarifária não colaborou para uma industrialização mais efetiva. A existência do problema básico dessa economia, que era a manutenção de um sistema escravista de produção e também de um sistema financeiro montado totalmente para operações de curto prazo,

---

<sup>83</sup> Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em VILLELA & SUZIGAN (1973), EGLER (1979), GUARITA (1986), LEVY (1988) e CANO (1998), salvo indicações específicas.

tendo como exceção a casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia., que financiava o estabelecimento Ponta d'Areia, também não contribuíram para tal intento.

Contudo, no final do Império notou-se uma tendência protecionista (como vimos no capítulo anterior), continuando no início da República, como em 1890, quando o governo, devido à desvalorização do mil réis, passou a cobrar parte dos direitos alfandegários pagos em ouro (quota-ouro) e como em 1893, quando o governo desvalorizou o mil réis de 24 dinheiros (d) para 12 d<sup>84</sup>.

Também destaca-se o Encilhamento que, apesar do surgimento de vários empreendimentos fantasmas, contribuiu para o impulso da industrialização, principalmente no Rio de Janeiro, além da revogação da "lei dos entraves" em 1882 e da nova lei das sociedades anônimas em 1890, que facilitou, e muito, a constituição de novas empresas.

Em 1900 foi feita uma reforma tarifária, interrompendo-se o movimento pendular das tarifas, característico do século XIX. Com isso, houve o incentivo para uma grande expansão da capacidade produtiva antes da I Guerra Mundial, contando com um câmbio estável e relativamente alto e uma barreira alfandegária de cunho fortemente protecionista. Durante a guerra, houve um pequeno alento de exportações industriais, destacando-se os tecidos de algodão e a carne frigorificada (que se prolongaram até 1923). Ver Tabela 27 e Tabela 28.

Quanto à carne frigorificada, é importante acrescentar que foi fabricada por frigoríficos estrangeiros que se instalam no Brasil (estados de São Paulo e Rio Grande do Sul), com a finalidade de exportar para dar suporte à guerra e não para abastecer o mercado nacional.

---

<sup>84</sup> Ou 24 pence por mil réis para 12 pence por mil réis.

Tabela 27  
Brasil – Exportações de Produtos Industriais

Anos	Quantidade				Valor (contos de réis)			
	Tecidos de Algodão (milhões de m)	Açúcar (1.000 t)	Carne Frigorificada (1.000 t)	Banha (1.000 t)	Tecidos de Algodão	Açúcar	Carne frigorificada	Banha
1912	0	4,8	-	-	0	839	-	0
1913	0	0,6	-	-	-	155	-	0
1914	0	11,3	0	-	-	2.127	0	0
1915	0	37,0	8,5	-	0	8.256	6.122	0
1916	0	40,9	33,7	-	0	20.851	28.193	0
1917	0,1	127,6	66,5	10,2	112	68.889	60.133	17.745
1918	0,7	106,6	60,5	13,3	1.116	94.565	60.755	26.161
1919	0,7	69,0	51,6	20,0	874	57.357	56.799	39.889
1920	0,8	80,3	60,9	11,2	1.649	83.764	53.614	22.459

Fonte: Villela & Suzigan (1973: 149).

Obs.: 0: cifra insignificante.

Tabela 28  
Brasil – Consumo Aparente de Tecidos de Algodão – 1911-1930  
(em milhões de metros)

Anos	A Produção Nacional	B Importações	C Exportações	D=A+B-C Consumo Aparente
1911	379	84,5	0	463,5
1912	400	69,6	0	469,6
1913	385	59,4	0	444,4
1914	314	22,4	0	336,4
1915	471	17,5	0	488,5
1916	474	30,0	0	504,0
1917	548	24,8	0,1	572,7
1918	494	28,4	0,7	521,7
1919	584	22,4	0,7	605,7
1920	587	29,4	0,8	615,6
1921	552	12,2	3,3	560,9
1922	627	19,0	4,7	641,3
1923	940 <sup>(1)</sup>	23,7	4,8	958,9
1924	580	35,3	0,3	615,3
1925	536	44,3	0,1	580,2
1926	539	44,3	0,1	583,2
1927	594	43,8	0,1	637,7
1928	582	50,3	0,1	632,2
1929	478	29,9	0,1	507,8
1930	476	8,1	0	484,1

Fonte: Villela & Suzigan (1973).

Nota: (1) Valor excepcional, aparentemente errado.

Obs.: os dados do comércio exterior foram ajustados para as unidades de medida, 1 kg de tecido de algodão = 6,05 m, para se tornarem comparáveis aos da produção interna.

Segundo VILLELA & SUZIGAN, (1973: 150), "(...) as exportações de produtos industrializados ou semi-industrializados praticamente cessaram no pós-guerra, o que parece indicar que seus preços não eram competitivos."

No tocante à década de 1920, percebemos que a indústria teve um comportamento ciclotímico. No início da década (em 1920), ocorre expansão considerável da capacidade produtiva, devido à acumulação de reservas financeiras durante a guerra pelas empresas industriais e também por causa da eliminação dos entraves às importações, propiciando a expansão de bens de capital e de bens de consumo (que colaborou para que não houvesse correspondente expansão da demanda dos produtos industriais brasileiros). Nos anos 1921-1923, a produção industrial cresce,

aproveitando a capacidade produtiva expandida e o encarecimento dos produtos industriais estrangeiros (devido à desvalorização cambial, aumento nos meios de pagamento, grandes déficits orçamentários e alta de preços). No período 1923-1926 ocorre o oposto: a produção industrial cai e fica estagnada, enquanto as importações de bens de capital sobem até 1925, devido à valorização cambial e à política de contenção fiscal e monetária. No triênio 1927-1929, temos o seguinte movimento: em 1927-1928 há expansão novamente dos meios de pagamento e desvalorização cambial em 1927, com estabilização subsequente (apesar da política de equilíbrio orçamentário ter obtido saldos positivos em 1928 e 1929), colaborando para a recuperação da produção industrial brasileira.

Em média, podemos afirmar que a taxa média de crescimento da indústria nacional no período 1920-1928 foi de 3,9%, inferior à registrada entre 1911 e 1919, que foi de 4,6%<sup>85</sup>, cabendo destacar o desempenho do Estado de São Paulo, que teve um índice de crescimento industrial de 6,6%, se tomarmos 1920 como base (ou 5,7%, se o ano-base for 1919)<sup>86</sup>, ou seja, superior à média brasileira.

É importante acrescentar que no fim da década de 1920, a proteção tarifária não era mais eficaz por causa da inflação e das oscilações cambiais. Entretanto, na maior parte do período 1904-1930, foi amplamente suficiente para proteger a produção de tecidos grosseiros e para a indústria de uma maneira geral poder se expandir.

Observando mais detidamente o desempenho industrial do antigo Distrito Federal e do antigo Estado do Rio de Janeiro, e tomando por base as diversas estatísticas do período, verifica-se um quadro de liderança no desenvolvimento industrial brasileiro pelo menos até 1907, apesar do quadro de decadência da cafeicultura fluminense: isso se explica pelo fato da cidade do Rio de Janeiro ser o centro financeiro e comercial na época e a sede do Estado, além das regiões cafeeiras fluminenses, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo (Vale do Paraíba) terem sido suas tributárias. Todos estes fatores contribuíram para a formação do primeiro espaço financeiro, comercial e industrial mais importante do país<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Cf. VILLELA & SUZIGAN (1973: 172).

<sup>86</sup> Cf. CANO (1998: 197).

<sup>87</sup> Vale aqui dizer que a indústria que se desenvolveu no Estado do Rio de Janeiro atuou sob a influência do Distrito Federal, pois as plantas se localizavam em Petrópolis, Nova Friburgo, Niterói e municípios da Baixada Fluminense, isto é, próximos à cidade do Rio de Janeiro, e sob a influência desta.

Além dos fatos relatados acima, as políticas econômicas do final do Império e do início da República criaram condições para a expansão da indústria de bens de consumo (destacando-se a indústria de fiação e tecelagem). Entre 1881 e 1895, a produção aumentou cerca de 11 vezes, acontecendo o mesmo com o número de operários, que passou de 530 para 5.435 no período<sup>88</sup>.

A maioria das fábricas foi fundada após 1887 e todas estas já operavam em escala de produção avançada, utilizando energia elétrica, fornecida pelos geradores das próprias fábricas, dada a ausência de um fornecedor externo naquele momento (a Light, companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, só começa a operar no início do século XX).

Apesar da limitação na geração e fornecimento de energia elétrica, a indústria continuou a se expandir, cabendo destacar não somente o setor têxtil, mas também a fundação do Moinho Inglês em 1886 e do Moinho Fluminense em 1887, localizados junto ao porto. Essa expansão pode ser observada nos dados listados na tabela abaixo, que denota uma sensível redução na importação de bens de consumo individuais e um aumento na importação de bens de produção pelo porto do Rio de Janeiro.

---

<sup>88</sup> Cf. EGLER (1979: 105).



Tabela 29  
Porto do Rio de Janeiro – Importação (médias Anuais)

Ramos Industriais e Produtos	1891-95	1896-99
<b>Combustíveis</b>		
Carvão de Pedra (ton)	454.078	564.676
Querosene (caixas)	427.433	456.186
<b>Matérias-Primas Básicas</b>		
Cimento (barricas)	146.341	155.604
<b>Indústria Química</b>		
Fósforos (caixões)	17.029	4.963
<b>Têxteis</b>		
Tecido do Cânhamo (fardos)	2.017	607
<b>Produtos Alimentares</b>		
Farinha de Trigo (barricas)	472.016	321.617
Massas (caixas)	40.833	2.793
<b>Bebidas</b>		
Cerveja (caixas)	57.036	3.302

Fonte: Villela & Suzigan (1973).

A fase fabril foi atingida pela cidade do Rio de Janeiro basicamente nos setores de bens de consumo para trabalhadores, basicamente têxtil e alimentar. Segundo o Censo de 1907, representavam conjuntamente 47,3% do valor da produção industrial, 40,0% da força de trabalho e utilizavam 67,2% da força motriz industrial do então Distrito Federal.

Observando o desempenho do setor têxtil isoladamente, mais especificamente a fiação e tecelagem, nota-se sua grande concentração (tomando-se os dados do Censo de 1907 como base): na cidade do Rio de Janeiro havia 22 estabelecimentos que concentravam 20% do valor da produção, 29,5% dos operários e 50% da força motriz empregada na indústria. No Estado do Rio de Janeiro ocorria algo semelhante: a indústria têxtil representava 40,7% do valor da produção industrial e empregava 54,6% da mão-de-obra industrial nos seus 25 estabelecimentos de fiação e tecelagem. Agregando-se a cidade e o Estado do Rio de Janeiro, eles detinham juntos 38,3% da produção nacional, enquanto São Paulo detinha 26,3% desse total (ver tabela abaixo).

Tabela 30  
Valor da produção Industrial - % do Total Nacional

Unidade Federada	Indústria em Geral	Fiação e Tecelagem
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>37,6</b>	<b>38,3</b>
Antigo Distrito Federal	29,9	25,0
Antigo Estado do Rio de Janeiro	7,7	13,3
<b>São Paulo</b>	<b>16,1</b>	<b>26,3</b>

Fonte: Egler (1979), elaborada a partir dos dados brutos do Censo de 1907.

Em termos de diversificação industrial, o Rio de Janeiro apresentava um quadro superior a São Paulo, como observamos na tabela acima. Porém, este fato deve ser ponderado, como CANO (1998: 262) o faz: "(...) essa indústria era uma das mais diversificadas do país, tendo-se em conta que, dos 98 grupos de produtos que figuram no Censo de 1907, [a cidade do Rio de Janeiro] tinha fábricas que produziam 78 desses grupos de produtos, e em 20 deles ela era a única produtora no país. Em que pese isso, 18 desses 20 grupos se caracterizam como segmentos formados por pequenos estabelecimentos cujos volumes de produção estavam obviamente vinculados ao mercado local."

O quadro acima se modifica quando se verificam os dados do Censo de 1920, que denotam a perda da supremacia industrial do antigo Distrito Federal para São Paulo (como nos mostram as tabelas abaixo).

Tabela 31  
Capital Empregado na Indústria (em mil réis)

Estados	Anos	
	1907	1920
Antigo Distrito Federal	167.120:259\$000	441.669:448\$000
Rio de Janeiro	85.765:457\$000	126.206:050\$000
São Paulo	127.702:191\$000	537.817:439\$000

Fonte: Censo de 1907 e Censo de 1920.

Tabela 32  
Número de Operários na Indústria

Estados	Anos	
	1907	1920
Antigo Distrito Federal	34.856	55.476
Rio de Janeiro	13.632	16.798
São Paulo	24.186	82.900

Fonte: Censo de 1907 e Censo de 1920.

Tabela 33  
Valor da Produção Industrial (em contos de réis)

Estados	Anos					
	1907	Partic. Regional (%)	1920	Partic. Regional (%)	1929 (1)	Partic. Regional (%)
Antigo Distrito Federal	218.344	18,7	666.276	22,3	918.704	22,3
Rio de Janeiro	56.002	4,8	184.161	6,2	252.431	6,1
São Paulo	118.087	10,1	986.110	33,0	1.464.468	35,5
Demais Estados	773.699	66,4	1.152.629	38,5	1.487.547	36,1
TOTAL	1.166.133	100,0	2.989.176	100,0	4.123.149	100,0

Fonte: Censo de 1907, Censo de 1920 e Anuário Estatístico do Brasil de 1936.

Nota: (1) Média de 1925 a 1929.

A perda do domínio industrial do antigo Distrito Federal no Brasil foi causada por duas ordens de fatores (que serão explicadas logo após serem apresentadas):

- i) Consolidação da indústria de São Paulo.
- ii) Problemas enfrentados pela indústria do Rio de Janeiro no tocante aos transportes, aos salários, ao fornecimento de energia elétrica, às restrições de fontes de acumulação e à perda de mercados devido à decadência de sua região cafeeira tributária.

No tocante à primeira ordem de fatores, cabe afirmar que o desenvolvimento da indústria de São Paulo origina-se da própria expansão cafeeira ocorrida no "Oeste Paulista", que contava com mão-de-obra livre em abundância (tanto que existiram

“sobras” que se encaminharam para a cidade de São Paulo, formando o mercado de trabalho urbano), trabalhando em regime de “colonato”, contribuindo, assim, para a criação de um amplo mercado de bens-salário.

Em São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro, formou-se o que CANO (1998: 80) denomina de complexo cafeeiro capitalista:

“À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo [se inicia em 1881 e] tem seu momento decisivo de aceleração, a partir de 1886 e, mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional.”

É possível dizer, então, que o café possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1929.

A dinâmica dos investimentos ocorria da seguinte maneira: tanto nas situações de auge quanto nas situações de depressão de preços, havia “vazamentos” de lucros para outros compartimentos da economia. Nas situações de auge a massa de lucros da cafeicultura era enorme, abrindo novas perspectivas para a diversificação dos investimentos. Na depressão, dado que os cafezais das zonas novas e pioneiras têm uma produtividade física maior do que as áreas maduras, há grande massa de lucros; porém, com as perspectivas depressivas, os cafeicultores dessas áreas observam outros compartimentos da economia, procurando diversificar seus investimentos e, assim, manter suas taxas de lucro.

Com o êxito do desempenho desse complexo vão surgindo mais indústrias, melhor aparelhadas tecnologicamente do que as similares do Rio de Janeiro, penetrando em mercados antes dominados pela indústria carioca/fluminense.

Outros pontos favoráveis à indústria paulista: a presença de uma agricultura diversificada mais dinâmica do que a apresentada no Estado do Rio de Janeiro, colaborando para a produção de alimentos (que por sua vez contribuía para taxas de salários inferiores às apresentadas no antigo Distrito Federal, além da própria abundância de mão-de-obra) e matérias-primas (como o algodão, por exemplo, que livrava São Paulo da dependência de importações, ao contrário do Rio de Janeiro, que continuou importando em todo o período analisado).

Analisando a segunda ordem de fatores, no tocante aos problemas com transportes, cabe destacar que a indústria carioca enfrentou problemas tarifários na Estrada de Ferro Central do Brasil. Esta estrada, diferentemente do restante das empresas ferroviárias do país, obtinha as maiores receitas do transporte de mercadorias no item produtos manufaturados, destacando-se os tecidos, pela sua magnitude. Como essa estrada era uma via importante de distribuição desses produtos, qualquer mudança na cobrança de tarifas logo se refletia nos custos de produção.

A partir de 1907, os setores industriais passaram a pressionar sistematicamente a direção da estrada, pedindo a redução do preço dos seus fretes (talvez na busca de conseguir mercados não atingidos por São Paulo), obtendo sucesso. Entretanto, a empresa sofreria déficits operacionais vultosos, que a obrigaria a aumentar as tarifas (ver tabela abaixo). Segundo LEVY (1988: 233), de 1913 em diante, "(...) a indústria do Rio de Janeiro enfrenta a elevação sucessiva das despesas com o transporte ferroviário, que culmina, em 1917, com um aumento geral de 20%, provocado pelo aumento no preço dos combustíveis. Em 1927, há um novo aumento, que recai sobretudo nas tarifas cobradas nos transportes de maiores distâncias."

Tabela 34  
Evolução das Tarifas de Transporte Ferroviário para Artigos Manufaturados Nacionais

Quilômetros	Tarifa por Tonelada - Quilômetro					
	1897	1907	1913	1919	1926	1927
0 a 100	\$360	\$210	\$200	\$277	\$240	\$400
101 a 200	\$200	\$100	\$180	\$252,5	\$216	\$360
201 a 300	\$200	\$100	\$160	\$228	\$192	\$320
301 a 400	\$100	\$050	\$140	\$203,5	\$168	\$280
401 a 500	\$100	\$050	\$120	\$175	\$144	\$240
501 a 600	\$100	\$050	\$100	\$154,5	\$120	\$200
601 a 700	\$100	\$040	\$100	\$130	\$096	\$160
701 a 800	\$100	\$040	\$100	\$105,5	\$072	\$120
801 a 900	\$100	\$040	\$100	\$081	\$048	\$080
901 em diante	\$100	\$040	\$100	\$056,5	\$024	\$040

Fonte: Guarita (1986).

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, cabe lembrar que as empresas faziam investimentos na sua geração, antes da criação de redes de distribuição. Com o acesso da indústria à energia elétrica produzida por terceiros a partir de 1907 (quando foi celebrado o acordo entre a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. - que doravante chamaremos somente de Light - e a prefeitura do Rio de Janeiro<sup>89</sup>), houve ampliação de suas margens de lucro e a possibilidade de instalação próxima aos centros urbanos, onde se concentrava o mercado consumidor. No Censo de 1920, registra-se que em média, 84,6% da força motriz utilizada era fornecida pela Light (ver tabela abaixo).

<sup>89</sup> Nesse acordo foi estipulada uma tabela de preços, que decresciam à medida que aumentasse o consumo. O pagamento, contudo, deveria ser feito metade em ouro, metade em papel moeda (cf. LEVY, 1988: 235).

Tabela 35  
Indústria do Distrito Federal – Distribuição da Potência Motriz segundo a Natureza  
da Força Empregada em 1920 (em percentagem)

Grupos de Indústrias	Gerada no Próprio Estabelecimento	Fornecida pela Light
Têxtil	5,2	94,8
Couros e Peles	61,4	38,6
Madeiras	14,3	85,7
Metalurgia	3,4	96,6
Cerâmica	14,9	85,1
Produtos Químicos	29,5	70,5
Alimentação	19,6	80,4
Vestuário e Toucador	9,5	90,5
Mobiliário	11,8	88,2
Edificação	5,6	94,4
Construção de Aparelhos de Transporte	22,1	77,9
Produção e Transmissão de Forças Físicas	2,5	97,5
Indústrias de Luxo	-	100,0
MÉDIA PERCENTUAL	15,4	84,6

Fonte: Censo de 1920 e Guarita (1986).

A Light, entre 1907 e 1914, não cobrava as tarifas como o contrato com a prefeitura estipulava, mas sim um preço único, qualquer que fosse o consumo, representando, então, custos decrescentes para o elevado consumo industrial, além da cobrança ser feita somente em papel-moeda, dispensando-se o pagamento em ouro. Com essas medidas, os setores industriais principais utilizavam de 80 a 100% da energia fornecida pela concessionária.

Entretanto, em 1914, a Light passa a exercer em parte seus direitos contratuais, instituindo um sistema duplo de cobranças: os antigos consumidores permaneceriam com o sistema anterior; os novos consumidores e aqueles antigos que tivessem suas instalações ampliadas, pagariam de acordo com a cláusula de 1907.

LEVY (1988: 236) explica o motivo da mudança de postura da Light:

"A 'holding' Brazilian Light and Power Co. Ltd. foi organizada num momento de colapso do mercado financeiro internacional e, a nível nacional, quando foi abandonado o padrão-ouro depois de fechada a Caixa de Conversão. O mercado de capitais em Londres se mostrara pouco receptivo em relação às ações da nova empresa, donde a aplicação às tarifas dos critérios contratuais era a solução para obter através de recursos

próprios o que não conseguira captar de terceiros na Europa. Como a Light dependia exclusivamente do desempenho da filial brasileira para remunerar seus acionistas, a queda da cotação da moeda nacional implicava em prejuízo. A imposição do pagamento de metade da tarifa em ouro era imperiosa para a sobrevivência da empresa.”

Essa mudança no sistema de cobrança representou um golpe na competitividade industrial da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a desaceleração do crescimento dessa região.

A situação se agrava mais ainda a partir do segundo trimestre de 1920 (quando se registra grande redução das exportações), acrescentada de queda da taxa de câmbio, que passou de 17,82 d. para 11,38 d. no final do ano. Tendo estes fatos como pano de fundo, a Light, na busca de defender sua situação financeira, passa a cobrar todos os consumidores segundo a cláusula de 1907. Além disso, suspende o desconto voluntário que havia concedido até então a todas as empresas, passando a calcular a tarifa de consumo industrial pela soma das diferentes faixas de consumo a preços variáveis. O impacto da variação cambial mais as mudanças adotadas pela Light, elevaram em cerca de 10% do total dispendido em energia nas empresas que mais consumiam.

No tocante à remuneração da mão-de-obra, os dados do Censo de 1920 nos mostram que os salários pagos pela indústria do Rio de Janeiro eram os mais elevados do Brasil (ver tabela abaixo), tendo contribuído, por um lado, para ampliar o mercado local (possivelmente), mas por outro lado, para prejudicar seu desempenho quando a concorrência inter-regional se acirrou durante a I Guerra Mundial, agravada ainda mais por causa da presença de mercadorias estrangeiras na década de 1920.

As razões dessa disparidade salarial são atribuídas aos seguintes fatores:

- i) O custo de alimentação da mão-de-obra era muito alto, devido à baixa produção de alimentos no antigo Distrito Federal e no antigo Estado do Rio de Janeiro, apesar da diversificação agrícola.
- ii) Possivelmente pela menor intensidade do fluxo imigratório e talvez pelo efeito estabilizador criado pelo setor governamental, que garantia amplo emprego aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro.



Tabela 36  
Salário Médio Diário dos Trabalhadores Adultos dos Principais Setores Industriais  
em 1920 (média dos salários de homens e mulheres adultos)

Unidade Federada	Indústria Têxtil	Indústria de Alimentação	Vestuário e Toucador
Distrito Federal	5\$942	4\$850	5\$899
Rio de Janeiro	4\$924	3\$099	3\$391
São Paulo	5\$206	4\$591	4\$924

Fonte (dados brutos): Censo de 1920 e Guarita (1986).

Dois outros fatores que possivelmente também contribuíram para o retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro: a instituição de taxas municipais (na cidade do Rio de Janeiro) sobre os produtos locais vendidos em outras regiões; a criação de impostos interestaduais, elevando o preço das matérias-primas adquiridas em outras regiões do país e ao mesmo tempo, afetando a entrada de mercadorias cariocas/fluminenses nos mercados regionais brasileiros.

Entretanto, a questão fundamental para o retrocesso relativo industrial da cidade do Rio de Janeiro não se encontra no que foi discutido até agora, mas sim na atrofia dos mercados que serviam de fontes de acumulação e escoadouro da produção industrial carioca, como o da sua região tributária, que sofria um processo de decadência da cafeicultura. Esse mercado também foi reduzido pela expansão industrial paulista, que passou a ser suprido (em parte) pela sua própria indústria, reduzindo o âmbito das atividades comerciais cariocas.

A década de 1920 ainda trouxe algum alento para a indústria da antiga capital federal, por causa da recuperação da economia cafeeira de Minas Gerais e da grande expansão cafeeira no Espírito Santo, além da expansão do gasto público federal, atenuando seu retrocesso relativo industrial. Contudo, a expansão industrial de São Paulo nessa época continuou elevada, tendo contribuído, provavelmente, para a inibição dessa tentativa de recuperação.

Segundo CANO (1998: 265), a economia da cidade do Rio de Janeiro passaria, então, "(...) a ter nas atividades terciárias, o seu núcleo principal. Já em 1919, o censo demográfico mostrava que apenas 38,4% de sua população economicamente ativa estava alocada na produção física, e os restantes 61,6% na produção de serviços (15%

em serviços domésticos). Essas cifras são muito importantes quando se pode compará-las com as de São Paulo, que no mesmo período ocupava 80,5% de sua força de trabalho na produção física, ou mesmo com as cifras das demais regiões brasileiras, que apresentavam uma ocupação de 86,6% na produção física.”

Apesar dessa reestruturação interna, o antigo Distrito Federal tentou reagir, penetrando nos mercados das demais regiões do país, não obtendo, contudo, grande sucesso, pois essa reação consistiu, na verdade, mais em “perder menos” do que em ganhar. E essa queda só não foi mais grave por dois motivos:

- i) Indústria estruturada desde cedo com estabelecimentos de grande porte e de alta produtividade, garantindo melhores condições de competitividade nas demais regiões.
- ii) Por se constituir o segundo mercado nacional permitiu-se-lhe implantar ramos industriais “complexos” (não tanto como São Paulo), que complementavam sua antiga produção industrial, garantindo, assim, uma reserva de mercado nacional para si. Isto poderia ter sido proporcionado por ações decisivas do setor público e pelas inversões diretas de capital estrangeiro, não tendo decorrido substancialmente de decisões intrínsecas do processo de acumulação de capital na própria região.

Confrontando a discussão historiográfica com o resultado de nossas pesquisas, tiramos as seguintes conclusões:

- i) A cidade do Rio de Janeiro (juntamente com o antigo Estado do Rio de Janeiro), sofreu realmente um processo de retrocesso relativo industrial, comparativamente a São Paulo.
- ii) Esse retrocesso esteve ligado à decadência da região cafeeira tributária do antigo Distrito Federal, aos problemas enfrentados no tocante aos salários, às tarifas de energia elétrica e às tarifas de transporte e ao avanço da indústria paulista<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> A participação da indústria no total nacional caíria cada vez mais: de 20,8% em 1920 caíria para 17% em 1939, diminuiria para 13,8% em 1950, 9,7% em 1960 e 8,5% em 1970 (cf. CANO, 1998: 265).

## 2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PERÍODO

Em poucas palavras, dado que as conclusões foram sendo tiradas no decorrer deste capítulo, podemos afirmar que o café continuou sendo um dos principais produtos na arrecadação do Estado do Rio de Janeiro, apesar de todas as tentativas de diversificação agrícola.

Em termos de indústria, a arrecadação de impostos do antigo Distrito Federal é superior à arrecadação do Estado do Rio de Janeiro (que pouco contribui para a arrecadação estadual). Com relação ao valor de produção ocorre o mesmo, valendo acrescentar que é superior ao apresentado pelo café do Estado e do Distrito Federal juntos (ver tabelas abaixo).

Ou seja, o café sofreu lenta agonia e a indústria carioca/fluminense teve sua supremacia até 1907 (pelo menos), por causa das características da cidade do Rio de Janeiro, que adiaram a crise da indústria até o desenvolvimento industrial de São Paulo ultrapassar o do Rio de Janeiro entre 1907 e 1920, dado que contava com um complexo cafeeiro, que alimentava a indústria, ao contrário do Rio de Janeiro.

Tabela 37  
Receita do Estado do Rio de Janeiro entre 1901 e 1930  
(em contos de réis)

Impostos	Média Anual do Período					
	1901/1910		1911/1920		1921/1930	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Café	2.768	34,6	2.979	19,9	10.177	30,2
Açúcar	193	2,4	763	5,1	1.360	4,0
Outros Produtos Agrícolas	109	1,4	191	1,3	341	1,0
Indústrias e Profissões	1.272	15,9	1.446	9,6	2.229	6,6
Outros Impostos	3.654	45,7	9.604	64,1	19.571	58,2
RECEITA TOTAL	7.996	100,0	14.983	100,0	33.678	100,0

Fonte: Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (vários anos)  
e Anuário Estatístico do Brasil de 1939/1940

Tabela 38  
 Comparação dos Valores de Produção com as Receitas Governamentais dos  
 Antigos Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro em 1920 (em contos de réis)

Valores de Produção	Antigo Distrito Federal	Antigo Estado do Rio de Janeiro
Café	110	106.134
Açúcar	731	64.596
Outros Produtos Agrícolas	1.212	61.033
Indústria	666.275	184.161
Receita Governamental	57.625	21.481

Fonte: Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1921), Censo de 1920 e Anuário Estatístico do Brasil de 1939/1940.

Tabela 39  
 Impostos Pagos pelas Indústrias dos Antigos Distrito Federal e Estado do Rio de  
 Janeiro em 1920 (em contos de réis).

Unidade Federada	Impostos		
	Federais	Estaduais	Municipais
Antigo Distrito Federal	29.203	115	1647
Antigo Estado do Rio de Janeiro	11.489	828	206

Fonte: Censo de 1920.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas bem gerais, podemos tirar três conclusões, como forma de resumir aquelas obtidas ao longo desta dissertação.

Em primeiro lugar, cabe dizer que o café continuou contribuindo significativamente para a arrecadação do Estado do Rio de Janeiro, mesmo tendo havido uma pequena diversificação agrícola.

Em segundo lugar, o fato do café em São Paulo ter tido uma expansão que ultrapassou em muito a demanda do mercado, levou o governo desse Estado a liderar as políticas de valorização, sendo que em algumas delas, participaram nos acordos de valorização do café as regiões de menor importância na produção cafeeira e mesmo decadentes, sendo que o Estado de São Paulo é que auferiu os maiores ganhos com essas valorizações.

Em terceiro lugar, a ligação café-indústria em São Paulo possibilitou uma expansão industrial que ultrapassou a do Rio de Janeiro, contando com fábricas mais modernas, diferentemente do Rio de Janeiro, que não se retroalimentava com a agricultura cafeeira e que era de tecnologia mais antiquada.

Por fim, afirmamos que esta pesquisa procurou abrir novos pontos para discussão sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro, ficando claro aqui que ainda há muito para avançar.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I) FONTES

- ANUÁRIO Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1936.
- ANUÁRIO Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1939/1940.
- ANUÁRIO Estatístico do Café.** Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934 e 1939/1940.
- ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil.** Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1987.
- MENSAGENS** dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro Apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, para os Anos de 1892 a 1930.
- RECENSEAMENTO Realizado em 1º de Setembro de 1920 (Censo de 1920).** Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, 1921.
- RELATÓRIOS** dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Rio de Janeiro Apresentados à Assembléia Legislativa Provincial, Niterói, para os Anos de 1849 a 1889.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas.** Vol. 1 - Repertório Estatístico do Brasil - Quadros Retrospectivos (separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939/40). Edição fac-similar (original publicada em 1941). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907).** Vol. 2 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 2 - Indústria Agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907).** Vol. 3 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 3 - Indústria de Transporte e Indústria Fabril. Edição fac-similar (original publicado em 1909). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.

### II) BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial.** São Paulo, Editora Ática, 1980.
- BESOUCHET, Lidia. **Mauá e seu Tempo.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos.** São Paulo, USP, 1952.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo.** 4ª edição. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2), p.291-306, maio/ago. 1985.
- CONCEIÇÃO, Carlos. **2º Centenário do Cafeeiro no Brasil: História da Irradiação e Decadência do Café no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Pap. Mello, 1927.

- CORREIA, Heloisa Serzedelo. **Nova Friburgo: O Nascimento da Indústria (1890-1930).** Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1985. (Dissertação, Mestrado em História).
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República.** São Paulo, Grijalbo, 1976.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo, Difel/Edusp, 1971.
- DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. **Reflexões sobre Espaço e Periodização: Origens da Indústria no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1979. (Dissertação, Mestrado em Engenharia).
- ETESSE, M. A Cultura Cafeeira no Brasil. **Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano VII, vol. XV, 1º semestre, n.º 64, janeiro de 1932.
- FARIA, Alberto de. **Mauá; Irineu Evangelista de Souza; Barão e Visconde de Mauá.** 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1933.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro.** Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1977. (Dissertação, Mestrado em História).
- \_\_\_\_\_. **Política e Poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha.** Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, nº 1, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Em Busca da Idade do Ouro: As Elites Fluminenses na Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994, 167 p.
- FISHLOW, Albert. Origens do Processo de Substituição de Importações. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, p.10-14, 1971.
- FRAGA, Constantino C. Resenha Histórica do Café no Brasil. **Boletim da Divisão Econômica Rural.** Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 10 (1), 1963.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4ª edição. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FRITSCH, Winston. **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930.** Londres, The Macmillan Press Ltd., 1988.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, 242 p.
- GOMES, Ângela Maria de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise.** Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 1988, 73 p.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil.** São Paulo, HUCITEC, 1979.
- GUARITA, Marco Antonio. **A Indústria de Transformação do Rio de Janeiro no Início do Século.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1986. (Dissertação, Mestrado em Economia).

- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1944. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, UFF, v. 1, nº 3, 1986.
- LEVY, Maria Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), 1977.
- \_\_\_\_\_. As Tarifas de Energia Elétrica na Composição dos Custos Industriais do Rio de Janeiro no Início do Século. **Anais do I Congresso de História e Energia**, São Paulo, Eletropaulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas: Esboços de História Empresarial.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1988. (Tese para o concurso de Professor Titular da FEA/UFRJ).
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização no Brasil: 1808 a 1930.** 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- MACHADO, Humberto Fernandes. **Escravos, Senhores e Café.** A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888. Niterói, Clube de Literatura Cromos, 1993, 144 p.
- MARCONDES, Renato Leite. O Evolver Demográfico e Econômico nos Espaços Fluminenses (1780-1840). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n.º 2, p. 235-270, maio-ago/ 1995.
- MARTINS, Marcelino & JOHNSTON, E. **150 Anos de Café.** São Paulo, Salamandra Consultoria Editorial S.A., 1992.
- MELO, Hildete Pereira de. **Formação Histórica da Economia do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói, UFF, mimeo, 1985, 73 p.
- \_\_\_\_\_. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888/1920).** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1993. (Tese, Doutorado em Economia).
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro e o Mercado Mundial de Café (1890-1914). **Revista do Rio de Janeiro/UERJ.** Rio de Janeiro, ano I, nº 2, II semestre de 1993.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1977. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- \_\_\_\_\_. **Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República.** São Paulo: USP, 1989, tese.
- MUELLER, Charles. **Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983.
- NEUHAUS, Paulo (coord.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica.** Rio de Janeiro, Campus, 1980.



- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A Pré-Indústria Fluminense: 1808/1860.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987. (Tese, Doutorado em História).
- PIGNATON, Álvaro. **Origens da Industrialização do Rio de Janeiro.** **Dados**, Rio de Janeiro, Campus, nº 15, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 12ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891.** São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, Ana Maria dos. **Agricultural Reform and the Idea of Decadence in the State of Rio de Janeiro.** Austin: Universidade de Texas (Tese, Ph.D.).
- \_\_\_\_\_. & MENDONÇA, Sônia Regina. **Intervenção Estatal e Diversificação Agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914).** **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, UFF, v. 1, nº 2, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Economia Agrícola Fluminense: 1910/1920.** **Cadernos do ICHF**, Niterói, ICHF/UFF, n.º 47, nov. 1992.
- SILVA, Lígia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1996, 373p.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- SINGER, Paul. **O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930.** In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano.** São Paulo: Difel, 1975. v. 3. (História Geral da Civilização Brasileira).
- SOARES, Luis Carlos. **A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste.** Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense – 1840-1880. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1984. (Dissertação, Mestrado em História).
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950.** Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1977. 141 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil.** Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943.
- \_\_\_\_\_. **Pequena História do Café no Brasil (1727-1937).** Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. **Industrialização e Economia de Exportação: A Experiência Brasileira Antes de 1914.** **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, nº 34 (1), jan./mar. 1980.
- \_\_\_\_\_. e VERSIANI, Maria Teresa R. O. **A Industrialização Brasileira Antes de 1930: Uma Contribuição** in VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de (organizadores). **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização.** São Paulo, Saraiva, 1977.
- VILLELA, Aníbal & SUZIGAN, Wilson. **Política de Governo e Crescimento da Economia, 1889-1945.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

## ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 40  
Cultura do Café no Brasil: Valor da produção no Ano Agrícola de 1919/1920 e  
Rendimento Médio segundo a Área e a Plantação

Estados Produtores	N.º de Produtores	Área Ocupada com Cafezais (hectares)	Produção		N.º de Cafeeiros	Rendimento	
			Quantidade (sacas de 60 kg)	Valor (em mil- réis)		Por hectare (quintais)	Por 1.000 cafeeiros (quintais)
Distrito Federal	537	437	1.412	110:110\$	262.373	1,9	3,2
Espírito Santo	16.375	152.776	1.031.648	80.468:570\$	114.583.122	4,1	5,4
Minas Gerais	41.393	650.706	4.212.505	328.575:390\$	488.036.200	3,9	5,2
Rio de Janeiro	10.766	194.490	1.360.697	106.134:340\$	155.594.703	4,2	5,2
São Paulo	21.341	1.028.673	5.569.820	434.445:960\$	823.942.616	3,2	4,1
BRASIL	128.424	2.215.658	13.141.468	1.025.034:530\$	1.708.418.893	3,8	4,6

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1939/1940).

**Quadro 4**  
**Cultura do Café em 1920 no Estado do Rio de Janeiro: Área Cultivada, Plantação e**  
**Produção (Quantidade) – Por Unidades Municipais Produtoras**

Municípios	Número de Estabelecimentos Produtores	Produção (toneladas)	Área Cultivada (hectares)	Número de Cafeeiros
Angra dos Reis	4	1,4	3	2.800
Araruama	32	44,7	112	89.400
Barra de São João	338	1.288,9	2.942	2.353.816
Barra do Piraí	89	933,1	2.138	1.710.683
Barra Mansa	160	903,6	2.473	1.978.510
Bom Jardim	471	3.181,3	7.290	5.832.383
Cabo Frio	11	5,9	14	11.400
Cambuci	825	6.799,9	15.583	12.466.483
Campos	598	2.639,0	6.341	5.072.753
Cantagalo	301	2.313,2	5.267	4.213.444
Capivari	257	1.159,8	2.899	2.319.600
Carmo	135	719,7	1.813	1.450.400
Duas Barras	272	2.298,2	5.263	4.210.180
Iguaçu	7	8,7	24	18.850
Itaboraí	-	-	-	-
Itaguaí	7	5,7	16	12.600
Itaocara	363	1.620,3	3.713	2.970.550
Itaperuna	1.371	16.641,3	38.136	30.509.050
Macaé	466	2.694,4	6.175	4.939.733
Magé	7	1,2	3	2.409
Mangaratiba	27	20,6	63	50.500
Maricá	10	6,3	26	12.600
Niterói	2	0,4	1	866
Nova Friburgo	307	746,3	1.987	1.589.760
Paraíba do Sul	346	5.250,3	12.032	9.625.550
Parati	87	46,6	107	85.433
Petrópolis	264	1.101,0	3.233	2.586.533
Piraí	53	143,1	374	229.016
Resende	154	1.315,6	3.015	2.411.933
Rio Bonito	121	119,2	394	315.070
Rio Claro	49	68,7	157	125.950
Santana de Japuíba	193	139,6	439	351.444
Sta. M <sup>a</sup> Madalena	430	3.193,6	7.396	5.916.820

Sta. Teresa	81	1.667,3	5.106	4.084.850
Sto. Antônio de Pádua	1.008	14.485,2	33.195	26.556.200
São Fidélis	623	2.803,3	6.424	5.139.383
S. Francisco de Paula	231	2.263,7	6.252	5.001.600
São Gonçalo	55	4,8	15	11.722
São João da Barra	3	1,7	4	3.400
São João Marcos	67	35,4	88	70.800
São Pedro d'Aldeia	5	3,7	9	7.399
S. Sebastião do Alto	101	301,1	753	602.200
Sapucaia	190	804,0	2.480	1.984.405
Saquarema	40	11,4	3	2.280
Sumidouro	104	674,6	1.686	1.394.200
Teresópolis	8	2,1	5	4.200
Valença	256	2.440,9	7.211	5.768.555
Vassouras	237	736,0	1.840	1.471.999
TOTAL	10.766	81.641,8	194.500	155.569.712

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1939/1940).

**Quadro 5**  
**Situação da Lavoura Cafeeira do Estado do Rio de Janeiro – 1932/1933**

Municípios	Número de Propriedades	Número de Cafeeiros			Produção Estimada para 1933/1934 (sacas de 60 kg)
		De Mais de 4 Anos Produzindo	De Menos de 4 Anos Não Produzindo	Total	
Angra dos Reis	49	162.770	8.630	171.400	700
Araruama	89	850.000	150.000	1.000.000	1.000
Barra Mansa	66	3.594.255	171.155	3.765.410	16.500
Barra do Pirai	56	2.721.705	129.605	2.851.310	12.300
Barra de São João	213	4.600.000	400.000	5.000.000	21.000
Bom Jardim	577	15.200.000	800.000	16.000.000	75.000
Cambuci	718	20.500.000	500.000	21.000.000	100.000
Campos	886	14.500.000	1.500.000	16.000.000	80.000
Cantagalo	143	9.413.027	495.423	9.908.450	43.000
Capivari	285	2.574.200	-	2.574.200	12.000
Carmo	50	2.850.000	150.000	3.000.000	13.000
Duas Barras	209	3.299.575	249.575	4.549.150	20.000
Iguaçu	8	32.800	2.200	35.000	200
Itaboraí	20	50.900	-	50.900	250
Itaguaí	10	67.450	3.550	71.000	300
Itaocara	244	3.421.712	83.208	3.504.920	16.000
Itaperuna	2.166	77.935.000	2.055.000	79.990.000	378.500
Macaé	517	12.481.000	574.000	13.055.000	56.500
Mangaratiba	3	14.250	750	15.000	65
Maricá	27	97.500	1.000	98.500	300
Nova Friburgo	130	1.088.858	26.509	1.115.367	5.000
Paraíba do Sul	124	5.170.000	470.000	5.640.000	24.000
Parati	38	750.040	68.140	818.180	3.500
Petrópolis	124	3.095.169	147.389	3.242.558	14.000
Pirai	38	750.040	68.140	818.180	3.500
Resende	82	4.329.500	329.500	4.659.000	20.000
Rio Bonito	49	374.700	21.500	396.200	1.300
Rio Claro	4	76.950	4.050	81.000	400
Sant' Ana do Japuí	37	1.030.500	115.000	1.145.500	5.000
Sta. M <sup>a</sup> Madalena	147	5.968.095	284.195	6.252.290	29.000
Sto. Antônio de Pádua	874	24.842.785	1.307.515	26.150.300	120.000

Sta. Teresa	64	4.221.250	354.250	4.575.500	20.000
S. Fidélis	743	13.500.000	1.400.000	14.900.000	80.000
S. Francisco de Paula	267	9.043.300	1.182.000	10.225.300	48.000
S. João da Barra	12	175.000	25.000	200.000	800
S. J. Marcos	8	115.000	15.000	130.000	500
S. Sebastião do Alto	39	705.918	17.218	723.316	3.200
Sapucaia	73	3.156.500	83.500	3.240.000	15.000
Saquarema	16	87.500	12.500	100.000	400
Sumidouro	59	2.176.750	435.350	2.612.100	10.000
Valença	82	8.666.450	66.450	8.732.900	40.000
Vassouras	54	1.575.000	75.000	1.650.000	7.000
TOTAL	9.389	264.643.659	13.720.912	278.364.571	1.294.515

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1934).

**Quadro 6**  
**Situação da Indústria do Antigo Distrito Federal em 1907**

Indústrias	N.º estabel.	Capital	Força	Valor da Produção	N.º Operários
Alfinetes	2	188:000\$	Gás 12C	161:000\$	35
Artigos de arame	8	76:500\$	Diversas	181:000\$	54
Artigos de borracha	2	13:000\$	Manual	36:000\$	18
Artigos de chumbo e zinco	5	1.910:000\$	101 CV e outras	1.848:000\$	310
Artigos de folha de flandres	12	736:000\$	10CV e outras	1.094:000\$	199
Artigos de mármore e gesso	13	406:500\$	Manual	915:000\$	192
Artigos de ótica	3	270:000\$	Manual	210:000\$	23
Aparelhos elétricos	1	50:000\$	Manual	160:000\$	33
Balanças	1	400:000\$	10CV e outras	600:000\$	16
Bebidas alcoólicas e gasosas	25	1.479:000\$	32CV e outras	3.784:000\$	310
Bilhares	2	70:000\$	Manual	160:000\$	14
Biscoitos	2	350:000\$	70CV	840:000\$	102
Bonés	1	6:000\$	Manual	15:000\$	12
Botões	1	160:000\$	30CV	250:000\$	150
Caixas para jóias e remédios	2	11:000\$	Manual	40:000\$	9
Calçado	57	5.561:000\$	189CV e outras	14.904:000\$	3627
Chapéus de lã, lebre, etc.	15	4.459:000\$	290CV e outras	6.434:000\$	1383
Chapéus para senhoras e meninas	37	1.398:000\$	Manual	1.727:000\$	163
Chapéus de Sol	15	3.027:000\$	Manual	3.275:000\$	149
Chocolate	4	907:000\$	63CV	1.820:000\$	213
Construção naval	7	355:000\$	2252CV e outras	3.060:000\$	2729
Cerveja	24	7.610:000\$	828CV e outras	9.318:000\$	1151
Cordoalha	3	1.260:000\$	220CV	1.110:000\$	230
Doces	7	1.120:000\$	58CV e outras	2.206:000\$	291
Espartilhos	7	333:000\$	2CV e outras	559:000\$	119
Fabricação e encarnação de imagens	2	14:000\$	Manual	40:000\$	9
Fiação e Tecelegem	22	76.032:259\$	10757CV e outras	42.839:532\$	10281
Flores artificiais	21	503:000\$	Manual	928:000\$	337
Formas para calçados	3	75:000\$	62CV e outras	220:000\$	46
Formicida	1	100:000\$	Vapor	150:000\$	36
Foles	1	15:000\$	Manual	28:000\$	6
Fundição e obras sobre metais	43	2.814:000\$	264CV e outras	9.568:500\$	2004
Fumos preparados	10	1.080:000\$	37CV e outras	2.556:000\$	374
Graxa para sapatos	3	15:000\$	Manual	26:000\$	7
Gelo	1	360:000\$	450CV	1.450:000\$	42
Grampos e colchetes	1	30:000\$	Gás 8C	140:000\$	32
Gravatas	8	713:000\$	El. 6C e manual	1.995:000\$	428
Instrumentos de música	3	145:000\$	Elet e manual	156:000\$	36
Jóias	5	276:000\$	Manual	756:000\$	61

Lamparinas	1	6:000\$	Manual	32:000\$	12
Ladrilhos	14	1.276:000\$	56CV e outras	2.181:000\$	425
Luvas	4	178:000\$	Manual	240:000\$	49
Máquinas	2	65:000\$	6CV e outras	126:000\$	24
Malas, bolsas, etc.	8	443:000\$	Gás e manual	979:000\$	93
Massas alimentares	14	544:000\$	62CV e outras	997:000\$	154
Massas de tomate	1	55:000\$	6CV e outras	200:000\$	30
Material de transporte	11	7.586:000\$	215CV e outras	9.376:000\$	1345
Moagem de cereais	4	6.690:000\$	1524CV e outras	22.075:000\$	404
Móveis e decoração	28	3.120:000\$	363CV e outras	6.986:000\$	1632
Óleos e resinas	1	600:000\$	350CV	800:000\$	54
Papel e papelão	5	344:000\$	Diversas	503:000\$	146
Papéis Pintados	6	1.596:000\$	30CV e outras	1.620:000\$	228
Passamanaria	1	45:000\$	El. 5C	96:000\$	28
Fósforos	2	5.200:000\$	Vapor	460:000\$	80
Perfumarias	8	615:000\$	26CV e outras	910:000\$	159
Pentes	1	70:000\$	Manual	200:000\$	15
Fotografia	15	1.093:000\$	Manual	2.099:000\$	116
Pregos	1	100:000\$	100CV	260:000\$	56
Produtos cerâmicos	19	593:000\$	112CV e outras	921:000\$	314
Produtos químicos	25	2.800:500\$	40CV e outras	4.760:000\$	420
Roupas Brancas	9	1.121:000\$	25CV e outras	3.375:000\$	982
Refinarias de açúcar	7	3.140:000\$	Vapor e manual	12.871:000\$	185
Sabão e velas	11	8.260:000\$	425CV e outras	11.370:000\$	679
Selins e arreios	16	1.095:000\$	Diversas	1.361:000\$	242
Serrarias e carpintarias	28	3.546:000\$	1096CV e outras	13.473:500\$	931
Tamancarias	15	252:000\$	Manual	656:000\$	108
Tintas para Escrever e imprimir	2	300:000\$	12CV e outras	650:000\$	53
Vassouras, Brochas, etc.	12	186:500\$	Diversas	593:000\$	108
Velas de cera	3	406:000\$	Diversas	534:000\$	27
Vêos incandescentes	2	31:000\$	Diversas	60:000\$	11
Vidros e cristais	1	1.200:000\$	20CV	1.680:000\$	450
Vinagre	1	15:000\$	Manual	60:000\$	4
Xaropes e licores	4	160:000\$	32CV e outras	280:000\$	35
TOTAL	662	167.120:259\$	...	218.344:542\$	34856

Fonte: Censo de 1907.



**Quadro 7**  
**Situação da Indústria do Antigo Estado do Rio de Janeiro em 1907**

Indústrias	N.º Estabel.	Capital	Força	Valor da produção	N.º Operários
Açúcar (usinas)	31	21.450:000\$	6.055CV	9.846:000\$	1.316
Bebidas alcoólicas e gasosas	3	90:000\$	4CV e manual	202:000\$	19
Cal e cimento	6	275:000\$	38 CV	172:800\$	75
Calçado	1	10:000\$	Manual	18:000\$	10
Cervejas	10	1.235:000\$	400CV e manual	1.005:700\$	365
Chapéus, lã, lebre etc.	1	25:000\$	4CV e manual	40:000\$	25
Conservas (carne e peixe)	5	112:000\$	24CV e manual	171:000\$	30
Construção naval	5	1.355:000\$	228CV	1.855:000\$	408
Doces	11	223:000\$	Manual	394:800\$	553
Fiação e tecidos	25	45.929:457\$	2.760CV, Hd. 4.180, El. 60	22.674:900\$	7.140
Flores artificiais	1	8:000\$	Manual	18:000\$	5
Formicida	1	100:000\$	20CV	120:000\$	15
Fumos preparados	5	2.562:000\$	126CV	2.518:000\$	824
Fundição e obras sobre metais	8	2.783:000\$	176CV e Hd 30C	3.060:000\$	460
Massas alimentares	3	58:000\$	16CV e manual	100:000\$	30
Material de transporte	2	90:000\$	8CV e manual	148:000\$	25
Manteiga	2	34:000\$	6CV e Petr. 3C	268:000\$	9
Moagem de cereais	2	130:000\$	40CV e Hd 80C	190:000\$	58
Móveis e decoração	1	150:000\$	35CV	190:000\$	53
Papel e papelão	3	1.100:000\$	120CV e Hd 540C	510:000\$	150
Fósforos	3	3.620:000\$	288CV	7.976:000\$	1.297
Perfumarias	1	100:000\$	10CV	68:000\$	6
Preparo de couros	5	390:000\$	38CV	1.064:000\$	98
Presuntos	1	8:000\$	Manual	49:000\$	4
Produtos cerâmicos	5	129:000\$	20CV e outras	304:800\$	75
Produtos químicos	3	82:000\$	Manual	110:000\$	8
Sal	50	3.051:000\$	Moinho de vento	1.043:368\$	416
Sabão e velas	4	370:000\$	68CV	1.066:000\$	48
Serrarias e carpintarias	4	294:000\$	101CV e Hd 12C	766:500\$	76
Tamancarias	3	21:000\$	Manual	23:400\$	26
Vassouras, brochas, etc.	1	7:000\$	Manual	25:000\$	6
Vinhos	1	4:000\$	Manual	3:600\$	2
<b>TOTAL</b>	<b>207</b>	<b>85.795:457\$</b>	<b>-</b>	<b>56.001:868\$</b>	<b>13.632</b>

Fonte: Censo de 1907.

Quadro 8  
Situação da Indústria do Estado de São Paulo em 1907

Indústrias	N.º Estabel.	Capital	Força	Valor produção	N.º Operários
Artigos de chumbo e zinco	3	31:000\$	El. 10C e manual	33:400\$	11
Artigos de folha de flandres	1	95:000\$	15CV	230:000\$	53
Artigos de mármore e gesso	1	100:000\$	El. 10C	35:000\$	20
Açúcar (usinas)	12	9.356:140\$	1.700CV e outras	7.332:700\$	1.831
Banha	1	50:000\$	20CV	150:000\$	20
Bebidas alcoólicas e gasosas	7	763:671\$	129CV e outras	594:946\$	156
Cal e cimento	2	8.000:000\$	686CV e Hd.	981:000\$	250
Calçado	9	2.300:000\$	El. 219C e 36CV	6.506:000\$	2.020
Cerveja	50	10.812:000\$	644CV e gás e manual	4.149:640\$	602
Chapéus de feltro, lã, etc.	12	2.025:000\$	126CV e outras	4.613:200\$	891
Chocolate	3	290:000\$	20CV e el. 15C	565:000\$	88
Conservas de carne	1	10:000\$	10CV	124:000\$	31
Cordoalha	2	1.024:000\$	150CV e el. 2C	600:000\$	170
Doces	4	123:000\$	10CV e el. 18C	582:500\$	75
Fiação e Tecelagem	30	54.083:690\$	4.608CV, Hd. 1.410, el. 1.345	44.990:510\$	9.738
Flores artificiais	1	10:000\$	Manual	25:000\$	9
Fumos preparados	2	50:000\$	8CV e el. 5C	180:000\$	19
Fundição e obras sobre metais	24	9.499:000\$	335CV e outras	7.599:000\$	2.044
Gravatas	1	10:000\$	Manual	50:000\$	11
Graxa para sapatos	1	20:000\$	El. 4C	80:000\$	10
Gelo	1	50:000\$	20CV	90:000\$	8
Instrumentos de música	1	50:000\$	Manual	150:000\$	35
Jóias	1	30:000\$	Manual	83:000\$	12
Luvas	2	35:000\$	Manual	86:000\$	17
Máquinas	8	380:000\$	76CV	358:000\$	32
Malas, bolsas, etc.	1	35:000\$	Manual	48:000\$	6
Massas alimentares	26	695:490\$	87CV e outras	1.231:211\$	171
Material de transporte	5	445:600\$	12CV e outras	647:584\$	214
Moagem de cereais	7	6.860:000\$	636CV e el. 780C	11.015:000\$	447
Móveis e decoração	17	751:000\$	120CV. El. 26C e outras	1.417:000\$	390
Oleos e resinas	5	1.488:000\$	-	1.449:000\$	154
Papel e papelão	4	3.141:000\$	200CV, el. 200 e manual	2.118:000\$	175
Perfumarias	1	50:000\$	6CV, el. 3 e Hd. 410C	180:000\$	32
Fósforos	4	2.800:000\$	4CV	3.310:000\$	965
Pentes	1	100:000\$	87CV e el. 150C	200:000\$	42
Preparo de couros	12	1.112:000\$	El. 15C	2.517:200\$	261
Presuntos	1	45:000\$	264CV e manual	65:000\$	4
Produtos cerâmicos	11	6.164:000\$	20CV	4.745:260\$	851

Produtos químicos	4	252:500\$	256CV e manual	363:000\$	63
Roupas Brancas	5	640:000\$	El. 5C, Hd. 20C e manual	1.383:000\$	821
Sabão e velas	10	287:100\$	32CV e outras	783:940\$	79
Selins e arreios	2	164:000\$	Manual	718:000\$	113
Serrarias e carpintarias	24	1.664:000\$	371CV e outras	3.389:000\$	439
Vassouras, Brochas, etc.	2	320:000\$	El. 3C e manual	640:000\$	68
Vernizes	1	200:000\$	El. 15C	60:000\$	42
Vidros e cristais	3	1.290:000\$	38CV e el. 60C	1.558:000\$	696
TOTAL	326	127.702:191\$	-	118.087:091 \$	24.186

Fonte: Censo de 1907.

Quadro 9  
Número de Estabelecimentos Industriais segundo Grupos de Indústrias em 1920

Grupos de Indústrias	Número de Estabelecimentos				
	Distrito Federal	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros Estados	BRASIL
Têxtil	73	31	247	860	1.211
Couros, Peles e Outras Matérias Duras do Reino Animal	29	5	86	304	424
Madeiras	95	8	183	921	1.207
Metalurgia	131	7	142	229	509
Cerâmica	89	64	696	741	1.590
Produtos Químicos Propriamente Ditos e Análogos	232	26	265	427	950
Alimentícia	203	256	1.267	2.243	3.969
Vestuário e Toucador	422	32	736	798	1.988
Mobiliário	135	3	207	203	548
Edificações	65	18	55	193	331
Aparelhos de Transporte	41	4	239	249	533
Fabricação de Gelo	2	-	11	16	29
Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes. Indústrias de Luxo	24	-	11	12	47
<b>TOTAL</b>	<b>1.541</b>	<b>454</b>	<b>4.145</b>	<b>7.196</b>	<b>13.336</b>

Fonte: Censo de 1920.

**Quadro 10**  
**Capital Empregado nos Diversos Grupos de Indústrias em 1920 (em mil-réis)**

Grupos de Indústrias	Capital Empregado				
	Distrito Federal	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros Estados	BRASIL
Têxtil	191.692:221\$	74.290:969\$	223.645:587\$	216.786:650\$	706.415:427\$
Couros, Peles e Outras Matérias Duras do Reino Animal	6.861:000\$	406:983\$	15.940:664\$	17.162:746\$	40.371:393\$
Madeiras	15.617:724\$	2.021:000\$	13.052:622\$	66.586:009\$	97.277:355\$
Metalurgia	19.735:981\$	696:937\$	28.491:040\$	18.233:102\$	67.157:060\$
Cerâmica	6.573:210\$	1.842:085\$	26.201:003\$	15.605:581\$	50.221:879\$
Produtos Químicos Propriamente Ditos e Análogos	47.431:306\$	18.030:496\$	39.138:648\$	46.439:107\$	151.039:557\$
Alimentícia	81.470:508\$	26.952:318\$	127.257:669\$	285.925:916\$	521.606:411\$
Vestuário e Toucador	38.872:507\$	1.567:060\$	42.917:343\$	18.322:959\$	101.679:869\$
Mobiliário	5.121:570\$	15:200\$	5.379:573\$	9.372:457\$	19.888:800\$
Edificações	3.250:450\$	344:802\$	3.818:695\$	2.177:893\$	12.694:236\$
Aparelhos de Transporte	11.231:374\$	38:200\$-	8.511:597\$	5.460:952\$	25.242:123\$
Fabricação de Gelo	12.681:511\$	-	392:398\$	2.799:096\$	15.873:005\$
Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes. Indústrias de Luxo	1.130:086\$	-	3.070:600\$	1.488:210\$	5.688:896\$
<b>TOTAL</b>	<b>441.669:448\$</b>	<b>126.206:050\$</b>	<b>537.817:439\$</b>	<b>709.463:074\$</b>	<b>1.815.156:011\$</b>

Fonte: Censo de 1920.

**Quadro 11**  
**Salários e Ordenados nos Diversos Grupos de Indústrias em 1920 (em mil-réis)**

Grupos de Indústrias	Salários e Ordenados				
	Distrito Federal	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros Estados	BRASIL
Têxtil	28.508:572\$	12.732:801\$	38.208:374\$	33.573:912\$	113.023:659\$
Couros, Peles e Outras Matérias Duras do Reino Animal	952:946\$	106:771\$	1.845:382\$	3.904:867\$	6.809:966\$
Madeiras	3.522:929\$	148:200\$	3.603:811\$	13.061:631\$	20.336:571\$
Metalurgia	7.997:262\$	122:402\$	9.228:942\$	5.345:939\$	22.694:545\$
Cerâmica	3.590:073\$	1.196:744\$	11.862:517\$	5.496:574\$	22.145:908\$
Produtos Químicos Propriamente Ditos e Análogos	6.082:307\$	2.424:938\$	6.870:567\$	5.343:825\$	20.721:637\$
Alimentícia	15.037:940\$	2.523:032\$	18.890:806\$	35.616:234\$	72.068:012\$
Vestuário e Toucador	18.328:824\$	532:244\$	15.442:140\$	7.904:565\$	42.207:773\$
Mobiliário	5.702:001\$	9:400\$	3.226:015\$	4.520:174\$	13.457:590\$
Edificações	1.554:192\$	101:336\$	856:544\$	2.333:749\$	4.845:821\$
Aparelhos de Transporte	2.822:014\$	8:850\$	2.696:653\$	2.131:689\$	7.659:206\$
Fabricação de Gelo	850:877\$	-	104:840\$	955:717\$	1.253:544\$
Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes. Indústrias de Luxo	999:461\$	-	1.315:804\$	102:652\$	2.212:613\$
<b>TOTAL</b>	<b>95.449:398\$</b>	<b>19.906:718\$</b>	<b>114.152:395\$</b>	<b>119.958:334\$</b>	<b>349.466:845\$</b>

Fonte: Censo de 1920.

Quadro 12  
Valor da Produção nos Diversos Grupos de Indústrias em 1920 (em mil-réis)

Grupos de Indústrias	Valor da Produção				
	Distrito Federal	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros Estados	BRASIL
Têxtil	138.983:185\$	80.863:956\$	302.504:670\$	303.048:839\$	825.400:650\$
Couros, Peles e Outras Matérias Duras do Reino Animal	9.828:771\$	977:587\$	20.511:136\$	31.911:420\$	63.228:914\$
Madeiras	21.350:505\$	680:090\$	21.176:916\$	70.831:401\$	114.038:912\$
Metalurgia	31.491:969\$	1.238:052\$	47.092:208\$	23.823:586\$	103.645:815\$
Cerâmica	9.599:816\$	3.114:308\$	39.192:227\$	19.777:935\$	71.684:286\$
Produtos Químicos Propriamente Ditos e Análogos	63.962:275\$	33.471:656\$	69.031:856\$	70.849:214\$	237.315:001\$
Alimentícia	242.138:325\$	61.053:291\$	343.783:980\$	553.143:225\$	1.200.118:821\$
Vestuário e Toucador	107.439:362\$	2.228:779\$	93.432:227\$	43.101:192\$	246.201:560\$
Mobiliário	14.391:457\$	26:300\$	11.080:172\$	14.560:606\$	40.058:535\$
Edificações	5.939:479\$	419:650\$	9.335:535\$	9.820:145\$	25.514:809\$
Aparelhos de Transporte	16.609:020\$	87:741\$	24.180:404\$	8.591:481\$	49.468:646\$
Fabricação de Gelo	2.543:101\$	-	487:182\$	1.025:579\$	4.055:862\$
Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes. Indústrias de Luxo	1.998:494\$	-	4.301:745\$	2.144:231\$	8.444:470\$
TOTAL	666.275:759\$	184.161:410\$	986.110:258\$	1.152.628:854\$	2.989.176:281\$

Fonte: Censo de 1920.

Quadro 13  
Número de Operários nos Diversos Grupos de Indústrias em 1920

Grupos de Indústrias	Número de Operários				
	Distrito Federal	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros Estados	BRASIL
Têxtil	20.054	10.752	36.477	50.482	117.765
Couros, Peles e Outras Matérias Duras do Reino Animal	703	47	1.341	3.485	5.576
Madeiras	1.794	182	2.534	10.257	14.767
Metalurgia	5.535	135	6.146	4.136	15.952
Cerâmica	2.545	1.273	10.449	7.272	21.539
Produtos Químicos Propriamente Ditos e Análogos	4.510	2.442	5.521	5.995	18.468
Alimentícia	9.126	2.398	14.630	37.919	64.073
Vestuário e Toucador	12.472	686	12.316	8.028	33.502
Mobiliário	3.081	13	2.430	3.816	9.340
Edificações	1.035	144	822	2.278	4.279
Aparelhos de Transporte	2.138	19	1.894	2.102	6.153
Fabricação de Gelo	353	-	94	221	668
Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes. Indústrias de Luxo	336	-	471	267	1.074
TOTAL	63.682	18.091	95.175	136.208	313.156

Fonte: Censo de 1920.